

173
quadriante

1
JULHO
1958

cultura
universidade
direito

informação

Associação académica da faculdade de direito de Lisboa

quadrante

N.º 1

PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

JULHO DE 1958

<i>Director</i>	— Orlando Neves
<i>Editor</i>	— J. Magalhães Mota
<i>Administrador</i>	— Levi Vermelho
<i>Administrador-Adjunto</i>	— Vitor Craveiro de Castro
<i>Director Artístico</i>	— Manuel André Magro
<i>Chefe de Redacção</i>	— Raul Mateus da Silva
<i>Secretário de Redacção</i>	— José L. Costa Dias
<i>Redactores</i>	— Fevereiro Mendes
	— Eduardo Mário Pedroso
	— Jorge Pretto
	— Maria do Vale Cartaxo

~~~~~  
**PROPRIEDADE, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**  
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA  
~~~~~

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO NA TIPOGRAFIA DA OFICINA S. JOSÉ, RUA ALEXANDRE HERCULANO, 123 — PORTO

Sumário

	PÁG.
Editorial	2
O Movimento Associativo Académico, <i>por José Luís da Costa Dias</i>	3
Para um melhor enquadramento das organizações de estudantes, <i>por António Vieira e Brito e José Augusto Seabra</i>	5
Universidade—alvo de controvérsia, <i>excertos de artigos de António Quadros, António Gomes Mota, Maria Isabel Alves da Silva e Orlando Neves</i>	7
Os exames nas Faculdades Portuguesas, <i>por Orlando Neves</i>	9
Inquérito sobre o Ensino do Direito em Portugal	10
Os Universitários e o Cinema, <i>por Eduardo Pedroso e Joaquim Jorge de Magalhães Mota</i>	11
Notas de um espectador, <i>por Orlando Neves</i>	14
A conciliação das bruxas com as feiticeiras ou o teatro e o cinema dão as mãos, <i>por Maria José de Mello...</i>	15
Fragmento dum ensaio sobre teatro, <i>por Maria José de Mello</i>	16
Prefácio em forma de conto ou conto em forma de prefácio <i>por Orlando Neves</i>	18
Excerto da novela inédita «O Enforcado», <i>por André Magro</i>	20
O garoto doido, <i>por Raul Mateus</i>	26
Arte e nosso tempo—o silogismo em Mário Eloy —, <i>por Levi Vermelho</i>	27
Kafka e a saudade da terra prometida, <i>por Álvaro Lapa</i>	29
Reportagem, <i>por André Magro</i>	31
O anti-colonialismo económico, <i>por Levi Vermelho</i>	33
Sobre uma concepção moderna do direito natural, <i>por André Gonçalves Pereira</i>	35
Noticiário	38

POESIAS DE

Ferreira Gomes, Orlando Neves, Alex, Lídia Nunes, Raul Mateus, Eduardo Selva, Goulart Nogueira, Carlos Alberto Jordão, Fernando Midões, José Augusto Seabra, Marinho das Neves

ILUSTRAÇÕES DE

Agostinho, Graça Nunes e Ferreira Gomes

Tinha ganho foros de impossível o aparecimento duma publicação que fosse órgão da nossa Associação Académica. Ninguém acreditava que afinal esse anseio de tantos anos algum dia se viesse a transformar em realidade.

A verdade é que, **quadrante**, órgão da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, aqui está. Ainda não como todos nós desejaríamos, mas já existe. E este era com certeza, o passo mais difícil a dar.

quadrante nasce em 1958. Porquê? Para quê? É bem reduzida a imprensa académica portuguesa, tão reduzida que para uma população de algumas dezenas de milhares de estudantes universitários existem cinco jornais apenas.

quadrante nasceu porque era não só uma aspiração antiga como também porque tinha um lugar a preencher na vida universitária e esse lugar e muitas mais circunstâncias determinavam imperiosamente a necessidade do seu aparecimento. Nasceu porque a vida universitária cada vez mais intensa e consciente havia que dar resposta e continuidade. Um órgão da imprensa é dos meios modernos de difusão mais úteis e válidos. **quadrante** nasce em 1958, a meio de um século espantoso de vida e mutação. Por isso nada mais natural que determinado sector populacional dum país possua meios de se localizar pela discussão e pelo debate dos seus problemas.

quadrante está aqui para isso mesmo. Para que todos os universitários portugueses tenham onde se pronunciar sobre aquilo que os preocupa essencialmente. Para que todos os estudantes dêem expansão à sua própria maneira de ser, com o propósito sereno mas firme de colaborarem numa vida nacional mais próspera e consciencializada.

quadrante aparece satisfazendo um anseio justíssimo da nossa massa associativa e dos estudantes em geral. Não foi possível, porém, conseguir dar-lhe um carácter periódico e talvez até nem fosse aconselhável. É pois, **quadrante**, a primeira tentativa para que tal se consiga, e uma tentativa que só precisa de ser bem compreendida e apoiada para que permita com facilidade esse carácter de periodicidade e garantia, tão desejado.

Que realmente **quadrante** alcance esse apoio e esse entusiasmo (que estamos certos alcançar) são as últimas palavras que queremos deixar aqui expressas na hora da saída do nosso primeiro número.

O movimento associativo Académico

IDEIA E ACÇÃO

«Os contactos cada vez mais numerosos que se estabeleceram nestes últimos anos entre os estudantes de todos os continentes acordaram neles não somente o desejo de colaborar mas ainda a consciência aguda da diversidade de problemas aos quais eles devem fazer face».

L'ETUDIANT

por JOSÉ LUÍS COSTA DIAS

Era inicialmente este artigo para ser dedicado aos novos alunos, mas achou-se por bem cortar a restrição. Não pretende ele ser um exegese do movimento mas tão só apontar o que nele nos parece ter virtualidade e grandeza suficiente para merecer a consideração de quantos vêem nele a caturrice de alguns.

Será este artigo, naturalmente, incompleto, por necessidade de só apontarmos o que consideramos essencial e por ignorarmos alguns pontos.

Dentro da vida académica portuguesa existem várias organizações cuja acção recai sobre as chamadas actividades circum-escolares. Ao entrar na Universidade surgem outras organizações cujos dirigentes chamam para elas a primazia da representação dos estudantes. São as Associações de Estudantes.

E dizem que «só as Associações de Estudantes representam integralmente os interesses circum-escolares deles próprios; todas as outras organizações de estudantes universitários portugueses prosseguem fins menos compreensivos, mais exclusivistas: fins de assistência social, umas; de formação religiosa, outras; de formação ético-social, outras; etc. De qualquer modo, pelo seu objectivo restrito ou pela exigência de tomada de posição perante questões de ordem religiosa, político-social, etc., não podem representar cabalmente interesses circum-escolares comuns a todos os universitários, a todos os estudantes».

Com efeito, da leitura do artigo 3.º dos Estatutos da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa surge esta posição clara, pois diz que a A. A. «tem carácter estritamente escolar, não assumindo qualquer posição política ou religiosa». Quer dizer as Associações de Estudantes realizam uma actividade sem restrições no campo escolar e dão entrada a qualquer, visto que não visam determinada ideologia política ou religiosa. As A. E. são campo aberto para todos.

A Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa não é

espécime único como verificaram pelo plural Associações Académicas, verdade acaciana, naturalmente...

O movimento associativo espalhou-se pelas três cidades de tradições universitárias: Lisboa, Coimbra e Porto. O movimento reparte-se diferentemente pelas três academias e comporta problemas específicos a qualquer uma delas.

Em Lisboa existem actualmente oito Associações Académicas. Em Coimbra uma, comportando todas as Faculdades. No Porto existe somente a Associação Académica da Faculdade de Farmácia.

Levanta-se, em Lisboa, o problema da coordenação da actividade das diversas Associações de Estudantes. Em Janeiro de 1949, foi criada (1) «uma comissão inter-Associações (CIAE) composta por delegados das Direcções das A. E. livremente eleitas e legalmente constituídas».

Esta comissão reunia periodicamente e o seu processo de deliberação não implicava a submissão à maioria. Também as A. E. estavam apenas vinculadas moralmente ao voto emitido. Funcionou esta comissão ininterruptamente até Novembro de 1955, altura em que por sugestão de algumas Direcções e para melhor definir o seu carácter passou a designar-se por Reuniões Inter Associações (RIA).

Desde então as reuniões têm funcionado nos seguintes moldes:

- 1.º) Não formam, nem substancial nem formalmente uma organização distinta das A. E. que nelas participam.
- 2.º) Os delegados das Direcções das A. E. manifestam a opinião e vontade das Direcções que representam.
- 3.º) Todas as deliberações tem de ser submetidas à aprovação das Direcções das A. E.
- 4.º) Cada A. E. mantém absoluta independência em relação à opinião manifestada pelas outras.

5.º) As A. E. estão apenas moralmente vinculadas às opiniões por elas expressas e compromissos por elas assumidos.

Prevê-se a criação dum secretariado (2) composto de cinco membros eleitos ao qual incumbe a preparação e convocação das reuniões, execução das deliberações e organização dos arquivos.

Para além do serviço de coordenação entre as diversas secções das A. E. tem a RIA proporcionado um trabalho interessante de conjunto. Sejam disso exemplo os vários *Diário do Estudante*, o Orfeão Universitário de Lisboa, o Cine-Clube Universitário de Lisboa, o Gabinete de Estudos Universitários, o Clube Universitário de Jazz. O C.C.U.L. funciona com estatutos próprios e os outros organismos tem em preparação os seus.

O dia do Estudante foi criado na 3.ª Reunião das três Academias, Coimbra, Outubro de 1951, para ter a característica de feriado anual do estudante português. Não foi conseguido nem até agora tem tido data certa. Dado que a sua característica não foi alcançada tem-se realizado sob o signo de confraternização dos estudantes de Lisboa.

O Gabinete de Estudos Universitários tem por fim estudar os problemas do universitário e as dificuldades das A. E. em si mesmas e nas relações com outros organismos. Como prova real da sua eficiência temos o estudo do relatório do Parecer 48 da Câmara Corporativa acerca do Dec.-Lei 40900 em que o ideal e a linha de conduta das A. E. foi esplendidamente dado.

Mas não pensemos nós que o movimento associativo é algo derivado do dito «génio lusitano» para uso interno. É um movimento internacional.

Não podemos fazer aqui, é óbvio, uma história deste movimento.

(1)—In Boletim n.º 3 de 1956-57

(2)—A RIA existe ainda.

Daremos, no entanto, os informes que nos parecem mais adequados a dar uma ideia de grandeza que o tem marcado e do pensamento e acção que lhe tem presidido.

A complexidade do movimento associativo internacional deriva do seu virtual dinamismo, da necessidade de uma acção precisa e da liberdade de movimento necessário à não dogmatização, que o preside como ideia mestra.

Destacaremos três organismos como os principais que claro se historicam subdividem e complicam. São eles: o Serviço Mundial Universitário (WUS), a União Internacional de Estudantes (UIE) e a Conferência Internacional de Estudantes (CIE).

Todos eles resultantes de cisões, acomodamentos e continuações de movimentos anteriores, mas sobretudo devidos à compreensão e cooperação—coroa de glória do movimento associativo internacional—que tem sido largamente base de pensamento e acção.

«O WUS saiu do ISS, nascido este do Auxílio ao Estudante Europeu, formado após a Primeira Guerra Mundial enquanto organismo dependente da Federação Mundial dos Estudantes Cristãos (WSCF).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o ISS com outros organismos internacionais formou o Auxílio ao Estudante Mundial (WSR) afim de pôr em comum os seus recursos e de agir com um máximo de eficiência num mundo em que se fazia sentir grandemente a necessidade de assistência material.

Finalmente, no período imediatamente seguinte à guerra, a WSR compreendia cinco organizações: ISS, WSCF, Pax Romana (Movimento Internacional de Estudantes Católicos) e a UIE, com o ISS como órgão administrativo.

Aquando da dissolução do WSR em 1950, o WUS foi criado com um carácter bastante mais largo que as organizações que o haviam precedido. Neste momento, a organização não dependia de nenhum ponto de vista religioso ou filosófico, mas formou-se dela mesmo. *O desejo de reforçar as relações com as Uniãos Nacionais de Estudantes que se manifestou nas reuniões iniciais do WUS, forneceu uma prova suplementar desta modificação dado o carácter nitidamente laico e não filosófico das Uniãos.*

A espinha dorsal do WUS é constituída pelos Comitês Nacionais. São eles que podem julgar das necessidades das suas comunidades universitárias. As Uniãos Nacionais de Estudantes consagraram as suas energias ao reforçamento da actividade dos seus Comitês Nacionais res-

pectivos ou a favorecer a sua criação onde não existiam. As Uniãos Nacionais não têm nem desejam ter vis a vis o WUS, a mesma unidade de ponto de vista que uma organização internacional de carácter p, ex., religioso. Este princípio esteve na base da CIE e deu prova do seu valor, favorecendo a cooperação, mais do que semeando a divisão». (1)

Quanto aos dois seguintes, UIE e CIE, resultaram duma cisão. No ano seguinte ao do final da Primeira Grande Guerra criou-se uma Confederação Internacional de Estudantes, actuando principalmente por intermédio de comissões especializadas. Notaremos algumas das suas realizações e o lugar que então ocupava no concerto internacional.

Conseguiu que o Bilhete de Identidade Internacional de Estudante fosse admitido por mais de 30 nações. Organizou os Jogos Universitários e tinha assento no Comité Olímpico Internacional. Através da sua secção de Cooperação Intelectual tinha lugar na Sociedade das Nações (SDN). Com o eclodir da Segunda Guerra Mundial as suas principais figuras morreram em combate e a sua sede ocupada. Desintegrou-se.

No final daquela levantou-se um enorme movimento de cooperação estudantil, à escala mundial e como resultado imediato criou-se a UIE. Cedo, porém, se verificou ser esta orientada por certa ideologia e via-se controlada por forças estranhas aos movimentos estudantis, de que são exemplo o silêncio em relação à expulsão de estudantes universitários seguidamente à mudança de governo na Checoslováquia; a expulsão da delegação jugoslava em 1950; o silêncio sobre as prisões e expulsões de centenas de professores e alunos da Alemanha Oriental. O movimento associativo não podia ser defendido mais tempo, desde que era deformado desta maneira.

Deu-se a cisão em 1950 e foi criada então a Conferência Internacional de Estudantes. Na Segunda Conferência, Janeiro de 1952, instituiu-se um órgão administrativo permanente encarregado de ajudar as Uniãos Nacionais a aplicar o seu programa, o Secretariado de Coordenação das Uniãos Nacionais de Estudantes (COSEC), assim como um Comité de Controle eleito pelas Uniãos Nacionais; este Comité está encarregado de assegurar que o Secretariado se atenha exclusivamente às suas funções de ordem técnica que foram claramente definidas.

A CIE conta actualmente com cerca de sessenta Uniãos Nacionais membros. A sua actividade recai sobre: publicações, ciclos de estudos sobre a imprensa estudantil, viagens, problemas económicos e sociais, pro-

blemas do estudante e a Universidade, intercâmbio (subsidiado pela UNESCO), turismo universitário, bilhete de identidade internacional de estudantes, exames dos casos de violação dos direitos dos estudantes, estudos sobre o estudante e o colonialismo, conferências regionais, apoio à imprensa estudantil (publicam-se cerca de 1000 jornais e revistas de estudantes), actividades culturais (com o concurso da UNESCO), bolsas, estudos sobre as condições de vida dos estudantes, ajuda técnica às Uniãos Nacionais, colaboração com diversas Faculdades.

Tudo o que fica dito oferece-nos, como não podia deixar de ser, apenas uma pálida ideia do movimento associativo internacional. Muito ficou por dizer.

As Associações de Estudantes portuguesas pretendem objectivos dentro dos princípios que informaram a Confederação Internacional de Estudantes e informam a Conferência Internacional de Estudantes—*«apolitismo estreito, cooperação e amizade dos estudantes do mundo, estudos sobre todas as questões de ensino, e enfim, sobretudo numerosas realizações práticas que levem uma ajuda eficaz a todos os estudantes nos domínios mais variados: cultura, viagens, desporto, distrações etc.»*. (2)

Em Portugal o problema equaciona-se segundo as coordenadas específicas do movimento associativo português. Muitas realizações estão já feitas, mas há um mundo de coisas para fazer:

«As resoluções dos problemas que afectam as A.E. como organizações congêneres (ex. regulamentação legal das A.E., elaboração doutrinária de princípios associativos, etc.); resolução de problemas comuns de estudantes (ex. assistência médica, alimentação, habitação, transportes, cultura, desporto, etc.)»; fomento, em diversos planos de uma convivência mais profunda e extensa entre os estudantes das várias escolas (ex. congressos, reuniões, semana universitária, semana de recepção aos novos alunos, festas de confraternização, etc.) (3); a conquista de assento no Conselho Escolar e no Senado Universitário; a legalização da RIA. Trabalhando, trabalhando sempre para o sonho máximo: a União Nacional de Estudantes.

Claro que se vieses trabalhar na Associação e te pedirem para colar selos, não te surpreendas, pode muito bem começar por aí a tua acção.

(1)—In «L' Etudiant», vol. I, 4, pág. 18 e 19.

(2)—In «L' Etudiant», vol. I, n.º 7, pág. 10

(3)—In Boletim da A. A. F. D. L., n.º 3.

Para um melhor enquadramento das organizações de estudantes

Resumo da tese de António Vieira e Brito da Faculdade de Direito de Lisboa, apresentada na secção de estudo do Dia do Estudante (1)

do enquadramento do recém-chegado à FACULDADE (2)

1—António Vieira e Brito começa por analisar a posição do estudante, provindo de diferentes terras, que chega a Lisboa, onde não encontra o amparo familiar e se vê frente a um ambiente, as mais das vezes novo, hostil, ou pelo menos indiferente. Salienta que... «Só um outro colega que o compreenda, que tenha passado pelos mesmos transe, que tenha vencido as mesmas dificuldades, o pode compreender e ajudar... Mas o estudante não pode viver isolado... há que unir os seus esforços para um fim comum — e assim nasceram as Associações Académicas, *prolongamento natural e lógico do próprio estudante*. Os específicos interesses deste são o interesse da Associação Académica a que pertence, pois a razão de existência desta é o interesse daqueles. Por outro lado... *um organismo estadual, ou mesmo particular, normalmente se propõe a fins diversos dos propinados pelo exclusivo interesse do aluno universitário e está sujeito a fracasso pelo desvio ou desvirtuamento que a sua actividade ou acção pode vir a acarretar*... Outros organismos defendem também o interesse do estudante universitário, mas olhando-o por um ângulo de visão distinto dessa sua específica qualidade, como a J. U. C. que, não esquecendo a qualidade de estudante dá prevalência à orientação religiosa. (Vide o artigo de Rogério Martins in «Encontro» de Fevereiro de 1958).

2—Refere o facto de que sómente se pode considerar defensora do interesse do estudante universitário, como tal, a sua Associação Académica, e por várias razões:

- Congrega a esmagadora maioria dos estudantes e caminha para adquirir a sua universalidade;
- Regida por estudantes com eles se identifica completamente;
- Os seus móveis não podem ser contrários à vida estudantil.

3—Referindo-se em seguida ao conhecimento, necessário, por parte das entidades competentes, da representatividade das Associações, Vieira e Brito afirma: «embora se depare com a boa vontade

de alguns, a incompreensão de muitos e a má vontade de uns tantos, tem sido um entrave de graves consequências, sendo mesmo o principal óbice à resolução de muitos dos problemas que com o estudante universitário se prendem.

...Certos organismos não estão dispostos a abdicar de prerrogativas que nunca exerceram—é bom dizê-lo—e de posições que nunca ocuparam. *Esquecem-se, certos dirigentes, que sem uma colaboração estreita com o universitário, por meio dos seus legítimos representantes—as Associações Académicas—todas as suas iniciativas estão condenadas a fracasso*, como muito bem faz notar o Prof. Doutor Braga da Cruz no Parecer da Câmara Corporativa sobre as actividades circum-escolares.

4—Salienta depois o autor a colaboração que deve existir entre as Associações e os outros organismos estudantis universitários, referindo, entre outros, e mais em pormenor, o caso da Associação Académica da Faculdade de Direito que tem realizado múltiplas iniciativas, de carácter cultural, em colaboração com a Secção da J. U. C. da referida Faculdade.

5—Passa depois a considerar a entrada do novo universitário na Faculdade narrando, em breves linhas, a forma como ele é recebido em todas as Universidades do País, salientando que em nenhuma ela é plenamente satisfatória exceptuando, em parte, Coimbra.

Afirma que às Associações compete olhar com atenção este problema da integração do novo universitário no seu novo meio, destacando que não é o tradicional baile de recepção aos caloiros que resolve o problema; mesmo as semanas de integração que algumas Associações levam a efeito não tem satisfeito cabalmente, por não terem ainda a amplitude que seria para desejar.

Urge fazer com que o universitário tenha a percepção integral dos problemas universitários, percepção essa que terá de ser necessariamente gradual, urge pô-lo ao corrente do alcance do fenómeno associativo, mas o que interessa, verdadeiramente, é fazer a iniciação

dos novos elementos das Associações na vida Académica.

6—Diz: «Não é só em relação aos primeiranistas que o problema do enquadramento adentro da sua Associação—se põe, mas até em relação a muitos universitários, alguns dos quais terminam os seus Cursos sem se aperceberem sequer da importância das Associações Académicas».

...«A razão justificativa deste proceder é quase sempre, para não dizer sempre, essa falta de comunicação que tem obstado à realização de grande número de iniciativas».

7—Vieira e Brito cita depois a necessidade de as Associações passarem a englobar todos os alunos da mesma Faculdade ou Escola.

Analisa o caso de Coimbra, onde a Associação Académica engloba todos os alunos universitários, os quais não estão sujeitos ao pagamento de uma quota; por esse motivo a Associação vê a sua acção grandemente cerceada por falta de receitas próprias e disso se ressentem principalmente na resolução de problemas de índole social e cultural já que a secção desportiva garante a sua própria manutenção; faz a comparação com a situação em que se encontram as Associações Académicas de Lisboa, onde o estudante paga uma quota e tem direito a certos benefícios: quer dizer, alargam-se o raio de acção da Associação Académica, mas restringe-se o grau da sua representatividade. Parece-lhe que a resolução deste caso está em as Associações desdobrarem a sua categoria de sócio ordinário em sócio ordinário, que seria todo o estudante da mesma Faculdade ou Escola, e ordinário contribuinte, que viria a

(1)—Condensação feita pela mesa que presidiu à referida secção de estudo, com pequenas alterações introduzidas posteriormente.

(2)—O primitivo título da tese era: «Do problema da Assistência ao Estudante Universitário», e pretendia abordar os seguintes temas, além do enquadramento do novo universitário, assistência médica, alojamento, alimentação, que já tinha sido abordado no último número do Boletim da A. A. F. D. L. o emprego extra-escolares, o seguro escolar, uma informação completa não só da actividade associativa como também dos assuntos que com a sua actividade escolar se prendessem, principalmente destinada àqueles que não podem manter um contacto permanente com a Universidade, as bolsas, um fundo de empréstimos, uma actividade complementar tendente a dar ao universitário maior preparação humanística ou mesmo técnica, mas que ele não poderia, pela natureza especial do seu Curso, obter deste, melhores condições de publicação dos livros escolares—a Editorial Universitária—as facilidades de toda a ordem que ao estudante devem ser proporcionadas, tais como melhores condições nos transportes, descontos na compra de vários artigos, descontos em espectáculos públicos especialmente naqueles que tenham carácter cultural, etc., etc.

Na impossibilidade de tratar de todos estes assuntos, referiu-se Vieira e Brito, depois de uma ligeira introdução que compreendia os pontos 1, 2, 3, e 4 deste resumo, ao problema do enquadramento do novo universitário. Por essa razão, a mudança do título.

ser todo o estudante da mesma Faculdade ou Escola que pagasse a respectiva quota exigida pela Associação. Assim estaria, a seu ver, o problema resolvido, pois a Associação Académica era, ao mesmo tempo representativa, pois englobava todos os alunos da mesma Faculdade ou Escola, e estavam, também, salvaguardados os direitos dos seus sócios contribuintes. Assim, os problemas que se prendessem com a representatividade da Associação seriam resolvidos em Assembleia Geral de todos os alunos; os que não tivessem carácter somente pelos sócios contribuintes. Caso se suscitasse dúvidas sobre a qualificação do caso, a Mesa da Assembleia resolveria depois de ouvida a Direcção. Esta solução, de grande simplicidade, estamos em crer que seria provisória, pois as Associações Académicas tendem a admitir a universalidade dos alunos numa mesma Faculdade ou Escola, mesmo sujeitando-os ao pagamento de uma quota.

Nesta ordem de ideias diz que mesmo que fosse possível, o que lhe repugna acreditar, que as A. A. A. A. pudessem desempenhar cabalmente a sua acção, sem recurso à quota, parece-lhe ser esta de manter ainda que com carácter simbólico, pois constitui uma participação individual que não deve ser desprezada e a maior garantia de uma comparticipação na obra que deve ser de todos os universitários, e não só de alguns.

8—Seguidamente o autor faz três perguntas relacionadas com o problema de que se ocupou (Enquadramento do novo universitário):

O que se deve fazer?
Como se deve fazer?
Por quem deve ser feito?

A primeira responde que o que interessa fazer é a integração atrás aludida dentro da Associação Académica de todo o aluno universitário.

Para responder à segunda o autor volta a afirmar que certas iniciativas das Associações tem falhado, o que só não surpreenderia se elas fossem tomadas por outros organismos que não as A. A. A. A. atentas as divergências que poderiam surgir com os próprios universitários.

Para justificar essas falhas, a falta de comunicabilidade por não existir uma informação eficiente não chega, por si só; temos de admitir que o universitário ainda se não encontra completamente identificado com a respectiva Associação Académica. Se analisarmos as coisas, verificamos que a dispersão que o meio universitário lisboeta impõe, con-

tribui muito para este estado de coisas; e, em matéria de desporto, óptimo veículo de verdadeira integração, o facto de só haver um Estádio para as práticas desportivas, Estádio esse que não pode abranger necessariamente a totalidade de para cima de uma dezena de milhar de estudantes que necessitam de praticar desporto, é outro óbice de relevo.

Fazendo a apologia do desporto como integrador do universitário no seu meio, concorda em absoluto com a orientação Superior que pretende fomentar a prática do desporto não lhe interessando directamente o desporto-competição, e diz: Parece que o pensamento que presidiu à criação do Estádio Universitário foi o de proporcionar aos estudantes meios de praticar desporto, já como complemento da sua actividade—«meus sana in corpore sano»—já como derivativo para obstar ao desgast intelectual que um curso superior necessariamente traz consigo... Diferre-se assim para segundo plano o desporto-competição. Não se poderia ter encarado melhor o problema; só que o Estádio Universitário não pode como dissemos, servir para a actividade de toda a Academia, em primeiro lugar; em segundo lugar, a dispersão—actual—das Faculdades e a distância a que fica o Estádio são outro óbice a considerar; em terceiro lugar, não se fornece ao estudante uma adequada assistência técnica e material, impossibilitando-o, assim, da prática do desporto... Não se ajudam materialmente as Associações Académicas e as suas disponibilidades financeiras são insuficientes para se conseguir uma eficiente acção (no campo desportivo). Assim o estudante encontra-se praticamente impossibilitado de praticar limitando-se a assistir. Evidentemente que as competições entre universitários—sujeitas a estas limitações—já por não terem a projecção das dos clubes desportivos portugueses, já por não se enquadrarem naqueles desportos que são considerados mais «populares», desviam as atenções para os clubes (extra-universitários). Assim nem o estudante comunga do desporto universitário—solução ideal—nem ao menos se sente atraído para ele... Há que procurar instalações dignas para que o estudante usufrua dos benefícios do desporto, que será um óptimo veículo... de integração no meio universitário».

Indica, seguidamente, a actividade das A. A. A. A. no aspecto cultural e aponta as duas orientações usadas: uma procurando que as manifestações atinjam certo nível, outro afirmando a necessidade dessas manifestações serem restritas

aos associados das respectivas Associações para fomento dos «talentos» que lá se encontrarem. O autor acaba por concordar com esta segunda orientação apesar de considerar serem procedentes certas críticas que se lhe apontam e sem afastar, muito antes pelo contrário, a outra espécie considerada de realizações culturais.

9—Em continuação da sua ideia de modificar o actual estado de coisas, Vieira e Brito preconiza a criação de uma *Federação das Associações Académicas de Lisboa* que compreenda todas as A. A. A. A. de Lisboa e os organismos académicos que a elas se deveriam subordinar tais como: Teatros Universitários, Grupos de Danças, Tunas e Orquestras Universitárias, etc., etc., e que seria o primeiro passo para a União Nacional de Estudantes.

Preconiza a criação, a par da União Nacional dos Estudantes—órgão representativo dos estudantes portugueses—, dum Conselho Nacional de Estudantes formado por aqueles organismos insusceptíveis de integração na União Nacional de Estudantes tais como a J. U. C., C. A. D. C., C. U. da M. P., C. E. I., e por um representante do corpo docente de cada Universidade. Esse organismo de carácter consultivo deveria emitir pareceres, sempre que solicitado pelo órgão deliberativo e representativo dos estudantes—União Nacional dos Estudantes.

10—Insistindo na sua ideia de integração do novo universitário, além daquilo que já se fez, preconiza que as semanas de integração tenham no seu programa conferências, debates, filmes, pequenas publicações, etc., versando o tema: a Universidade e a Associação Académica.

11—Respondendo à sua terceira pergunta—por quem deve ser feito? (o enquadramento no meio universitário, atrás aludido)—não hesita em afirmar que tudo deve ser feito pelas Associações Académicas. Mas interroga: Individualmente consideradas? Ou em conjunto? «A seu ver reside no facto de as Associações terem actuado até agora quase sempre individualmente um dos maiores obstáculos a que as suas iniciativas não tenham ganho a devida projecção.

Sem afastar a iniciativa de cada uma das Associações de per si, propõe que seja dada grande atenção ao papel que em conjunto as Associações podem desempenhar. Deveria, em sua opinião, existir um intercâmbio larguíssimo entre as iniciativas dos estudantes Universidades do País, até que a União Nacional dos Estudantes viesse unificar o trabalho associativo.

A formação cívica do estudante universitário

I) — É indiscutível a existência e actualidade do chamado «problema universitário». A referência à actual «crise da Universidade» é feita, por vezes, sem o necessário e profundo conhecimento de causa, mas mostra que existe um certo ambiente visível aos olhos de todos.

II) — Causa deste facto — agudização crescente de certos problemas e a própria consciencialização da massa académica, são causas que se interpenetram.

III) — O problema universitário é uma síntese de uma série de problemas de vária ordem (culturais, sociais, económicos, etc.) que se ligam nas suas causas e processos de resolução e que tem raízes no ambiente geral que os condiciona.

IV) — Os problemas universitários estão integrados em amplas

questões do carácter nacional e não podem ser resolvidos por via exclusivamente universitária. Impõe-se que deixe de existir contradição entre os poderes públicos e os direitos de auto-determinação dos estudantes. Será necessário, neste ambiente, enquadrar os assuntos universitários no plano de resolução dos grandes problemas nacionais. É extraordinariamente importante a formação cívica do universitário, até porque só através dela se poderão formar as futuras elites dirigentes do País. Impõe-se a participação do estudante universitário nas questões cívicas, económicas e sociais do nosso povo.

V) — A diferença de correntes que se nota entre a massa académica no plano cívico, só pode ser útil e deve ser aproveitada em perma-

nentes debates e estudos tendentes à melhor solução. As posições ocupadas neste campo não podem prejudicar a unidade e especificidade que caracteriza a vida académica propriamente dita.

VI) — A formação cívica do estudante e o acompanhamento, pela Universidade, dos grandes problemas Nacionais são aspectos que estão na base de um verdadeiro enquadramento do estudante universitário.

VII) — As Associações Académicas, longe de poderem ou deverem orientar os estudantes segundo quaisquer ideologias de carácter político ou religioso, são também responsáveis pela formação cívica do universitário e pela sua consciencialização em relação aos problemas académicos e nacionais.

«Fim a tingir também, é o acesso dos alunos ao governo da Universidade. A Universidade católica do período medieval foi exclusivamente governada pelos alunos, que escolhiam eles próprios os lentes e os assuntos que deveriam estudar. Não será possível, anacrónicamente, regressar à Idade Média, mas a participação dos alunos na direcção da Universidade, ao lado dos professores, uns e outros por eleição dos corpos discentes e docente, permitiria melhorar a situação do aluno, que só não seria desfavorável na suposição que os professores são perfeitos e rigorosamente justos. Como isto não sucede, como todos sabem a situação do universitário é de menoridade, não diferindo da escola primária e tratando-se pois adultos como crianças

As Associações Académicas surgiram quando a Universidade se transformou num feudo do professorado. Como o acesso do universitário ao governo da Universidade, a Associação Académica passaria de certo modo a ser a própria instituição.

A universidade tornar-se-ia nesse caso *uma associação espontânea de professores e alunos, de mestres e discípulos*».

António Quadros, in 57, Dezembro de 1957.

*
«A Universidade é uma instituição cuja finalidade se cifra na educação superior de indivíduos que

e formulação doutrinária da Universidade tem de se informar nessa finalidade base e no conjunto de condições que constituem a característica específica dos indivíduos que a frequentam.

Como processo eficaz de atingir estes fins elevou-se a Universidade à categoria de instituição autónoma, capaz de auto-gestão, no sentido de determinação dos meios mais convenientes à sua realização. Desde os primórdios da Idade Média se entendeu a Universidade como uma corporação de mestres e alunos que só de «per se» completavam a existência estrutural da Universidade.

Simplemente, se actualmente estes mesmos princípios são afirmados com vigor, nem sempre tem havido facilidade em lhes deduzir as consequências implícitas até ao último grau.

De facto, qual a razão porque só em relação às Universidades se tem mantido através dos séculos a natureza corporacional primitiva? Porque razão a outras instituições ou organizações escolares senão afirmou identica característica?

A solução parece clara. Dentro dos diversos graus de ensino, só as Universidades ou instituições de

Universidade
+ alvo de
controvérsia

atingido um determinado grau de desenvolvimento físico e mental e possuidores de uma gama de conhecimentos que possibilite essa educação de último grau, pretendem concluir a fase educacional da sua vida através da aquisição de uma formação instrutiva de nível elevado e eficácia garantida.

Toda a estruturação orgânica

natureza congénere, pela sua natureza una e pelas características próprias dos seus membros se mostraram capazes de permanecer dentro do admirável sistema da «auto-gestão».

Se as contingências da Idade contemporânea forçaram a firmar, em função de necessidades nacionais, alguns limites a essa auto determinação, é patente não obstante que se agiu sempre com a prudência necessária no sentido de evitar a formulação de um regime de heteroadministração das Universidades.

Dentro desta linha de pensamento, que parece de validade indubitável, afigura-se lógico e irrecusável concluir que, perante a necessidade de resolver problemas relativos à Universidade ou a qualquer dos seus elementos estruturais se atenda como meio fundamental de prosseguir a satisfação das necessidades que propicia a utilização do trabalho exclusivo desses mesmos elementos estruturais. Não será este o alcance último do conceito de autonomia tão divulgado?

Se for possível e necessário contribuir com a colaboração de outras instituições estranhas à Universidade, como fundamentalmente o Estado e a Igreja, para sanar as deficiências dos empreendimentos dos mestres e estudantes universitários, será óptimo, desde que se não caia numa inversão lamentável dos valores em jogo que só contribuiria para a diluição completa da visão institucional da Universidade. Não se estará mesmo num momento avançado desse processo de diluição? Não será mesmo necessário reforçar pela imposição de um regime em certa medida novo a eficácia fundamental de Unidade de elementos que caminham para a desagregação?

António Gomes Mota, in Relatório da Direcção da A. A. F. D. L., sobre o Decreto-Lei n.º 40900 e proposta de lei n.º 48-1958.

«Não posso concordar de modo algum, com o tecnicismo exagerado de que sofre o ensino universitário nos nossos dias. Cada vez se aprende, se estuda, se elaboram mais pensamentos segundo uma técnica que visa estereotipar todo o conhecimento. Pretende-se transformar o cérebro do homem culto num bem elaborado e bem provido ficheiro, sobre um ramo ou apenas um sub-ramo ou mesmo um assunto do vastíssimo campo da cultura. «Cada vez se sabe mais e mais sobre menos e menos», mas, neste saber mais, por vezes esquece-se o esforço individual, relegam-se os pontos mais interessantes do saber para segundo plano ficando todo o estudo, dedicado a determinados pontos, que segundo um critério, que pode não ser melhor do que outros, são considerados essenciais.

.....Claro que eu não condeno que se ensine o aluno a pensar os assuntos, a analisar todas as possibilidades de resolução ou de crítica que eles nos oferecem. Para todo o trabalho quer intelectual quer manual, há uma lógica, uma coerência entre os meios de que se dispõe e os fins a atingir. Agora fazer ultrapassar pela técnica, pela construção esquemática e igual, pela exposição árida das matérias, a indagação, o esforço, a verdadeira e nobre curiosidade de saber, com isso é que eu discordo..... Por outro lado a especialização demasiada de que sofremos, faz que o aluno médio ou mesmo o bom aluno de uma Faculdade ignore fatalmente outros pontos de cultura, que não possa dedicar o seu tempo a focar outros assuntos. Que sabemos nós de Literatura e de Filosofia, de Histórias de Arte ou de Ciência política?...O que sabe a maioria de nós sobre Pessoa, Torga ou Redol, sobre o simbolismo ou sobre o surrealismo, sobre o neorealismo ou sobre a construção filosófica de Hegel ou de Gabriel Marcel? É impossível a um aluno médio erguer-se tão alto, tão fora do mundo utilitário, rápido e vegetativo de hoje».

Maria Isabel Alves da Silva, in 57 Dezembro de 1957.

*

«Na história da Universidade vemos-la aparecer inicialmente como uma corporação de estudantes com o fim de por seu intermédio adquirirem cultura. O desdobrar do tempo veio trazer a estas duas ideias-base da Universidade um desenvolvimento e desenlace talvez patológico, provavelmente incompreensível. E assim foi que a Universidade perdeu o seu carácter de associação de estudantes e perdeu igualmente o seu primacial fim de ensino da cultura. Sobreveio a necessidade da especialização e a pouco e pouco a Universidade encaminhou-se para uma preparação exclusivamente técnica dos seus alunos. E, devido a causas filosóficas, políticas e sociológicas, de corporação de estudantes redundou em algo de confuso e amalgamado mais órgão estadual pragmático absoluto em que os interesses dos estudantes passaram a um plano inferior, pelo menos no que diz respeito ao fim para que eles, antigamente, se reuniam. Se isto foi útil, creio que não, mas também não vêm ao caso discuti-lo agora. Importa talvez acentuar que grandes figuras do nosso tempo consideraram tal facto prejudicial. Di-lo, por exemplo, Ortega y Gasset no seu livro *Missão da Universidade*. «Comparada com a medieval a Universidade contemporânea complicou enormemente o ensino profissional que aque-

la em germe proporcionava e adicionou-se a investigação, retirando quase por completo o ensino ou a transmissão da cultura. O que foi, evidentemente, uma barbaridade cujas funestas consequências estão agora a ser pagas pela Europa. O carácter catastrófico da situação presente europeia é devido a que o inglês médio, o francês médio, o alemão médio, são *incultos*, não possuem o sistema vital de ideias relativas ao mundo e ao homem correspondentes ao seu tempo. Esse personagem médio é o novo bárbaro, atardado relativamente a sua época, arcaico e primitivo em face da tremenda actualidade dos seus problemas. Este novo bárbaro, é na verdade, o profissional mais sábio que nunca, mas o mais inculto também é engenheiro, o médico, o advogado homem de ciência dos nossos tempos.

Os estudantes, porém, não se pode dizer que tenham encarado tal desvirtuação sem tentativas de remar contra a maré. É seguro e inquestionável que foi o seu desejo de agrupamento, de união para a obtenção daquilo que a Universidade lhe não dava (a cultura) o principal motivo que presidiu e preside à existência das actualidades chamadas Associações Académicas... Sem falar já nos restantes aspectos em que hoje em dia as Associações Académicas servem os estudantes não há dúvida que eles tiveram a consciência de que a cultura se não pode adquirir, para ser viva e actual, por intermédio de professores e faculdades. Aqui, julgo eu, reside a discordância básica perante as soluções apresentadas por Ortega y Gasset e, em Portugal, pelo Dr. António Quadros para que se criassem Institutos ou Faculdades de Cultura. A menos que se lhes desse um carácter diverso em absoluto das actuais, orgânicamente falando, tais soluções, tais faculdades, enfermiariam de muitos males o mais grave dos quais seria o ensino professoral da cultura (mesmo admitindo os debates, seminários, etc).

A cultura, penso, é algo de livre e que livremente se recolhe. E este *livremente* não significa individualmente mas pode e deve significar colectivamente.

Por isso, vejo nas Associações Académicas, quando bem orientadas e trabalhando num puro campo de desinteresse, como aglomerados de jovens, (os futuros criadores) de todas as tendências e credos, (aí estará a vitalidade da cultura) e imbuidas de um espírito de compreensão e amizade, vejo nas Associações Académicas, dizia, a resolução do problema cultural do estudante português».

Orlando Neves, in A PLANICIE, Novembro de 1957.

Os exames nas Faculdades portuguesas

por ORLANDO NEVES

Quando calha de falar-se no ensino em Portugal há sempre um ror de problemas a equacionar. E um dos mais agrestes é este dos exames. É daqueles que levantam toda a espécie de críticas e objecções precisamente porque a ele se prendem factores psicológicos, doutrinários, práticos, humanos.

Neste momento interessa-me focar o seu regime nas Faculdades portuguesas, ligado como deve estar às pessoas dos dois intervenientes, indispensáveis; o professor e o aluno. Na Universidade este binário é o seu fulcro. Como ele deve (ou deveria) na altura dos exames, andar relacionado é o problema que ora me preocupa.

O estudante universitário tem na sua vida um momento crucial, autenticamente de vida ou de morte, que é o período pré-examinal e os exames propriamente ditos. Quando o mês de Abril chega, a actividade do estudante sofre uma aceleração gigantesca. Aproximam-se os momentos decisivos em que o seu trabalho anual vai ser apreciado, julgado e sentenciado.

Ora, sabe-se que, na maioria dos casos, o estudante guarda para esse período a sua maior dose de esforço, porque o espectro dos exames faz-lhe ver que é essa a época que realmente conta para a avaliação dos seus conhecimentos. Todo o restante tempo em que andou em aulas dum forma geral, não importa para a solução do seu magno problema: a passagem ao ano seguinte. A lei assim o determinou: *no mês de tal* o estudante prestará provas e delas, nessa altura, se extrairá o veredicto.

Não é difícil supor-se que é então que o jovem vai começar a estudar afinadamente para que no *dia tantos* se resolva o seu caso. E, se tem possibilidades intelectuais razoáveis, pode dar-se ao luxo de não pegar (ou pegar pouco) nos livros durante o ano e, um mês ou dois antes, *entrar a matar*. É preciso registarmos este facto não como excepção mas como regra.

Não se trata, porém, só de aumento de trabalho o que acontece na altura dos exames. Trata-se igualmente dum mutação psicológica (às vezes, fisiológica...) que se opera no estudante. A data do exame, as contingências de tão variada ordem a que ele está sujeito, a importância que lhe está adstrita, tudo isso aparece de súbito aos olhos do estudante e provoca-lhe um estado de excitação, febril, assestador. É uma pessoa diferente a partir dessa altura. Trata-se de meter na cabeça, contra-relógio, tudo o que ainda lá não está ou reavivar o que já lá esteve. O nervosismo apossa-se do seu espírito. Não importa adquirir conscientemente e com mira no futuro os conhecimentos necessários. Interessa, sim, que, *no dia tantos*, se consiga ter as coisas de tal modo presentes que isso o ponha a coberto de qualquer contrariedade. Depois, ora, depois, esquece-se. A meta não é saber, é passar de ano. Por isso, o estudante não dorme ou dorme mal, não se interessa por mais nada senão pelas *sebentas*, não vive, decora. *Para o dia tantos tenho de saber isto. Para o dia tantos + X, tenho de saber aquilo.*

Isto cria no estudante mais um complexo de medo e o conseqüente desgaste físico (às vezes irremediável) e intelectual.

Dir-me-ão: *é assim realmente mas a verdade é que não há remédio, tem de ser*. Ora eu digo, pura e simplesmente, que se isto tem de ser é porque o regime de exames não está certo.

E a solução afigura-se-me clara e tão simples como o ovo de Colombo. Vou expô-la não me atendo senão a aspectos puramente práticos; quer dizer, sem me envolver, por ora, em definições de métodos pedagógicos. E até para evitar palavreados desnecessários vai mais ou menos por alíneas.

- A Universidade é uma associação de professores e alunos. (Se não é, devia ser).
- Uns e outros estão ali para realizar uma tarefa comum. O Estado é apenas o promotor, o assegurador, o fiscalizador (se quiserem) dessa tarefa.
- O aluno está na Universidade (na nossa Universidade de hoje) para tirar um curso superior, porta de entrada em determinado sector de actividades.
- Importa que, para isso, ele possua certos conhecimentos considerados imprescindíveis e distribuídos por diversas cadeiras. Quer dizer, é necessário que ele adquira esses conhecimentos, **tire** essas cadeiras.
- O escalonamento dessas cadeiras por vários anos afigura-se-me dispensável e, pedagogicamente, desaconselhável. Se fosse possível dar a cada uma delas o carácter de curso completo seria magnífico. Não sendo, porém, possível, admito que algumas fosse obrigatório concluir antes de outras. Isso, no entanto, não quer dizer que se reunam em grupos que constituam anos. Em qualquer altura se poderiam **tirar**, desde que se observasse a tal ordem cronológica. Portanto, acabava-se com a taxativa e estrangulante enumeração de cada curso superior demorar X anos. Isso variaria consoante o interesse e as possibilidades do aluno.
- E como fazer-se avaliação dos conhecimentos do estudante? Os exames estão, pedagogicamente, condenados ao desaparecimento. Mas sem ir tão longe admito os exames.
- Porém (e aqui reside, em meu entender, a chave para todo o problema atrás apresentado) o exame seria requerido pelo aluno *quando este quisesse* ou seja, quando, livremente, se sentisse em condições de o fazer. Quer dizer no princípio, no meio ou no fim do ano quem se sentisse preparado em tal ou tal cadeira iria fazer exame.

Isto eliminaria o contra-relógio, o nervosismo, os esgotamentos intelectuais, as contingências resultantes de vários factores. Isto traria uma consciencialização de aprendizagem, uma segurança feita de trabalho e vontade de saber, uma humanização do esforço, um extraordinário passo em frente para uma cooperação activa entre professores e alunos. Isto daria ao ensino universitário, pelo menos no seu capítulo de exames, um carácter de adulto que hoje não tem.

Inquérito sobre o ensino do Direito em Portugal

Avizinha-se uma Reforma do ensino do Direito no nosso País.

A Comissão Pedagógica da Associação Académica, resolveu fazer o presente inquérito a todos os alunos da nossa Faculdade, com o fim de recolher elementos para uma exposição a enviar às entidades competentes.

I

- a) Hoje a Universidade desenvolve-se num sentido acentuadamente técnico; concordas com tal orientação?
- b) No caso negativo aponta em síntese alguns processos a seguir para uma modificação de tal rumo.

II

- a) O presente número de cadeiras e cursos na Faculdade de Direito merece a tua aprovação?
- b) E a sua distribuição pelos diferentes anos?
- c) Supões útil a supressão ou o aparecimento de outra disciplina no curso de Direito como p. ex. «Deontologia profissional»?
- d) No caso de considerares que à Universidade deve ser atribuído um papel de educação geral superior, quais os assuntos não estritamente técnicos que entendes devessem ser leccionados dentro da Faculdade de Direito?
- e) Concordas com o actual número de anos para a licenciatura em Direito ou não?
Porquê?

III

- a) Achas que o ensino do Direito na nossa Faculdade se deve encaminhar num sentido mais prático e directo, evitando a excessiva teorização de que presentemente se reveste?
- b) Qual a tua opinião sobre as aulas práticas? Chamadas ou exercícios? Leitura de trabalhos ou esclarecimento de dúvidas? Explicação de matéria?
- c) Serão suficientes e verdadeiramente úteis os meios de estudo de que hoje dispomos (apontamentos próprios, esquemas ou súmulas, sebatas, livros)?
- d) Achas que a constituição de seminários, as visitas de estudo a organismos judiciários ou a possibilidade de entrega aos alunos, a partir de determinada fase do curso, de certos casos da vida real sob a orientação dum Professor, serão vantajosos como novos meios de estudo?

IV

- a) Concordas com a actual obrigatoriedade de assistência às aulas?
- b) Se não, propõe algum sistema substitutivo do existente.

V

- a) O regime actual de exames satisfaz-te plenamente?
- b) No caso de o não aceitares no todo ou em parte, aponta algumas sugestões.

1 —Até há pouco, a cultura era aceita universalmente como privilégio de uns tantos que tinham ao seu serviço o escol intelectual conveniente e obediente. De súbito, surgiram as dúvidas que, numa concepção extrema, se inclinaram até negar a legitimidade da própria existência de um escol. Esse problema, origem de confusões lamentáveis, tem sido tratado, ora com lirismo enternecedor, ora com ostensiva segunda intenção. A vitória da nossa época, para uns seria ter alargado a acessibilidade à camada universitária, por exemplo, do privilégio de casta para direito universal. Para outros, a derrota da nossa época seria a sua permanente necessidade de um escol.

Para além desta especulação, perguntar-se-á qual a causa desta inimidade relativamente ao escol. As ideologias que o têm combatido denunciam facilmente o porquê da sua luta. O escol possui uma capacidade indiscutida para impor, a qual tem origem para além dele. Dessa origem participam a ideal ignorância da massa e a colocação e manutenção do escol no posto que ocupa por uma complexa realidade, alheia à sua essência espiritual — a classe socialmente predominante. O que, tudo junto, facilita e convida ao conformismo e ao imobilismo.

Hoje, uma corrente intelectual nova e não comprometida esbarra contra a muralha da indiferença conivente de quem deveria ser o seu público e da intolerância da aristocracia da cultura — não por embirração, mas por formação.

Daí resulta a sua pura e simples segregação — quer pelas forças directas (o próprio sector comercial em que se reflectam as suas actividades); quer pelas forças indirectas (a predisposição geral para conservar).

Este subtil mecanismo comanda o favor de que, em certos períodos, gozam correntes estéticas aparentemente revolucionárias, em detrimento de correntes anti-esteticistas, que tendem a exprimir um inconformismo mais sólido e profundo; portanto menos conveniente.

Neste panorama, as duas realidades que pretendemos abordar — o cinema e a universidade — sofrem uma opressão comum da parte do Órgão de Veneração dos seus destinatários habituais.

O cinema, considerado pelo senso comum como arte inferior ou mero transmissor das virtudes de outras artes; a universidade, sobretudo no seu corpo estudantil, considerado como simples saída — ambos têm sofrido os ataques de críticos violentos. Se para a segunda se advoga a reforma, reconhecendo a grandeza da sua essência, para o primeiro nada se pede a não ser em alguns sectores intelectuais que não seja a supressão da censura para os filmes indecentes.

Quanto à revisão da sua posição de subalternidade em relação aos ídolos venerados, a quase nula maleabilidade das concepções culturais convencionais reage sistematicamente a todas as tentativas.

O cinema, olhado como divertimento bárbaro ou

como rebelde a liquidar, viu-se e vê-se aprisionado por mãos estranhas, que o mantêm no estado perfeitamente capaz de servir o *statu quo* cultural, o que produz o seu desvirtuamento quotidiano. Como já tem sido afirmado por estudiosos do problema, nas novas gerações é que se pode ter a esperança de uma futura aceitação social do cinema como arte. A geração hoje dominante nas classes economicamente capazes de pagar, encara irrevogavelmente o cinema numa forma totalmente estranha à própria realidade do fenómeno cinematográfico. E toda a produção, que lhe é principalmente dirigida, se governa por esse princípio, o que só revela, aliás, lúcido espírito comercial.

Ora, falando de novas gerações devemos atender primacialmente à juventude universitária. Apesar de todos os seus «tics», preconceitos e «engagements», é na juventude universitária que encontramos um meio de que podemos esperar um renovamento cultural

que inclua o cinema nos seus projectos. A indiferença dos meios cinematográficos pela cultura universitária é mais grave para o próprio cinema do que a indiferença social pela arte do cinema.

É evidente que ao falar de juventude universitária e de cultura universitária temos em mente uma juventude com ideais, e ideais próprios, não alheios.

O cinema na universidade tem dois lugares por ocupar plenamente — a sua integração na formação total do universitário e a sua inclusão nos estudos universitários. A formação total do universitário é em si uma ideia feita que esconde intenções disparas e, frequentemente, é utilizada como chavão de combate sem significação interior. A universidade, numa sociedade avessa à filosofia, tende a ser constantemente considerada como reparição pública ou mera continuação do liceu. A

essência própria da universidade, estranha ao somatório concreto das preleções e dos exames, tem sido confundida, na outra face, com instituição exclusivista, casta sui generis herméticamente formada à volta de uma ideia totalitária. Qualquer destas maneiras de ver não resiste à primeira análise: uma é ridícula, a outra é obsoleta.

Portanto: o cinema pode por si contribuir para o renovamento da formação do universitário e, por outro lado, esse universitário, assim educado, poderá vir a ser a mola decisiva da emancipação de uma cultura cinematográfica autentica, até porque a sua formação «total» será mais vantajosa do que qualquer outra.

O presente problema cinema e universidade, porque estamos em fase de abertura de caboucos, reduz-se à problemática anteriormente enunciada.

A qual, no entanto, cumpre desenvolver, dado que o carácter da actividade imediata é susceptível de vasta discussão.

Põem-se problemas de carácter estético, ético e cultural em geral. Realmente, o cinema ao entrar na

«OS UNIVERSITÁRIOS E O CINEMA»

O CASO PORTUGUÊS

por EDUARDO MÁRIO PEDROZO

e

JOAQUIM JORGE DE MAGALHÃES MOTA

universidade, para não renunciar à sua universalidade, deve tomar consciência de que os fins da universidade vão até ao ético e ao humanístico, assim como os fins do cinema podem ir também. Isto porque, se é certo que já ninguém acredita na arte pela arte, muita gente se insurge contra um cinema «engagé», ao mesmo tempo que vai dizendo que o cinema é coisa tão funcional como um jornal ou tão recreativa como um parque de diversões.

Quem vier a estudar o problema cinematográfico já não o pode considerar separado da universidade: esta tem de conhecer o cinema, porque este não pode sobreviver sem ela, a não ser que prefira anquilosar-se e deixar-se aniquilar como arte.

2 — Para além do problema da nova concordância ou discordância (total ou parcial) com o que acima afirma o Eduardo Pedroso não queremos deixar de começar por afirmar alguns princípios básicos.

Para também sofrerem a influência de Gasset citamos como justificação para tal procedimento «Meditación del Marco» e o que poderia ser um elogio da definição: «Um quadro sem moldura tem o ar dum homem expoliado e nú. O seu conteúdo parece derramar-se pelos quatro lados da tela e desfazer-se na atmosfera».

Para nós, no desempenho da sua missão compete à Universidade fornecer aos futuros dirigentes da vida social os fundamentos duma cultura superior que lhes abra o espírito do desejo da verdade e a sua visão ordenada e unitária do Universo.

À Universidade, pela sua responsabilidade social, incumbe ainda a missão de orientar superiormente a vida da sociedade humana, promovendo o seu progresso e evolução pacífica, dentro de cada Nação e no âmbito mais largo da comunidade internacional. É em ordem a este objectivo que lhe compete estudar as necessidades actuais do país e procurar-lhe as soluções tecnicamente mais adequadas e doutrinariamente mais sãs; seu foco de irradiação de valores culturais autênticos e de novas direcções de vida para homens; etc., etc., etc...

Por cultura entendemos não «um conjunto extenso e variado de conhecimentos gerais», nem um conjunto de conhecimentos, atitudes e concepções através do qual se obtém a capacidade de um comportamento social brilhante, nem «um conjunto coerente de conhecimentos artísticos e literários e a formação do sentido estético» (1).

Culto será — sem dúvida — o de pensamento bem informado mas em que todos os conhecimentos artísticos e literários foram bem assimilados e formam um todo coerente e equilibrado, que assumiu, por si, uma concepção do mundo que orienta toda a sua vida.

Cultura não é portanto, mais uma pintura de que nos revestimos, qualquer coisa que se junta a nós, mas qualquer coisa que vive em nós. É uma posição e uma atitude face ao que nos vai acontecer e enriquecida por cada dia e cada momento. Não diremos que o universitário é culto ou inculto conforme possui ou não variados e abundantes conhecimentos de vários ramos. Diremos que somos cultos ou incultos conforme a maturidade, a abertura e correcção da nossa posição face ao curso e à profissão, às artes e à literatura, às descobertas da ciência, a sociedade e à Nação, ao humano e ao sobrenatural.

É dentro deste «enquadramento» que estudaremos «O universitário e o cinema». Não esquecendo que para compreender a situação do universitário médio se torna necessário conhecer as influências a que está sujeito (2), uma vez que a maioria, longe de poder e agir sobre o meio, sofre profundamente a sua influência. (3)

3 — Foi em fins de Junho de 1956. Um grupo de alunos de uma Faculdade de Lisboa concedia uma entrevista à «Plateia».

Por aí se ficou a saber como disse Nuno Portas (4) comentando o que se chama «espéctaculo» que «...Não são os Universitários nenhuns «bichos» entregues a intelectualismo, cheios de problemas ou preocupações: pelo contrário, eles vêm no cinema o que as pessoas normais e decentes vêm: o divertimento compensador mais à mão nas horas vagas, o lenitivo para uma vida já cheio de responsabilidades, enfim porque não? — a doce velada satisfação de uma libido sempre insatisfeita, quando não devoradora».

Tomando como modelo não só a referida entrevista como muitas conversas de intervalo, o panorama seria mais ou menos este:

— Gostamos de ir ao cinema porque a vida é uma chatice e a gente precisa de se distrair. Há quem goste de «Jane Wiman em «Belinda» e do género histórico», quem prefira a «Bette Davis como actriz. E Kim Novack, mas essa é outra coisa». Fala-se na Marilyn e no calendário, muito no Brigitte, a Rosana Podestá é de a gente se amandar pró chão» (o entrevistado fez questão na transcrição integral «para não perder a graça») e também há quem goste de cinema como «edifício» — prefere o S. Jorge e o Império.

Outros «preferem Jean Marais, Marlon Brando, Gregory Peck Bárbara Stanwick, James Dean, os filmes franco-italianos, ingleses, americanos... «E o repórter conseguiu nesta altura concluir que os universitários preferem os filmes de tese (!!). (5).

Interessam fundamentalmente os filmes italianos (com Ginas mais ou menos Lollobrigidas e Sofias mais ou menos Lorens, muito realistas, neo-realistas, etc.), os americanos abandalharam, já nem se podem ver filmes de cow-boys, são bastantes giros alguns filmes de Eddie Constantine e, vá lá, no fim dum exame ou coisa parecida também sabe bem uma comédiasinha americana. «O cinema é um meio de expressão artística» mas interessa fundamentalmente uma boa história. Também há quem repare na música e na fotografia — a «parte técnica» que é o que dá o gozo todo aos entendidos. Os filmes portugueses são «bestialmente pirosos».

Oferece algumas especialidades o pensamento das universitárias: preferem o William Holden, o Marlon Brando, o Rock Hudson e até o António Vilar («esta ancestralidade da padeira de Aljubarrota»).

Adoram filmes «pesados» — tirando os ingleses que são muito lentos — embora chorem todo o tempo. «Porqu'ê qu'a menina na foi?... Poi não, não foi...

Tamãe a menina nunca vai a estas coisas... Olhe, foi tão giro... giro, giro, giro, percebe... Olhe... ele encontra-a no comboio, percebe, com muita gente, percebe, pai montes... Tava, Tava e a Licas também foi, foi tudo. Pois, a mãe alinhá».

É assim. Será assim para todos?

4 — Esta é, infelizmente, a posição da grande maioria, a realidade universitária. Apesar do valor de algumas das suas camadas mais jovens e inconformistas, apesar da existência de dois cine-clubes universitários (O Cine-Clube Universitário de Lisboa e o Centro cultural de Cinema), das páginas de cinema

(1) — Inquérito «Responsabilidade do Cristão nas Estruturas» realizado quando das Jornadas Universitárias de Fátima.

(2) — O problema anunciado será tratado num dos próximos números.

(3) — Veja-se em «ENCONTRO» n.º 4 de Manuel Cortes Rosa — «Acera do problema da cultura».

(4) — «DIÁRIO DE LISBOA» de 26-6-956.

(5) — As expressões entre aspas foram extraídas da referida entrevista.

do «Encontro» e de AEIST (esta sem assiduidade, o que é pena), dos cadernos editados pelo Centro Cultural de Cinema, etc., etc.

Os universitários são apenas uma fracção do público.

Não se distinguem nem pelos gostos nem pela atitude cultural. Contribuem para o êxito de quantos «Renegados», «Sissis» e semelhantes por aí aparecem e são dos que trocam «A Estrada» ou «O Reino da Calúnia» pelo «Adeus às Armas» (que é no Tivoli com bilhetes mais caros e não sei quantos scopes) ou por «As sete filhas do Sr. Conde».

Por isso continuamos a fazer «Sangue Toureiro» e «Homens do Dia» adequados à sã mentalidade e simplicidade de mulheres a dias e outras serviçais de limpeza.

5 - O problema do cinema português é um problema universitário. Não é o problema de levar a estrela X a casar com o Sr. Y a ver se... ela dá mais uns dinheirinhos para a fita. Não é o problema do folclore, do patriotismo, da «alma nacional» com fadinhos e tudo, para tentar convencer o Fundo a não deixar o projecto ir para o fundo ou ficar em águas de bacalhau. Nem é um problema de esperança messianica ou Gulbekianica.

Temos problemas que a economia deve resolver antes de salvar orçamentos dum cinema que nos envergonha. (6)

E o problema do cinema português é um problema de cultura. «Só vale a pena se for movido por um empenho cultural sério, uma obsessão de encontrar o real em toda a sua riqueza, esforço que só é possível pela «criação» cinematográfica». (7)

Apesar do que atrás dissemos, apesar da mediocridade e da ralidade universitária, confiamos nas tais minorias, também assinaladas.

Um cinema que nos interpreta e aprofunda é possível começar a ser encarado em nível universitário, com um lugar na Universidade, o lugar que lhe

compete pela qualidade e acção de elaboração cultural e promoção humana.

6 - Terminamos, com uma promessa a de tentarmos em futuros artigos, aprofundar o que hoje apenas deixámos esboçado,

e com uma série de sugestões:

- Que aos cineclubes universitários (C. C. U. L. e C. C. C.) sejam fornecidos os meios indispensáveis para a criação dum estudio experimental.
- Que seja criado um Instituto de Estudos cinematográficos que possa ser, em nível universitário, centro de formação de autores, teóricos e técnicos, capazes de através do cinema exprimir o que em nós há de profundo e promotor. (7)
- Que a exemplo de outros países, (8) a Universidade colabore com os cineclubes universitários, por exemplo como no Uruguai considerando a sua correspondência como oficial e portanto sem despesas de correio.
- Que o Centro Universitário da M. P. rectifique a sua posição em matéria de cinema e em vez de sessões gratuitas procure outros meios (completamente diferentes) de colaborar na campanha pela cultura cinematográfica na Universidade e nos Universitários.

(6)-Da presença de «O Cerro dos Enforcados» em Berlim dizia a revista italiana «Cinema Nuovo», os portugueses também estiveram presentes no festival. À parte a natural curiosidade, os seus seus filmes não satisfizeram nenhuma outra exigência.

(Pomos de parte o problema, já levantado da possível desonestidade da crítica de «Cinema Nuovo». Ninguém que viu, protestou...)

(7)-Posição in ENCONTRO n.º 3 (que seguimos muito de perto).

(8)-Entrevista com H. Alsina Thevanet in «Celuloides» n.º 2 (Janeiro 1948).

Europeia do Carvão e do Aço, do mercado comum europeu e do Eurátomo, é uma marcha para a superação sociológica do nacionalismo. Agregação da África representada pelos seus países independentes, a estas organizações supra-nacionais parece-me um salto ainda mais brusco. Se se teme a passagem do espírito de tribo para espírito nacional, mais de temer será a mudança de espírito de tribo para um espírito supra-nacional.

E, se nos lembrarmos da extraordinária importância da África na economia mundial, o seu potencial de matérias primas, o seu potencial humano, e as quase insuspeitadas riquezas do seu sub-solo, na sua grande parte ainda inexplorado, verificaremos facilmente que a sua situação actual é bem um proble-

Anti-colonialismo económico

Continuação
da página 32

ma grave para as suas populações. Parece que a boa-vontade dos seus ideais de emancipação não chega para salvaguardar os seus valores. Será necessário também uma sincera tomada de consciência da sua importância vital e do fracasso das suas ambições

legítimas se não forem tomadas as medidas mais cautelosas.

Enquanto estivermos dominados pelo dualismo mundial, enquanto não se atingir um espírito de relação ao se equacionarem os principais problemas do homem, creio que África não deverá abandonar os necessários instrumentos de prudência.

Até lá, teremos, porém de caminhar às apalpadelas. Só haverá a desejar que o caminho não se escureça mais.

Notas de um espectador

por ORLANDO NEVES

1—As férias do Sr. Hulot. Um filme diferente, que sugere muitas coisas e nos atira à cara outras. O sr. Hulot. Quem é o sr. Hulot? Que quis dar-nos Tati com esta figura estrambótica? Um tipo?

Quer-me parecer que não. Tati não procurou individualizar determinado tipo humano em ordem a integrá-lo num romanesco de acção. Creio que ele tomou apenas fotograficamente (quer material, quer psicologicamente) vários indivíduos característicos dum certo ambiente. Houve, por parte de Tati, uma certa preocupação caricatural mas isso não significa que não haja análise psicológica que se verifica sobretudo no momento em que eles actuam. Assim, por exemplo, considero que definidores da psicologia de cada um, são os seus gestos e sobretudo os seus tios. E Hulot?

Não parece que seja um tipo mas antes qualquer coisa de semelhante a um vulto, uma silhueta em que tudo é surpresa, novidade imprevisão. Nada do que dele vem é esperado e mesmo o que resulta do que dele vem. Choque, espanto, o que provoca. Hulot é sim, um individualista, ferozmente individualista. Que surge para a sociedade burguesa em que se inerusta Hulot? A ideia do ridículo. Um ridículo que há em todos e a que só um Hulot, individualista e livre, pode dar expansão devida.

Hulot, um herói?

Não. Hulot nada faz conscientemente, com o propósito de provocar. Faz porque o seu entranhado modo de ser individualista lho obriga a fazer no local certo onde ele vive: a burguezia.

Porque não é Hulot como os outros? Porque não entra e se não adapta?

Eis a dramaticidade do filme, dramaticidade que se não atira directamente para os nossos olhos e ainda bem. Mas ela lá está e, como está, provoca no filme uma originalidade de construção surpreendente.

2—Estive no III Encontro dos Cine-Clubes portugueses. Entre outras coisas ficaram-me na memória afirmações interessantes por vários motivos.

Assim, julgo que (pese embora a muita boa gente) os Encontros Cine-Clubistas tal como se têm realizado são prematuros dado que a

maioria dos Cine-Clubes (organismos imprescindíveis para o Cinema e para o público) não se encontram ainda perfeitamente estabilizados e organizados de modo a podermos esperar da sua acção algo de positivamente seguro para a educação do público. Culpa? A Federação tem-na, mas os dirigentes cine-clubistas também a possuem.

Na verdade, no Encontro narraram-se actividades, dificuldades e muitas coisas mais de interesse mas que para prossecução dos fins dos Cine-clubes pouco adiantam. Creio que, por exemplo, uma publicação periódica de todos os cine-clubes, encontros em que se discutissem e solucionassem apenas problemas de orientação geral, teriam um interesse maior e dariam resultados práticos mais compensadores. Citou-se no Encontro que, por vezes, existem nos cine-clubes, dificuldades, por não haver elementos capazes para continuar a obra dos primeiros, dos fundadores. De quem a culpa? Dos primeiros ou então os cine-clubes falharam. Isto prende-se com um círculo vicioso muito batido no Encontro. Afirmou-se por várias vezes que, quando os cine-clubes conseguirem muitos sócios o movimento cine-clubista será a realidade que se deseja. Ora isto está ao contrário. Estarão os cine-clubes à espera de sócios por geração espontânea? Não será antes necessário que os dirigentes provoquem entre a população (com todos os sacrifícios que isso exige — não esqueçamos que um movimento em prol da cultura, no seu início, é um movimento de entusiasmo e sacrifício) interesse pelo Cinema para que os sócios venham depois?

3—O termo Cinema precisa duma fixação de características válidas para o podermos mencionar sem receio das confusões que actualmente comporta. Se, como hoje é admitido, o cinema é uma Arte, há que dar-lhe um conjunto de elementos ao mesmo tempo suficientes para o independentizar das outras formas de Arte e para a afastar daquela outra utilização dos seus processos técnicos em que consiste o cinema comercial, não-Arte.

Uma das Artes que mais estreitamente se costuma ligar ao cinema é a Literatura. Quais as relações entre um e outra? Em que medida a adaptação da Literatura ao Cinema valoriza um ou outra?

Utilizando a sua forma expressional própria que é a imagem dinâmica — ritmo — (e, acessoriamente, mas, apesar de tudo, indispensavelmente, algumas características que, ou são outras formas de Arte ou suas expressões particulares — caso da música, do som, da palavra, da cor etc.) o Cinema, em minha opinião, não ganha com a adaptação de obras literárias.

A Literatura é a arte de traduzir a vida pela palavra (passem todas as imperfeições que esta definição possa incluir) e, portanto, faz dela a sua carne, a sua beleza, o seu vigor, (o que não quer dizer que não tenhamos de notar a **história**, palavra esta entendida em todos os seus sentidos estritamente literários). Ora o Cinema vive da imagem. A palavra tem de limitar-se a um papel acessório, menor, de complemento. E, como tal, deve ser mínima, e puramente indispensável. A música, o som, a cor, têm, como ela, de ajudar a expressão da imagem. Isto não significa que o Cinema deva prescindir da história. Mas o que precisa é de libertar-se da dependência em que vive, muitas vezes, da obra literária.

4—Servirá o Cinema para contar histórias ou as histórias servirão para fazer Cinema?

A técnica em que medida é fundamental para o Cinema? Um filme mau tecnicamente poderá ser um belo filme?

Perguntas sem resposta porque ainda se não assentou ou melhor ainda se não pensou (absorventemente) na estética cinematográfica (as excepções existem mas esse facto característico confirma que se não pensou universal e profundamente no assunto).

Respostas em forma logística:

1.a) —O Cinema é uma arte independente com meios de expressão próprios (a imagem animada e o ritmo (é sim, senhor).

—Como tal o assunto num filme tem de ser procurado olhando essas características.

—Logo as histórias servem para fazer Cinema como o Cinema serve para contar histórias (mas umas certas histórias — as que se adaptam ao seu característico (seu, de Cinema).

Nota —Histórias está empregue no

Concele na página vinte e três

Não sei se quem me lê é uma daquelas pessoas para quem o Teatro é somente uma forma de divertimento. Se assim sucede, o que vou escrever a seguir não pode interessar-lhe mais do que superficialmente. Mas se quem lê estas linhas é uma das pessoas para quem o Teatro é e será sempre a Suprema Arte, então eu sinto-me feliz pois certamente vai interessar-lhe o tema que vou tratar «A conciliação das Bruxas com as feiticeiras... de Salém».

Claro que a feitiçaria de que aqui vou cuidar é aquela maravilhosa magia que só a obra Teatral pode dar... mesmo quando tratada em cinema,

Não creio que tivesse sido coincidência, simples coincidência, estreitar-se em Lisboa, precisamente quando começaram as últimas representações teatrais, a película baseada no original norte americano do dramaturgo Arthur Miller — THE CRUCIBLE. Em Teatro e na tradução portuguesa de António Quadros, da versão francesa de Marcel Aymé chamava-se «As bruxas de Salém». A tradução portuguesa do filme (Les Sorcières de Salém) era «As feiticeiras de Salém».

Em concepção moderna a diferença que vai de uma bruxa a uma feiticeira é nenhuma. Mas em rigorosa aceção não há sinonímia.

Tal como na linguagem, entre a peça teatral apresentada no Teatro Nacional D. Maria II e a peça filmada em França, com realização de Raymond Rouleau, há diferença embora teleologicamente sejam uma só obra. E que obra! Uma das tais por que, a humanidade espera ansiosa para se ver retratada mais do que fielmente, que compreende (quando compreende) mas que não admite como uma advertência.

Quem viu a peça representada na cena portuguesa e assistiu à exibição do filme francês sobre o mesmo tema, de certo foi levado a determinadas conclusões, inevitavelmente. E a primordial é: a adaptação de Sartre para o cinema apresenta certos anacronismos perante a versão que nos fora dada em Portugal. Se a teleologia a atingir é a mesma, todavia há discrepâncias psicológicas em relação às personagens. Sendo assim: Qual a solução mais conforme e conciliável com o nosso senso específico? Mais concretamente: qual preferir? A Elizabeth Proctor tal como no-la deu Elena Félix, esbatida personagem puritana, mas profundamente subtil no seu humanismo? Ou a Elizabeth Proctor desenhada por Simone Signoret muito mais

clara e evidente na sua psicologia puritana? E qual preferir: a Abigail de Lourdes Norberto, «mais cínica do que perversa» (o crítico que o afirmou pôde decididamente o dedo na ferida) em que quase nunca transpareceu a ingenuidade dos 18 anos? Ou Abigail dada por Mylene Demongeot que concilia uma ingenuidade um pouco temerosa com uma perversidade de que ela se apercebe totalmente apenas quando o irremediável vai acontecer?

John Proctor é o personagem mais simples de todo o contexto dramático: John Proctor é o homem. Ele personifica a luta entre o Bem e o Mal e em que o autor radica a

não é essa. É antes, sim, a bravata de coragem, irremediável da consciência humana quando sabe que outros homens tão cobardes como ele próprio esperam dele um acto único corajoso que lhes sirva de alento para dominarem a sua cobardia. Ah! Sim, o Homem é o grande cobarde que tira coragem da cobardia dos outros homens que dele esperam tudo... menos cobardia! John Proctor é o Homem! Ele é o fulcro de obra filosófica de A. Miller. E é este Homem que Sartre aproveita para através dos seus diálogos salientar, mais que A. Miller a fraqueza e força humanas.

Aqui reside fulcralmente a grande diferença ideológico-formal entre a versão francesa adaptada por Sartre ao cinema e a tradução portuguesa de A. Quadros. Sartre perante obra tão maleável não resistiu a introduzir-lhe a sua inconfundível marca da descrença na Humanidade e a fé no único valor potencial positivo; o Homem perante si próprio! E posso mesmo acrescentar: positivamente, à versão apresentada no Nacional faltou Sartre; negativamente na realização de Raymond Roleau existe mais do que A. Miller, (o autor), Jean Paul Sartre.

A questão resume-se agora em saber se Sartre e A. Miller são conciliáveis. São: o filme prova-o. Sartre prolonga no tempo e no espaço (por vezes) a acção imaginada pelo autor. E parece-me que sem atraiçoar quaisquer princípios lógicos, esse prolongamento integrando-se embora perfeitamente no espírito da obra é sempre um prolongamento em que a filosofia de Sartre está indelévelmente assinalada. Estou a recordar-me da 1.^a e última cenas entre Abigail e

John Proctor, e das últimas palavras pronunciadas por Elisabeth (Simone Signoret) quando acompanha o cadáver do marido. Creio também e firmemente que estes prolongamentos foram exigidos pela realização cinematográfica mais completa e menos imaginativa (por cultura mais acessível), que a encenação teatral, mais intelectual e menos sensorial.

De tudo resulta que tirada a influência Sartriana da realização cinematográfica, a conciliação das Bruxas com as Feiticeiras é perfeitamente possível e mais: deve ser feita para uma total compreensão da obra. Explico porquê.

O espectáculo tal como o vimos no teatro D. Maria II foi e tem necessariamente de ser conciliado com a mentalidade um pouco ingénuo do «grande público» português sobre

Conclue na página vinte e quatro

A CONCILIAÇÃO DAS BRUXAS COM AS FEITICEIRAS OU TEATRO E CINEMA DÃO AS MÃOS



por MARIA JOSÉ DE MELLO

grande esperança do futuro...

Todos sabem que Arthur Miller fez recuar no tempo a acção da sua peça para retratar a Humanidade. Hoje como há centenas de anos há incompreensão, intolerância, perversidade, histeria colectiva, infantilidade do Homem, e fé: Hoje como há centenas de anos o Homem verdadeiramente Homem é fraco e forte simultânea e complementarmente peca sabendo o que faz, o mal que faz, mas mesmo assim peca. E o cúmulo: sente-se culpado. Mas também é capaz de se sacrificar. Não pelos outros homens mas por si, ou antes pela ideia que os outros homens possuem de si fazer. E caminha para a morte sem temor porque sente e sabe que essa sua atitude sacrificada vai ser entendida como um inefável repto à intolerância e à opressão. Mas o homem que caminha para a força sabe que a razão profunda, íntima,

Fragmento de um ensaio sobre Teatro

por MARIA JOSÉ DE MELLO

O ACTOR

O actor é o terceiro elemento de trilogia—o texto, encenação, actor. Em meu entender o terceiro porque, sendo embora essencial a sua presença, essa presença só é essencial em função de um texto e de uma encenação. Coloco-o no terceiro lugar porque não posso situar 2 segundos lugares: encenação—actuação. A presença física, humana é fundamental, mas dentro de *qualquer coisa*. Essa qualquer coisa é a encenação. O algo que rodeia o actor, lhe cria ambiente, o auxilia na transmissão plástica ou vocal do texto.

É uma opinião. Acho perfeitamente defensável a tese contrária—isto é, o ACTOR entre o TEXTO e o ENCENADOR. Defensável, mas não correcta. Adiante explicarei porquê. Fazê-lo agora obrigar-me-ia a tratar juntamente com o elemento ACTOR, esse outro ENCENAÇÃO. Entrecruzam-se de tal modo que antes de prosseguir devo esclarecer que ao referir o ACTOR eu considero apenas a voz e em certa medida (já em ponte de transição plástica para a encenação), a expressão. Vou mesmo mais longe: o Actor é a voz. (Estou a pensar nessa forma puríssima de representação que é o Teatro Radiofónico).

A função do Actor é primordial. É nada mais nada menos que dizer pela boca o pensamento do autor. Isto não é o mais difícil. O árduo é sim, dizer pela boca os cambiantes do pensamento do autor: encontrar o sentimento necessário—digo pouco—essencial, correspondente a cada pensamento e exprimi-lo com sinceridade e convicção.

Um grande Actor é sempre um homem de muita sensibilidade. Essa sensibilidade deve ser posta sem remissão ao serviço da causa—TEATRO. A Técnica com a sua importância relativa a menos essencial do que parece. Necessária, sim. Tanto como em qualquer arte. Mas se a técnica, isto é, a Arte de Dizer, se aprende, o mesmo se não passa com a sensibilidade. E quando digo sensibilidade estou a inferir também Intuição. Intuição que se efectiva na própria interpretação, no dar vida à palavra escrita e ainda na escolha do texto a interpretar. O ACTOR do Teatro não deve representar toda e qualquer obra. O Actor apenas deve interpretar os textos que confinam com a sua personalidade—positiva e negativamente. Note-se—positiva e negativamente. Na palavra personali-

dade ora citada englobo os conceitos de sensibilidade, inteligência, intuição. O Actor é um ser humano. Como tal está sujeito às relações causais entre o ser e o querer. Poderá o actor ser tentado pelo argumento de determinada peça que o atraia intelectualmente, mas que no entanto por qualquer inibição latente no seu sub-consciente a não pode sentir. O próprio actor pode mesmo não ter consciência disso. E fracassa... ou às vezes pode nem sequer fracassar: o resultado ser amorfo—não bom, nem sequer mau. Há, portanto que contar com o elemento psicológico, tão intimamente ligado à condição humana. Não sou dos que conjugam a opinião de que o actor não deve estar apenas cingido a tipo determinado de papeis. Deve. E deve porque a sua intuição artística se manifesta nesse sentido. Vejamos por exemplo um actor dramático cuja personalidade se evidencia na representação de trabalhos profundamente realistas, dramáticos, com laivos de tragédia. A sua capacidade artística revela-se neste campo, plena, perfeita, absoluta. Para ser grande na sua arte não precisa de sair do seu género. Nele encontra uma grande variedade de personagens que pode interpretar sem sub-consciente repugnância. E isto porque o actor cria a par da sua própria personalidade uma filosofia e uma moral próprias. Filosofia e moral com os meus conceitos valorativos que a intuição encaminha no sentido da real encarnação da personagem. Independentemente situa-se a atracção-simpatia do actor personagem determinada. Atracção-simpatia que não é mais do que a conjugação perfeita, total, da sensibilidade artística e humana do actor, da sua personalidade, da sua filosofia artística com o seu tipo ideal de personagem—símbolo. Então o actor encontra «o seu papel» a sua peça—aquele trabalho em que se revela, além de actor ser humano. Como tal enviando uma mensagem que não é sua nas palavras, no contexto mas que é sua na voz e na sensibilidade.

Actuações sucessivas de peças ou simples trabalhos para que o actor se sente atraído por força da sua personalidade humana é que levam a dizer-se que o actor «tal» só representa papeis «tal e tal»... e daí não ser um grande actor. É um perigo que ele corre e que deve evitar. Evitar, mas sem atraí-lo a sua orientação-tipo. A atracção-simpatia especificamente humana por

cada personagem pode ser corrigida com facilidade na mesma escala dos conceitos valorativos de que atrás falei, para atingir um mesmo fim e obter um mesmo resultado, embora na aparência, negativamente. O Actor separa-se então da sua personalidade humana—não completamente, pois não há uma separação absoluta—para apenas com a sua personalidade artística construir a personagem porque humanamente pode não sentir simpatia mas que no entanto não pode deixar de atraí-lo porquanto se enquadra nos conceitos valorativos criados pela sua filosofia de actor. É uma interpretação no sentido negativo da atracção—simpatia humana, mas positiva na acepção da verdadeira Arte de Representar.

Esta é a explicação da frase atrás citada:—«o actor deve apenas interpretar os textos que confinam com a sua personalidade—positiva e negativa».

O actor é, portanto, uma personalidade de dupla face mais uma técnica. Técnica complementar, mas necessária. Personalidade de que a primordial face é a personalidade artística que completa a outra parte da face—a personalidade humana. Completam-se porque não podem existir—no actor—separados.

A sua cooperação é que pode ser total ou apenas parcial. Até que ponto a personalidade humana pode influenciar a personalidade artística? A mim, parece-me, até ao ponto em que aquilo que está na origem de algo pode subsistir comvida independentemente desse algo sem conservar em si qualquer coisa dele.

Referi-me em profundidade à personalidade artística. Fi-lo propositadamente porque a considero tão imprescindível no Actor como a humana no indivíduo. Mas... eu falo de ACTORES E INDIVÍDUOS e não de pseudo-actores e seres. O ser humano é HOMEM quando tem uma verdadeira personalidade. Ela é que o distingue dos outros seres que a Terra comporta, lhe cria uma individualidade, me dá a maravilhosa sensação de um «Si». Ter personalidade é ter todas as qualidades e defeitos inerentes ao ser humano e *mais qualquer coisa*. Essa qualquer coisa é indefinível tão diferente e tão estritamente pessoal que nunca ninguém a poderá concretizar. E ainda bem. Porque a personalidade é precisamente essa qualquer coisa que não se aprende em nenhuma escola e que nenhum pai do mundo

será capaz de incutir no espírito do filho, mas qualquer reacção de intuição e da sensibilidade perante a cultura, a Verdade, os outros... a VIDA. A personalidade artística é tudo e ainda uma predetermined atracção para o BELO... para a Arte. É o produto de uma acção intermitente ou continuada sobre uma sensibilidade. Essa acção é forçosamente algo de muito Belo (não é exagero afirmá-lo; o Belo pode tomar tantas formas) que deixará no espírito uma sensação qualquer. A partir dessa sensação vai-se formando uma personalidade, um ritmo mais ou menos lento, personalidade que, como conceito abstracto que é, não passa de uma potencialidade emocional que precisa de ser exteriorizada.

O actor (qualquer artista) é homem de duas personalidades em que, sendo embora uma a origem não projecta senão na outra aquilo que algo de exterior vem excitar.

Esta, a análise especial do ACTOR-VOZ, despido de toda a Técnica. A partir de uma potencialidade compete à técnica aproveitá-la no melhor sentido, de dar entoação própria com a inflexão de voz necessária ao texto a «actuar». Aquilo que se chama a «Arte de Dizer». É uma técnica e como toda e qualquer técnica reveste-se de características próprias que se escapam ao âmbito desta exposição.

O processo de desenvolvimento de personalidade artística do Actor é coincidente com o do aperfeiçoamento técnico e só em pura análise se separam, porquanto na realidade palpável do «actor em cena» («cena» entende-se no sentido mais genérico) a voz que se ouve ou, com as devidas reservas, o gesto que se faz, são todos eles impregnados de sensibilidade, capacidade e técnicas artísticas.

Chegamos finalmente à delimitação do que é na verdade o ACTOR e de quem deve realmente ser considerado ACTOR.

Nunca haverá um actor verdadeiro, evoluído, que só possua técnica e não seja dotado de personalidade. Já a inversa não é tão absurda como poderá parecer: sem técnica e apenas dotado de personalidade pode alguém ser ACTOR? Potencialmente pode, embora de facto não, visto pelos moldes actuais, modernos de encarar a representação. É evidente, para quem partilhe da ideia fundamental de o actor se esboçar a partir de uma personalidade que se projecta na verdadeira Arte através de uma Técnica.

Chegados a este ponto o problema «Quais são os bons e quais são os maus actores?» não pode nunca racionalmente ser posto. Em meu entender não há bons nem maus

actores. O actor como o conceito e tenho descrito, não é bom nem mau. E não é bom nem mau porque esta dualidade não se põe na equação estabelecida. Actor é o que reúne as características apontadas e utilizando (a custo) a terminologia de (bom) e (mau) só se lhe pode aplicar o 1.º termo. O 2.º nunca sob pena de se destruir toda esta concepção. O termo «mau» terá apenas o seu equivalente na dissociação de a personalidade artística, da Técnica. Onde houver apenas técnica que não se estruture sobre uma Personalidade — não pode existir nunca um Actor (perdê-lo se não transijo com a expressão «mau actor») haverá sim um «técnico de representação» que será mais ou menos perito na sua técnica, muito, pouco ou suficientemente ilustrado, mais ou menos atraído pelo palco... nada mais. Separa-o do ACTOR uma distância tão profunda que possivelmente seria necessária uma nova recriação vital para a percorrer.

O ENGENADOR

a) A Encenação

A encenação começa no momento em que soarem as pancadas tradicionais e termina quando o Actor faz o último gesto. Dentre estes pontos tudo o que está para além do texto e da voz é Encenação.

Encenação é o «in» e o «quod» em que o actor se manifesta. «In» significa, o ambiente, o âmbito em que se climatiza o drama, em que se joga o desenrolar do Tema: o algo em que a peça vive. Algo que vai do mais concreto em quadros perfeitos definidos ao abstrato de linhas esboçadas apenas ou até à (aparente) ausência visual desse in. É a representação no espaço determinado ou não mas ainda sem tempo nem por isso deixa de ser encenação. O «quod» é a encenação do reflexo do exterior no desenvolvimento psicológico da personagem: é aquilo que da personagem fazem, dentro do âmbito especial no actuar e no evolucionar das suas acções e reacções condicionadas consoante o texto. É propriamente o tempo, o suceder, mutação em si mesma: a plastização mecânica do movimento contínuo da evolução ideológica temática e da sua acção. É o ritmo. Ritmo que se deve situar precisamente num clima, num âmbito — o in.

Esta existência teoricamente superável do in e do quod é que permite como esta... «uma peça sem encenação só o actor e texto». Aparentemente está certo, mas só aparentemente. Porque mesmo que os actores representem frente a uma cortina baixada sem nada mais, mesmo assim estão dentro de uma encena-

ção a que faltará a presença física do in (os objectos que dão a ideia do ambiente, aquilo de especial determinável) não presença essa que é suprida pela existência do quod — que dá, através da evolução do diálogo, do gesto, da plástica física e vocal do, actor, a imagem (imaginativa) de um espaço meramente temporal: espaço abstracto, portanto, diluído no tempo indeterminado.

Nem por isso deixa de haver encenação. Ela está lá porque é tão essencial ao espectáculo teatral como o texto e o Actor. Está nos gestos, nos momentos cénicos do actor, no seu próprio mistério, no seu modo de falar... no seu próprio silêncio. Tudo é encenação. Tudo o que via o drama plástico da obra é encenação. É-o porque precisamente cria um clima um âmbito mais ou menos abstracto em que se projecta a mensagem do autor. Por isso mesmo afirmo ao tratar do actor. Por isso mesmo ao tratar do Actor que este não é em rigor se não a voz e, com as devidas reservas, o gesto em concepção pura porque tudo o mais é a encenação. Por isso mesmo encararei a encenação a par da representação, uma função dupla e uniforme no sentido da vivificação do texto: a separação absoluta, total, irrefutável, apenas em abstracção e mesmo assim arbitraria. Penso neste momento no Actor. Já se pensou acaso na dose de encenação que há na acção do actor e o desenhar fisicamente a psicologia da personagem para a tornar consciente no espectador? Isso é encenação ou representação pura? Para mim, não admite dúvidas que é encenação: é ou não o actor a voz? Para quem o admita, o problema soluciona-se «por si».

A encenação subsiste inteiramente ligada ao autor... ou à obra do autor. Direi que à obra do autor e não ao actor em si. A ele sim, claro, mas não em ligação directa mas subjectiva. E porque a obra uma vez concluída e projectada transcende o seu pintor e cria a sua vida própria, a sua, constantes, as suas variáveis (paradoxalmente constantes) ou sua moralidade ou a sua amoralidade. A obra subsiste no espaço e no tempo; o autor pode subsistir temporariamente no espaço mas evoluciona no tempo. Só a obra fica igual a si própria. A encenação liga-se e projecta-se a partir da obra, e esquecendo o autor sempre que isso acontece nenhum mal advém ao Teatro. A obra é imutável na sua raiz. O autor é humano, e basta dizê-lo. Que o autor é subsidiário da sua obra é incontestável, em concepção teatral. O conhecimento da sua posição intelectual perante o mundo é preciso auxiliar, no sentido de ser

Continua na página dezanove

Prefácio em forma de conto ou conto em forma de prefácio

por
ORLANDO NEVES

Desde que um dia me dispuz a escrever em jeito de conto uma história mais ou menos verdadeira da minha vida, inúmeras pessoas se me têm dirigido para que lhes conte, tim tim por tim tim, os episódios de que, segundo deduzem, parece estar cheia a minha breve passagem por este mundo.

Parece-me que é tradicional em casos como este (e fica bem) o autor declarar que, afinal se lhe afigura, que a sua vida não têm nada de especial e diverso da dos outros. Por isso aí fica esta declaração de modéstia para satisfazer o gosto das pessoas que acham a modéstia uma grande virtude.

A verdade é que nem só essas existem. Portanto, e para distribuir a todos qualquer coisa que lhes agrade declaro que, na minha vida, têm acontecido episódios engraçados ou trágicos mas devidos sempre à minha superior maneira de ser.

Satisfeitos gregos e troianos satisfaça-me eu.

Nessa tal história de que falo acima terminava por afirmar a minha decisão de ir para Paris e de lá contar aquilo que me acontecesse. Ora houve gente que ao ver-me ainda em Portugal não acreditou nessa passagem e vá de chamar-me aldrabão. Outros há que pretendem a definição clara da minha posição perante a vida e as suas mais ligadas consequências: o amor, o trabalho, a morte, etc.

Foi devido a isto que realmente acedi em contar coisas para toda a gente. É claro que não vou seguir uma ordem cronológica, isto é relatar a minha vida desde o nascimento até agora. Tenho horror à cronologia, por temperamento. De forma que decido-me a escrever ao sabor da disposição e até pode acontecer que nunca me apeteça dizer certas coisas.

Quando se começa a escrever nunca se sabe onde pára a veia criadora se, realmente, ela existe. Há uns sete anos, ao escrever o meu primeiro conto julguei que nunca mais seria capaz de o acabar. E afinal, não só o acabei como escrevi já, até agora, dezenas deles. Estou mesmo à espera que me acusem de imodesto. Na verdade, como já deixei entrever, não existem para mim relações de modéstia ou imodéstia. Acho que devemos ter um certo espírito de justiça para conosco próprios. Foi esta, aliás, a primeira regra, autenticamente minha, que inventei para presidir aquilo que viesse a fazer.

Mas o meu professor de português e mais tarde o de literatura quiserem, por todas as formas, que eu abandonasse este modo de pensar. No fim de contas, todos os mestres que eu tive primaram sempre por tentar meter-me dentro das normas clássicas que regem, o que eles chamavam a actividade do verdadeiro escritor.

Um dos processos por que eles queriam afastar de mim esse abandono do preconceito da modéstia, era declararem que aquilo que eu fazia, literariamente falando, não valia um caracol. Consegui resistir sempre. Por isso, agora, escrevo com perfeita certeza da qualidade dos meus contos.

O meu Professor de português aconselhou-me alguns manuais existentes sobre a verdadeira arte de escrever. A princípio procurei-os com certo interesse.

Mas quando verifiquei que a sua finalidade era enquadrarem-me num mapa rígido de normas literárias, resolvi oferecê-los à biblioteca do jornal da minha terra.

E inventei a segunda regra aí há uns cinco anos sem ainda saber que Saroyan já a tinha inventado para seu consumo: a de escrever como muito bem me apetecesse, alinhando palavras consoante me chegassem à ponta do lápis, sem primor pelas regras gramaticais.

É claro que dirão o que já me estão fartos de dizer: assim não vais longe. Ora foi quando pela primeira vez me atiraram esta frase para os ouvidos que se inventou a minha terceira regra: escrever sem me importar de ir longe, escrever mesmo sem querer de forma alguma ir longe.

Nessa altura já não tinha professores de português nem de literatura. Porque diabo é que se deu a coincidência de, a partir daí, eu passar a ser um escritor publicado?!...

Não há dúvida, amigo leitor, que tem toda a razão. Estas três regras não chegam para que me dê a sua consideração. Foi por isso que a quarta regra se me impôs: não liguês importância ao leitor; para a tua obra ele é o elemento não essencial. Porque, verdade verdadeira, eu acho que as três regras anteriores são suficientes para o leitor não me tomar a sério e é isso que eu pretendo. Quando um leitor leva um escritor a sério espera dele coisas magníficas e por isso impõe-lhe a obrigação de escrever coisas magníficas que importem para a gestação de um mundo melhor.

Eu, não sendo levado a sério por esse leitor, sou levado a sério por mim mesmo. Daí que os levados a sério pelo leitor contribuam com palavreados e sem si próprios o que é pior do que não contribuir. Daí que eu contribua com um grau de sinceridade muito maior para o meu mundo melhor. Daí ainda que a melhor forma de escrever seja a forma irónica. Por isso o leitor me diz que estou sempre a brincar com ele? E que culpa tenho eu disso?!...

A minha última regra é igual à dos fotógrafos profissionais: apanhar o homem da maneira mais feliz, de forma que ele fique tal qual é mas com um sorriso na boca.

Aquele senhor além, ao ler este prefácio, não está a pensar o mesmo que você ou é muito capaz de estar. Diz ele que assim quero ser um escritor cor de rosa (aliás é uma cor feliz que tem um sorriso na boca embora o sentido que ele lhe atribui seja um universo diferente do meu).

Se ele chamar à justiça, à liberdade, à honestidade, à independência, à humanidade e ao humor, coisas cor de rosa, tem, sim senhor, toda a razão. (Para que é que o havia de contrariar?)

Muito bom dia, amigo leitor. Os contos em forma de conto vão a seguir. Os prefácios em forma de prefácio não vão a seguir. Ah, a minha idade? Vinte e dois anos, já.

(do livro inédito de contos «TARDE IRÓNICA»)

facilitada e ajudada a acção de encenador... mas será acaso inédita a representação de peças de autor desconhecido?

Ao defender esta posição de modo algum devo excluir por completo o autor da encenação. De modo algum. Digo mais: se é certo que por vezes a obra transcende o autor ou este ao invés da sua acção no tempo se orienta em sentido intelectual oposto ao dimanado por aquela sua obra determinada, a concurso e indicações do autor quanto à encenação—, sempre que isso seja realizável—são de utilidade precisa para o encenador. Mas, utilidade precisa e não utilidade essencial. Aqui se situa a diferença. Vou mais longe: no teatro contemporâneo não é solução interessante. O actor-encenador? Os escassos exemplos actuais mas conhecidos mostram todavia mais tendências para as técnicas cinematográficas que para o teatro puro. Assim Claud Autant-Lara; assim André Cayatt; assim o foi Sacha Guitry.

Mas este é o campo da execução.

A encenação é portanto função autónoma e diferenciada que com as suas características técnicas especiais cobre uma actividade que requiere muita sensibilidade, cultura e intuição do Belo, da Presença e do Ritmo. Afinal a encenação é, em tudo o que ficou dito, a exteriorização plástica do conteúdo emocional de um tema. Em palavra é pouco. Em acção é terrivelmente difícil. É uma obra tão completa como o próprio texto. Como o texto tem um autor:

b)—O Encenador

O encenador é responsável da beleza plástica, do Ritmo da Vida do espectáculo teatral. Assim, na maioria dos casos a ele se deve o fracasso de uma peça que tudo levaria a crer ser fadada à glória. E deve-se-lhe isso sempre que o encenador não se integra de maneira total com a obra. Mas não só. Direi que se essa identificação encenador—obra teatral é um complemento lógico e cronologicamente consequente da maior ou menor impressionabilidade do encenador. Será assim como potencial intuitivo de um homem posto ao serviço de um texto para o manifestar e transmitir, em plástica uma cor e luz aos outros homens.

O encenador não é apenas o técnico, fundamentalmente. A técnica não cabe no âmbito desta exposição, já porque entendo pouquíssimo de técnica teatral (o espectador é o crítico que critica à luz da sensibilidade) já que só me importa referir comparar, inferir o elemento psicológico-intelectual da personali-

dade do verdadeiro encenador. Fiel à concepção anteriormente exposta de que o que constitui a verdadeira arte não é uma técnica apurada (embora ao máximo) aliada a uma atracção psico-voluntária, mas uma sensibilidade aguda temperada com uma personalidade numa área completamente formada—fiel a esta concepção, não posso considerar qualquer plastizador de espectáculos, um Encenador. Em última análise, tudo se resume quer no que concerne ao actor, ou ao encenador, a uma carência de vocabulário que diferencia de forma total o artista de uma Arte do técnico dessa mesma Arte.

O encenador será o indivíduo que fôr capaz de trazer para o quadro limitado do palco toda a obra, a sua evolução no espaço e no tempo. E de tal modo o deve fazer, que cada objecto, cada movimento, cada intensidade de luz ou de um som deve despertar no íntimo do espectador uma reacção—por vezes infinitesimal—que o faça mais e mais integrar-se no espectáculo, na obra, na vida da obra. Mas não só: ao mesmo tempo o encenador deve criar um clima ao actor (personagem) de maneira a que não possa haver a mínima margem de choque entre as duas entidades: quero dizer o actor, metido na pele da personagem deve sentir-se perfeitamente à vontade no ambiente criado, porque é o seu ambiente de personagem—o mundo em que se desenrola a cena é o mundo em que vivem as personagens, o mundo em que se concretiza o poema e em que elas evoluem psicologicamente. Relativamente à personagem a encenação deve corresponder à ideia de um casaco que vestimos e no qual nos sentimos bem, porque está bem feito. Se está mal feito, sentimo-nos acanhados, porque o casaco está apertado, ou demasiado à larga, excessivamente à larga, ou folgado. Direi portanto que o ajustar perfeito do «casaco plástico» da peça do actor tem que ser obra do encenador. Obra que o próprio actor deve e tem que dar a sua colaboração transgindo nas suas próprias ideias quanto à sua interpretação em favor da orientação do encenador, uma submissão baseada, não no domínio do 2.º, mas na cooperação de ambos. Posso mesmo afirmar que encenador e actor são as duas rodas dentadas da mecânica do teatro que tem de funcionar em precisão absolutamente perfeita, sob pena de não haver uma criação completa e honesta do espectáculo. Quando falo em cooperação não entendo a expressão no sentido da *subordinação da técnica do actor à intuição e Arte do encenador*, (não falo na técnica do encenador porque ela não importa em absoluto ao ponto que estou tra-

tando). Propositadamente, sublinhe «subordinação da técnica do actor». Porque só e só o que há de técnica no actor pode ser subordinado já que a verdadeira personalidade artística não pode nunca sê-lo. Entendido deste modo a cooperação actor-encenador só pode resultar de uma ampla compreensão da obra de parte a parte, da natural ascendência plástica e cénica do encenador e da colocação da «voz» do Actor ao serviço da sensibilidade do Encenador para se atingir o mais alto sentido do texto do autor. Esses casos especiais são excepções e como tal apenas confirmam uma regra.

Pergunto: e porque havia de ao encenador ser concedida uma liberdade que não se pode enquadrar no plano lógico da sua actividade na construção de um espectáculo? Basta ter presente o conceito rigoroso do que deve ser o encenador.

Kafka e a saudade da terra prometida

Conclusão da página vinte e oito

dem inútil de um mundo em escombros. O contágio de um encontro falhado, tema que Kafka esgotou, comunica-se a toda uma visão do mundo, sem que o mundo signifique mais quanto menos nós significarmos.

Depois do que muitos já disseram sobre ele e sobre a obra, só nos resta afinal lê-lo. Porque o génio só o continua a ser na condição de o não querermos explicar; e tudo o que se disse sobre a arte lhe não convém, será sempre menor que ela e cúmplice para a sua inocência indiferente. Mas sempre que o homem for a sua obra, e Kafka é a sua arte, sentir essa arte no que se diz é já sentir o homem no limite do seu sonho, até do seu real. E a obra encontra-se em nós para dar ao seu autor a realidade verdadeira da existência, porque é em cada um de nós que ela começa. Que tal obra antiga saturada por comentários e traições de séculos, resista ainda e indefinidamente a esse desejo de a amarmos só de certo modo. Será o preço conquistado pela solidão do homem que um dia a inventou, no eterno instante de um murmúrio. E se a visão do génio é unilateral, como lembra Spengler (Beethoven compreendeu musicalmente o mundo...), a compreensão de Kafka não é só literária. Como há pouco eu lembrava, a sua técnica é-lhe imposta por imediata relação com vida, o seu processo é também o seu drama. E a obra terá afinal a originalidade de tudo o que nela pudermos descobrir.

Excerto da
novela inédita

"O enforcado"

por

ANDRÉ MAGRO

A calcar no fundo do barrete o magro dinheiro da hipoteca, Ti' Panóias ia deitando contas à vida. «Maldita hora em que se metera nos Rocios». Fiara-se na conversa do cunhado, dias e dias a azoeirar-lhe aos ouvidos: Vende a charneca! Vende a charneca! Aquilo faz-se ali uma vinha que não se vê um homem lá dentro!...Vá lá uma pessoa fiar-se. Deixava lá a camisa. Não é que não fosse boa terra. Melhor não havia ali em todo o «campo». Mas quê, mijava um fedelho no Tejo, daí a nada tinha uma cheia em riba das cepas. Ia-se-lhe o dinheiro todo só em sulfato».

Cortando os pensamentos, enterrou o barrete na cabeça e deu depois a volta a enfiar na travessa escura. «Se o vissem por ali, logo futuravam que vinha do Boavida. Não se enganavam, não. Sempre a miséria servia para alguma coisa. Por favores e pedinchas... quatro contos bem seguros. O preto no branco. Selos. Escrituras...O raio! E ao cabo de um ano, os papéis a falarem como gente: Seis limpinhos de despesas. Se não se salvassem este ano as uvas, bem podia deitar cordel ao pescoço no freixo do meio».

Já em frente dos «cafés», Ti' Panóias lembrou-se da conta do enxofre e cospou-se mais com a parede. «Se o Trancas o bispava dali, tinha que lhe ouvir o sermão».

Sem poder arripiar caminho, passou o café do Jaime a botar o rabo do olho por cima dos vidros foscos. De relance vislumbrou o cachaço do logista, inclinado para a mesa, enquanto os parceiros da «loba» cuspinhavam nos dedos o sebo das cartas. Entrevisto assim, numa hora de lazer, o Trancas pareceu-lhe acessível, diferente do outro que, por detrás do balcão, cara fechada a sorrisos, defendia impiedosamente o seu dinheiro. E quase lhe apeteceu parar. Chamá-lo ali à parte e, às boas, levá-lo a esperar mais algum tempo. «Talvez até lhe fiasse o sulfato para as curas». Insensivelmente arquitetava a pedincha. «Inda tenho o golo de vinho para vender. Ninguém o compra. Se fizesse o jeito de esperar mais algum tempo. Nem me importava que ajuntasse juros». A namorar a ideia, custou-lhe deslocar dali. Porém, a incerteza do sucesso, pô-lo de novo a andar. A seu lado passava agora um rancho entoando uma canção. Ti' Panóias olhou as raparigas por um momento e, fechando os ouvidos à música da cantiga, voltou a remoer as mesmas obsessões. «Fora ideia maldita aquela de se meter nos «Rocios». O Tejo já lhe levava o filho. E acabava-lhe com o resto. Deixava-o sem uma telha».

A lembrança do filho sempre lhe arrasava os olhos de água. Era mágoa que não podia passar. Mão invisível a sufocá-lo, a apertar-lhe o coração. «Se ele fosse vivo, sempre se dava outro jeito. Poucos havia como ele para cuidar duma cepa. Trabalho onde pusesse mão não ficava por fazer».

Sempre que entrava neste rumo de recordações, Ti' Panóias sofria a mesma dor daquela hora angustiada em que a cheia lhe matara o filho. E as lágrimas que então se suspendiam nas rugas franzidas pelo sol de muitos verões, só momentaneamente punham afago na sua dor de pai.

Do rancho, uma das raparigas saudou-o:

—Eh Ti' Panóias!

—Adeus cachopa!

—Vai puxando à ceia?!

—Tem que ser!

Era a Rosária. Noiva do filho quando a morte lho viera roubar, ficara a sentir melhor que ninguém a dor do velho e da mulher. Também ela tinha ainda sobre os ombros o peso da tragédia que os esmagara aos três.

Ti' Panóias apressou o passo. E, a encurtar caminho, meteu à esquerda, à Travessa do Mercado. Tenta abafar a recordação do filho com as preocupações do presente. Mas a sua imagem, ora vai, ora vem, confundida com o cachaço do Trancas e o rosto escanzelado do agiota.

Ao longe, o rancho continua a cantar. E a toada dolente na noite fria flutua por cima dos telhados e infiltra-se nos ouvidos do velho. Já com a mão na tranqueta da porta, Ti' Pinóias passa a manga da jaqueta nos olhos húmidos. E só depois arranja a coragem para enfrentar a mulher.

—Lá me arranjou o dinheiro! Aquela terra deixa-nos a pedir.

Do canto da lareira enchia a casa o ruído surdo dos dois velhos sorvendo sófregamente o caldo escuro que escorria teimoso pelas bordas da malga. Ambos permaneciam calados. No rosto, os feixes de rugas abrindo e fechando ao compasso da mastigação difícil, tomavam os reflexos arroxeados que à labareda das vides fazia dançar por toda a casa.

Os olhos sumidos por detrás da moita negra das sobranceiras, Ti' Pinóias aticou com o pé o tição que escorregara do lume e pousou em seguida nos tijolos do chão, a malga vazia do caldo.

Como se esperasse aquele momento, a mulher limpou a boca à ponta da rodilha pousada no colo e, em voz trémula, quebrou o silêncio que os envolvia.

—O Trancas mandou cá hoje o criado!

O homem nem se voltou. Passou a língua na mortalha gomada e deixou ficar o grosso cigarro a pender-lhe das beiças coladas às gengivas, nuas de dentes.

A velha fingiu não dar pelo silêncio dele. E com a pressa de quem deseja ver-se livre de carrego, continuou:

—Diz que, se a gente não paga esta semana, entrega a conta à «Sopa». A rir-se dele é que a gente na fica!

Fez uma pausa, a esperar a reacção do homem. E, como tardasse, largou com ódio:

—Malandro! Raios o abrasem!

Ti' Panóias suspendeu o gesto de pegar fogo ao tabaco e afastou com a mão a ameaça do credor.

—Deixá-lo!...A Sopa na arranca dinheiro a quem nã o tem! Ele na se cava! Se ele se cavasse, na me faltava a mim fortuna, que nasci com a mão no cabo da enxada.

O lume, arrumado agora de novo, lançava as chamas noutra direcção e deixava-os a ambos envoltos na sombra cavada pelo rebordo da chaminé. Não pareciam agora de gente as suas caras talhadas a negro, onde os olhos brilhantes eram cinza e fogo, fogo e cinza, ao sabor dos sentimentos que lhes enchiam a alma. Constrangidos naquele mutismo, os velhos sabiam que cada um pensava em algo que pertencia a ambos. E era então dobrado o peso das suas lutas.

Às vezes bastava um olhar imperceptível numa direcção, um gesto vago, aparentemente vazio de significado, para que o fluxo dos seus pensamentos

Continua na página vinte e cinco

Sherazade

foi como se tivesse acordado de um sonho
e perdido a noção do encanto
que nos rodeia;
deixei de admirar tudo o que há de belo
no universo;
já não sinto a suavidade da brisa
nem o que há de volúpia
na aragem morna
porque a brisa és tu
e o teu hálito mais aquece
e entonteece...
já não sinto a poesia que há no sonho
e no negrume da noite
porque a noite morreu
e ficou no teu olhar;
nem há estrelas no céu,
porque estão escondidas nas lágrimas
que não vertes.
e, se ainda a música me envolve
num denso véu de estranhas sensações,
é porque através dela
te sinto mais perto, mais preso a mim...
que estranhas sensações de suavidade,
de ilusões por mares e caminhos inatingíveis,
onde anda o amor que não possuímos
na terra,
onde vive a Beleza e o Sonho
que são belos demais
por não serem reais
é certo que encontro beleza ao meu alcance
na luz, no verde brilhante,
na infinidade azul das ondas salgadas...
porém desperdiço-a,
porque insaciável
quero mais, quero mais:
fecho os olhos e ouvindo os acordes
do melhor poema,
procuro mais beleza no que é irreal...
e é na verdade mais belo,
porque se não possui!

Lídia Nunes



Dois Poemas

Hoje à tarde rasguei os poemas que não falavam de paz
E de ti.

Os teus cabelos negros e as pombas do céu azul.
Senti nas artérias correr o sangue de milhões de
sacrificados

(o seu legado).

O meu coração, sim, a minha pequena vida,

Entre duendes e pedras derrotadas,

Quedou-se na tua lembrança noiva,

Enquanto o mar, os campos

E as máquinas

Entravam em repouso.

Libertando o último suor da jornada.

Tranquilamente

Recordei os teus olhos ausentes

Na rua vestida de crepúsculo...

No poente, fica apenas um clarão prateado

O único ruído puro é a folhagem,

Que a brisa não deixa sossegar.

Confiante,

Embarco.

Sem Palestina.

Eduardo Selva

eras

como o céu esquecido da grécia

ou como os campos provençais de van gogh

eras

uma parte de azul entre casas

de cidades tentaculares negras

eras

um ponto de espaço no nada náufrago

do meu humano destino

eras

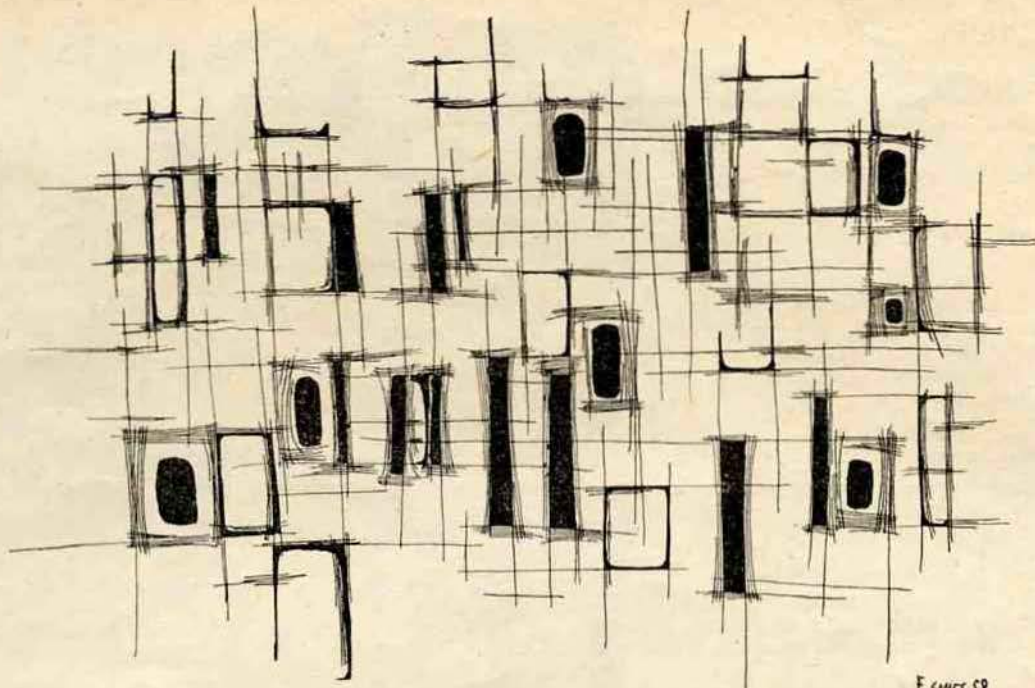
todo o céu, todo o campo, todo o azul, toda a espacial

distância

na uniformidade da minha revolta.

és.

Ferreira Gomes



F. GAMES, 58

Naufrágio

Ao Agostinho de Castro

Longe como a face esquecida do teu poema
Profunda como a tempestade descida sobre o oceano
Leve como a espuma que à tardinha perfuma os cabelos
Sensível como a areia molhada e macia nos pés das crianças
Estranha como o eco das montanhas e das florestas
A maldição de vivermos
A maldição de vivermos tanto.

Fernando Midões

Poema

Sinto e encontro
razão para sentir
onde termina
o desejo de ir.

O tempo e a memória
jamais me deixaram,
Onde vivem
lá começaram.

Poema

De longe
como que envolta em bruma e em segredo

De longe
como um sussurro brando de arvoredo

De longe
como uma onda mansa pelo mar

De longe
daqueles longes muito longe aonde
a dor se esconde
para se enforçar

De longe
lacónico como a dos doidos e a dos sós

De longe
esta voz do silêncio—a minha voz!

Alex

Se quis a renúncia
nunca a convenci.
Passa de longe,
de longe me sorri.

Permaneço em luta;
é o frio que vive.
Morto, estou
Onde nunca estive.

E sinto e sei
porque sofro e sinto
Mas não entendo
porque não minto.

Orlando Neves

Carta para longe e perto de mim

Chegaste. Aqui se abriu o lado inconcluso, a fonte perene,
onde permanecíamos, em silêncio.

Nada dizes dos tempos verdes, das claras montanhas,
onde vias o espaço e o céu, na tua mão,
e buscavas, buscavas sempre, um pouco nas palavras

e nas orações

Os lábios abertos, as mãos nuas, à espera, sempre à espera,
do dia prometido,

da ante-manhã em que chorarias a tua própria seiva,
e o teu mistério de mulher.

Nada que dizes tinha a carne da certeza,
e eram lágrimas, lágrimas, suspensas na tua face...

Falo-te agora de outro mundo:

a ti devem chegar o fruto, a carícia, a sombra,
que nas minhas veias correm,
a ti devem chegar as dores dos meus irmãos,
que sofrem também esta sede
e este impassível medo da guerra.

Agora, que o longe é um eco, feito de flores,
é que me lembro da água que me não deste.

É agora que abro os olhos,
e descobro na própria dor criada.
a minha paz, sempre presente.

Carlos Alberto Jordão

Soneto

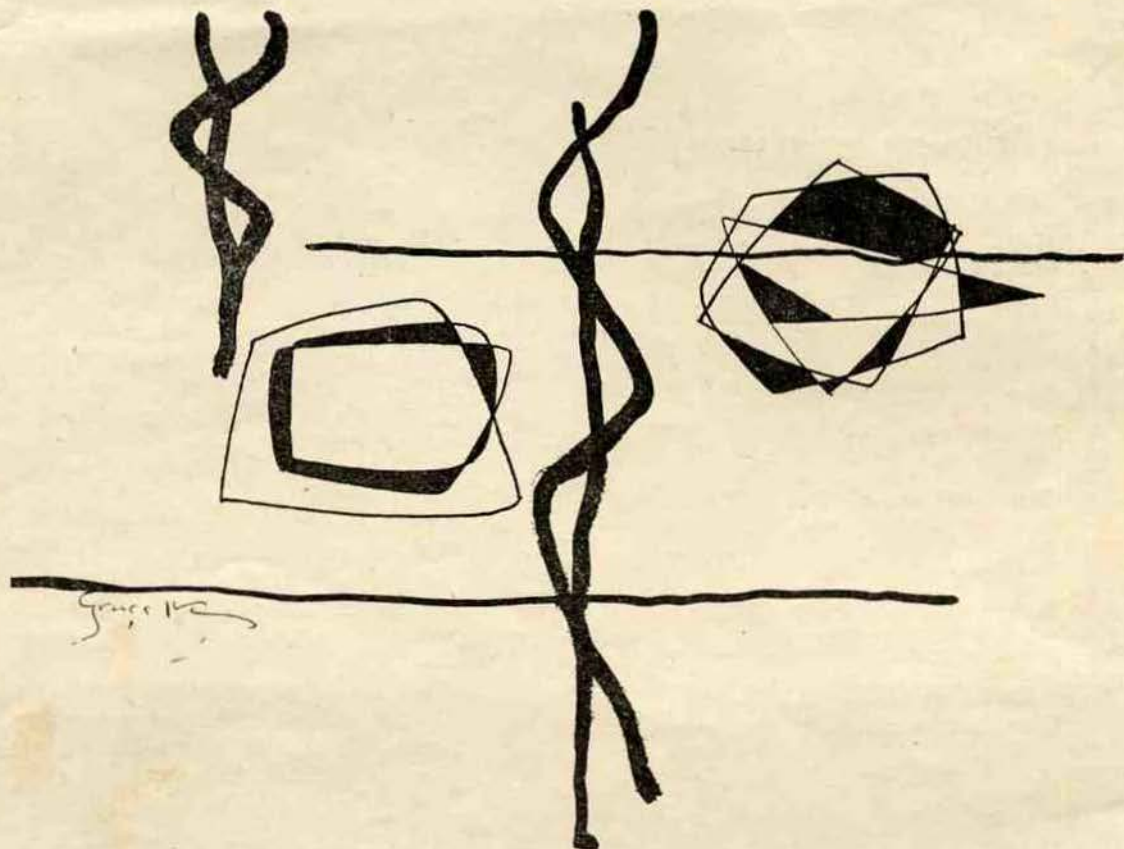
Que gente triste é esta? E que destino
é este de indiferença e de abandono?
Caminho como quem, por entre o sono,
acorda, bocejando. E imagino

mulheres e homens, velhos e meninos,
rostos e olhares, como cães sem dono,
à deriva nas ruas. Só o outono
cobre a cidade escura. Nem atino

com os meus passos de vadio errando,
poeta louco, em meio à multidão.
Rumino versos de outra clara esperança.

E ergo os braços, leve levantando,
qual fardo oculto, o pobre coração,
que atiro aos outros como pomba mansa.

José Augusto Seabra



Paisagens

Fecho os olhos na paragem,
para ver, mais dentro da alma,
a minha antiga paisagem:
não era sombra, nem cor, vento, corrente, ramagem,
mas vivência, interior.

—Eu era a vida que a fonte leva em si
e empresta à relva;
do rio era a grandeza,
era o mistério da selva,
a magestade do mar,
do bosque eu era o silêncio,
era a amplidão do luar,
era a força que palpita na raiz das coisas vivas,
era a vivência que grita,
tinha a insatisfação, a ânsia das coisas que não têm vida,
o longe, o além, a distância,
tudo o que, humano, é restrito,
e tudo o que é infinito.

—Eu era o vigor da existência,
era o desejo despido,
era o querer incontido,
o querer que tem a ardência de astros vivos,
a paixão que prende, encanta, fascina, arrasta, vence, domina;
era a paixão que arrebatava!

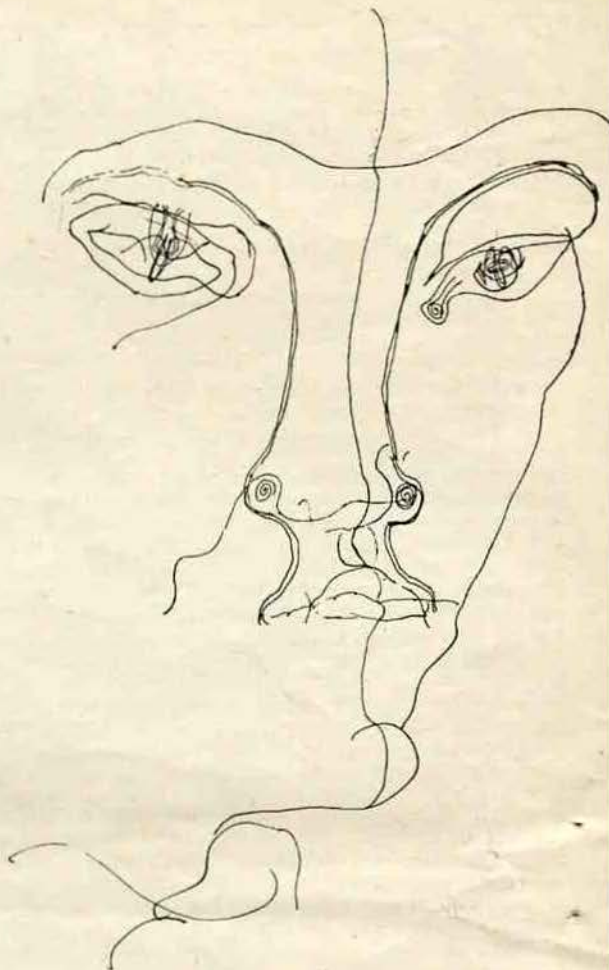
Era a paisagem da ausência
da vã paisagem da cor.
Tinha um céu, a consciência;
um ar, a vida—a existência;
uma só luz, a do amor.

Marinho das Neves

Tempo e atitude

tempo
nunca houve tempo
o calendário é uma fantasia
do viver colectivo
e na eternidade
sim aí haverá tempo
mas será ridículo contar
entretanto continua a usar-se o calendário
e a moda da salvação pessoal
dentro desta vidinha sem tempo
está no auge
foi dentro dela que te tive
e conheci a tua cor de lilás de ponta
foi dentro dela que tu desapareceste
pensei no giro circular
do carrocel um dia
e acreditei que seria o símbolo
da busca de si mesmo do homem de hoje
atrás desta descoberta outras vieram
tal a da tua última atitude
a última e a mais perfeita atitude
atitude de girassol—a planta do papagaio
tu não querias a salvação dentro desta vida
sem tempo
e sorrias sempre que espreitavas
as horas
do teu relógio

Raul Mateus



Saída para a paisagem

Fartei-me da noite. Fartei-me do sono.
Ai! quatro paredes, sempre, sempre iguais!
Cá dentro, só ler-me. Deixo ao abandono
Alfarrábios, muros, que hoje, quero mais.

Distende-se agora sangue em minhas veias,
Seta nas paredes, fogo no casal.
Abre em consertina, com as pregas cheias
De música, arfando, sobre o natural.

Tombo o rio da pauta. Descem aves tontas
Para os galhos verdes. Descem em festões,
E endoidecem! Galhos? Afinal de contas
Eram esqueletos, forcas e canhões.

Goulart Nogueira

convergissem imediatamente para o mesmo ponto, chamado pela mesma voz, pelos mesmos sentimentos solidificados ao longo de muitos anos. Nessas alturas, sempre um deles arranjava consolação, um motivo qualquer, para afastar os pensamentos do outro que eram também os seus. «Não pense nisso. A vinha para o ano vai dar mais. Talvez a vaca não nos morra. Há erva com fartura. E o feno, com um tempo assim, vai ficar bem bom».

Antes da morte do filho, também às vezes ambos sentiam que estavam cheios da mesma alegria, a transbordar da mesma felicidade que se misturava com o odor inebriante dos pastos que o vento arrastava e o sabor adocicado dos mostos que fomentavam na adega.

Era assim também em vésperas da «Piedade» ou quando o perfume do alecrim falava da procissão dos Passos nas ruas da vila. Então, quer a balouçar os corpos frouxos na tábua da carroça, quer ali, sentados à lareira, nenhum deles cortava os pensamentos do outro. Antes se deixavam arrastar gostosamente naquele gozo duplo, olhos escancarados para a vida, cifrada no vigor dos seus braços jovens. Agora, porém, era diferente. Há muitos anos que não sentiam chegar aquela maré-cheia a pôr uma ilusão de vitalidade nos seus corpos meio-curvados. E foi o hábito passado à categoria de certeza que levou a mulher a cortar os pensamentos em que Ti' Panóias se deixava afundar.

—Deixa lá isso, homem! Pode ser que se venda a pinga do vinho e pagamos a esse malandro!

Ele, porém, não reagiu. Aconchegou ao corpo a jaleca pendente como um trapo dos ombros magros e continuou absorto, braços passados à volta dos joelhos ossudos.

Quando ficava assim, não tinha influência sobre ele as palavras da mulher. Deixava-se arrastar por aquela força íntima que às vezes galvaniza os velhos e os atira de encontro a todas as recordações, a todos os sonhos e pesadelos do passado longínquo. O seu rosto endurecido estava agora coberto de tons bárbaros que lhe davam um aspecto estranho e doloroso. Os seus ouvidos já não retinham o crepitar das achas na fogueira, nem os olhos fixavam o jogo de sombra e luz desenhado pelas chamas na parede enegrecida pelo fumo. Absorto e distante, ele estava agora curvado sobre a terra que o envelhecera e arruinara. Via-se aí novo e robusto. Olhos afogados na distância verde dos vinhedos, feita a encher-se do odor acre da terra morena, humedecida pelo rio. Voltava a sentir a mesma febre, a mesma dor da pos-

se conseguida à custa dum parto gigantesco. O mesmo anseio que o curvava para o chão ao sol nascente e só lhe permitia aliviar as costas quando os braços, frouxos como cordéis, já não aguentavam o peso da enxada. Ti' Panóias já não era agora o velho apodrecido ao carregamento de dívidas e de privações. Ele tinha de novo nas ventas sôfregas o cheiro da erva fresca regada pela chuva, o perfume dos fenos dourados pelo sol de Junho, a imanação acre do estrume a transformar-se em húmus. E tudo isto o punha doido, alucinado, fora de si, com o desejo de arrancar do canto a enxada morta e partir a cavar a terra; cavar, cavar até o sangue correr nos sulcos profundos e ser pão e ser vinho e ser dinheiro a encher a fome do Trancas, a fome de todos que não podiam sentir o martírio da sua angústia.

O lume apagara-se na lareira e nenhum deles o reanimou. Só a velha, cansada daquele silêncio arrastou o «mocho» a mudar de posição. E o ruído provocado no lagedo despertou o velho. A pirisca colada nas beíças secas não lucilava no escuro. Ainda sem palavras, o homem riscou um fósforo e pô-lo de novo a arder. Depois disse qualquer coisa em voz emaranhada e voltou de novo a ficar absorto. Por cima dos pensamentos de há pouco, bailava agora a recordação pungente do filho. Sem querer, os olhos fitaram o canto vazio da lareira. A velha deu por esse movimento imperceptível e acompanhou-o. Estavam de novo irmanados. Presos nos braços da mesma meada. E foi ela ainda quem tentou cortar a visão.

—Não penses nisso, homem! A gente cansa-se e não ganha nada!

Mas ambos sabiam que as palavras eram agora inúteis. E a imagem do filho, morto na luta por essa terra que os desgraçara, continuava a dançar-lhes nos olhos. Corpo desgarrado à tona da água naquele mar imenso onde só a ponta de cepa mais alta e os correntos das árvores eram tropeço à vista. Ambos sentiam à distância o desespero da luta impotente e a agonia lenta daquela vida moça a não querer entregar-se.

No peito do velho crescia agora, sem medida, o ódio a alguma coisa que ele não sabia bem definir, mas que se confundia com a terra e com o rio. Sem poder mais, levantou-se de repelão, mãos crispadas nos bolsos, e encaminhou-se para a porta.

—Onde vais tu, homem? A estas horas!...

—Vou ver se o Rodrigues nos compra o vinho. Vendo-o por qualquer preço. Não quero dever nada a esse cão!

NOTAS DE UM ESPECTADOR

Conclusão da página anterior

sentido de **intrigas**. Porque, claro, tudo o que se narra mesmo que não seja intriga é uma história.

Ergo —O Cinema para o ser não precisa de histórias (intrigas) mas precisa de histórias.

2.^a) —O Cinema é uma Arte.
—Como todas tem a sua técnica.
—Como em todas é necessário que a técnica além de perfeita seja moderna.
—Logo, o Cinema precisa de técnica.

Mas: Cerne da Arte, é a mensagem, o conteúdo, o que se diz. Interessa o que se diz. Interessa o como se diz o que se diz. Interessa que o que se diz seja belo. Interessa que o como se diz seja perfeito e moderno.

Mas: O que interessa mais? O que se diz? Ou o como se diz? Ou o que se diz indissociável do como se diz?

Creio: Interessa mais o que se diz. Só isso pode bastar para que o que se diz ofereça Beleza. E o como se diz?

Auxilia —muito ou pouco, conforme.
Se o que se diz for belo — o filme já é belo.
Se o que se diz se diz bem e o que se diz for belo — oiro sobre azul.

ATENÇÃO

O que se diz não é o que se diz falando em palavras ou situações.
O que se diz é o que se diz utilizando o Cinema através do que lhe pertence como específico.

O garoto doído

por
RAUL MATEUS

Sempre cheio de sono e metido no quarto de paredes amarelas e vidros amarelos.

A velha há dias que deixou de aparecer. Sentava-se e fazia malha enquanto o garoto brincava com o novelo porque gostava das coisas redondas. Oh! O garoto gosta de imaginar redondas as coisas de que gosta e por vezes de fundir-se com as paredes amarelas do seu quarto. A cor pura sem esbatidos permitia simultaneamente ideias vagas de superfície, ideias sem direcção sem nexos, mas penetrantes e diluídas. Era essa a cor das paredes do quarto e das caixas de discos que fazia tocar nos tempos em que passava os dias de café em café. Tantas garotas pequenas que aí encontrara sôzinhas como ele e escutando a música!

Em cima da mesa de cabeceira está uma lâmpada de álcool. O verde do álcool desnaturado domina o garoto e provoca-lhe pensamentos...

Os pensamentos do garoto sempre dominados pela cor das coisas. A sua seiva de pensamentos flui da cor. As cores são frias quando o garoto está pior. Mas só quando está muito doente. Agora lá está o verde venenoso do álcool a picar toda a vida do garoto que se sente de repente alma apenas. «E que é a minha alma?» O elo entre o que fui lá fora e o que sou cá dentro? Então a alma é só memória e não emotividade. Só a lembrança de ter agido e sentido de maneira diferente. «Eu sou bem um garoto doído como diz a velha».

O garoto ficou dois dias pensando. Despertou na manhã de Natal com a chegada da velha. A manhã que passava através dos vidros era clara. O tempo estava bom para comer filhoses. Por isso a velha as trazia. O garoto, porém, recusou-as. Depois de pensar tanto não lhe apetecia comer. Tirou duma gaveta umas luvas e entreteve-se a expurgar a lâ de pequenos grânulos, que o irritavam da mesma maneira que as espinhas do corpo. A velha fazia malha com nervosismo.

«Ah? Velha, eu sinto-me eterno e estou aqui dentro limitado por quatro paredes. Nestes dias descobri que viveria sempre».

«Por isso estás exaltado garoto».

«Tu já o descobriste há muito tempo, mas eu nunca pensara que esta vida que sinto correr pelo corpo pudesse estar comigo para sempre».

A velha sorria enquanto avançava a malha. O garoto estava sentindo de novo ânsia dos ares plenos. Era isso que exaltava o garoto.

* * *

O garoto escapou e fugiu por entre os que o cercavam. Perseguram-no e agarraram-no sobre a relva. Queriam mergulhá-lo no lago. O ânimo do garoto era forte e debatia-se com ira. Por fim largaram-no e ele deitou a correr por entre os prados até à estrada. Ia ver a corrida de que a velha lhe falara. Era uma corrida de estafetas e o azul do céu e o verde da erva eram o bastante para fazer o mundo bonito.

Um tiro ao longe. A corrida começara. À frente vinha uma rapariga loura de camisa vermelha e baça. O pó subira-lhe pelas pernas claras. Acumulara-se mais densamente nos artelhos que a cada passada mergulhavam por inteiro na areia da estrada. A areia era castanha e muito fina. Exigia-lhe mais esforço, embora ela sentisse prazer em embeber os pés na terra. Nas costas tinha um número a negro em meio de um quadrado branco. O quadrado mal cosido esvoava para um lado e para o outro. Nas pernas claras os músculos haviam cortado, em linhas irregulares, a camada de pó que os envolvia. Os cabelos mostravam tendência para se despegar dela e ficar para trás. Os cabelos louros e finos eram a parte mais estranha da atleta que corria. Eram uma parte dela não viva. Uma fracção de matéria que pertencia ao seu corpo, um bloco de filamentos inertes presos à vida. Talvez por isso não obedeciam ao seu desejo de correr e ir para a frente. Era uma parte dela que se revoltava e pretendia uma atitude diferente. Mas a atleta lutava e corria sempre. Faltava pouco. A entrega do testemunho deu-se em frente do garoto doído. Mal ela o entregara se sentira de novo descontrolar e perder o domínio de si. A cabeça girava-lhe continuamente em todas as direcções. Parecia querer saltar-lhe no pescoço. O garoto doído olhava conflagrado. A cabeça era um movimento contínuo, nervoso e necessário.

«Ela é tão louca, tão louca e nova. Viverá sempre. Nova, ela é nova como eu. Oh! Que louca... e a velha chama-me um garoto doído!»

A conciliação das bruxas com as feiticeiras

Conclusão da página quinze

que zela e muito bem a censura nacional.

A obra resultou menos completa psicologicamente do que a realização cinematográfica francesa. Disso apenas se pode culpar o baixo nível intelectual português. E seria de esperar, de um público que acorreu em massa ao D. Maria II, apaixonado pelo espectáculo que Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro nos deram—seria de esperar desse público então «intelectual» que acorresse também ao filme do cinema Império para «intelectualmente» estabelecer relações causais entre ambas as realizações. Mas, uma vez mais ficou

demonstrado que ainda é prematuro depositar confiança na mediana intelectualidade do público português: com escassa afluência o filme manteve-se no cartaz duas semanas.

A obra de Arthur Miller além do seu valor intrínseco ideológico e reverbativo fica nos arquivos do mundo do espectáculo, como exemplo daquilo que muitas poucas vezes acontece: a conciliação do Teatro com o Cinema, para a produção do verdadeiro espectáculo de Arte. «THE CRUCIBLE» não é a primeira peça teatral transposta para o cinema mas é uma das raríssimas peças teatrais que sem perderem a sua específica índole cénica resultam transpostas para a tela absolutamente cinematográficas. Raymond Rouleau conseguiu esta coisa mara-

vilhosa que foi conciliar a palavra teatral com a acção própria do cinema sem atraiçoar as próprias características, antes pondo-as uma ao serviço da outra, complementarmente e em regime de simultaneidade. O filme de Raymond Rouleau não é teatro filmado (sensação que nos dá v. g. «A Morte de um Caixeiro Viajante» do mesmo A. Miller) nem é uma deturpação necessariamente cinematográfica da indicação teatral em favor exclusivo da técnica do cinema v. g. PICNIC de Joshua Logou que é apesar de tudo encenador teatral): é antes *Teatro mais Cinema* numa conjugação perfeita. Recordem-se os interiores e os jogos de luzes nitidamente teatrais e a direcção de cenas de exterior todas tendencialmente cinematográficas.

Arte e nosso tempo

O SILOGISMO EM MÁRIO ELOY

por LEVI VERMELHO

Os séculos alastram a poeira. As coisas duma época revestem-se da sua capa. Representam algo com significado e com intenção. Elas foram feitas sob a pressão dos problemas. Todas as coisas de todas as épocas são filtros onde se acumula a vasta sedimentação do passado. Não são só o produto do instante. Realizam-se por tudo o que ouve antes.

Por isso, não nos iludamos. O que é agora o retrato mais fiel do nosso ambiente, terá, daqui a mais ou menos tempo, o destino comum de todas as coisas. Pó. A conversão em pó, fino e brilhante, matéria constante das obras dos homens e fundo de todos os esforços duma data. Esse e o pó em que se converterão os nossos ossos serão o dominador comum dos valores humanos.

Mas a luta não acabará nunca. Construiremos sempre. Saberemos construir. Queremos construir. A derrocada não importa. O esforço sim. Ele é que criará o pó.

Hoje vivemos. Cada um de nós tem consciência da precaridade do seu esforço. As coisas desmoronam-se no acto de as criarmos. E ficamos com a amargura de quem luta com moínhos de vento conhecendo-os muito bem.

O que é admirável é que nunca o homem abandonou a sua visão própria do moínho de vento. Fá-lo castelo ou fortaleza. Torna-o coisa digna de lutar. E luta mesmo.

Não interessa saber se este quixotismo universal é drama ou comédia. Digno de chorar e digno de rir, é o nosso colossal merecimento.

*

Será cómodo ou conveniente ignorarmos os problemas do nosso tempo. Mas não é sincero. Os problemas do homem actual não são criação de espíritos fantasistas ou de artistas falhados que os inventam para alcançar a notoriedade. E mesmo que o fossem, isso já seria também um problema da nossa época.

Fala-se da instabilidade dos agregados so-

ciais, da angústia das guerras, do destroço da moral, da ilogicidade do homem, da farsa da civilização. E o curto espaço de tempo da nossa evolução biológica fica cheio de experiências mais contraditórias, que gritam contra os nossos hábitos de pensar, mas que, porque existem, não podem ser afastadas e suprimidas como aberrações inexplicáveis.

Hoje, fazemos e não fazemos, pensamos e agimos, dogmatizamos e discutimos. Todas as nossas manifestações se ressentem deste novo substrato. Chamemos-lhe crise. Chamemos-lhe progresso. Chamemos-lhe período transitório. É inútil a designação. Vivemos na sua dependência.

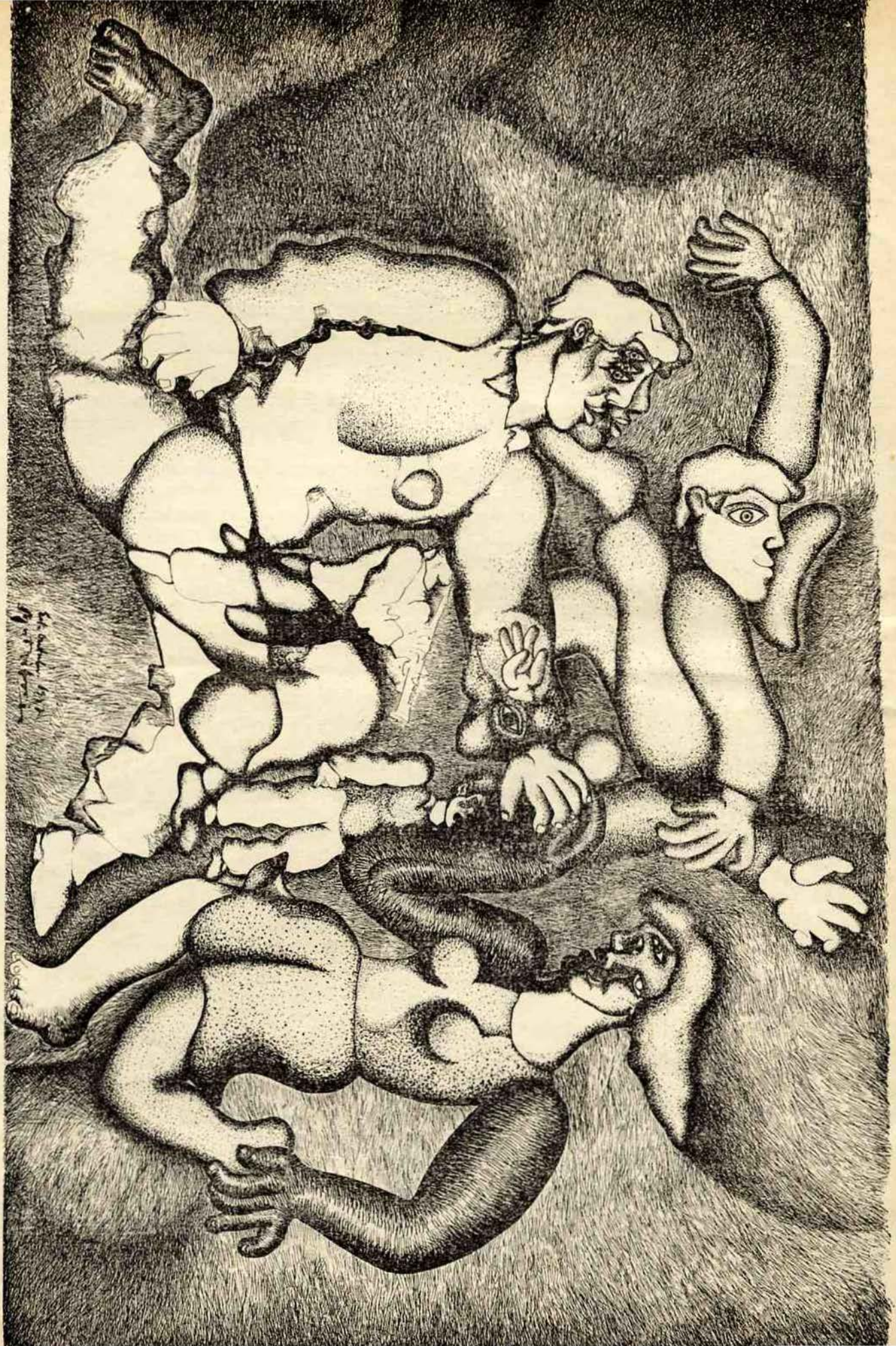
Os artistas esforçam-se por criar um original. O seu universo tem duas faces inseparáveis: a interior e a exterior. A primeira é a de dentro de si mesmos, isolada, desejosa de se encontrar, mas sujeita sempre a uma expressão material que a desvirtua. A segunda é a parte exterior: a natureza e os outros.

Mas há mais forças na liça: Os esquemas de pensamento herdados do passado. A dúvida sempre legítima da veracidade das posições. As influências materiais. As influências doutrinárias. As influências das afirmações mais preponderantes do homem. O Romantismo. O Realismo O Indivíduo. A Sociedade. O Espírito. A Matéria.

E cada silogismo, no nosso tempo, é o ponto de partida de um novo sistema de Lógica, impossível de conjugar com o anterior, mas bem explícito na verdade humana da sua conclusão.

*

Mário Eloy foi um artista romântico. O seu universo de formas e cores está cheio de personagens vigorosas, gritantes, afirmativas, portadoras de uma personalidade própria e enquadradas numa problemática aguda. Foi um pintor incompreendido. Lutou pela subsistência lutando pela expressão sintéticos seus dramas. Foi um poeta de pintura, nela procurando a concretização das formas ideais que o torturavam.



Kafka e a saudade da terra prometida

«O absurdo é que seja a alma deste
corpo a ultrapassá-lo desmedidamente».

por ALVARO LAPA

Falar do exilado é falar em cada um de nós e nesta nossa solidão no meio de um sonho de que talvez não cheguemos a despertar para uma pureza nova, uma beleza rara e que se não esquite por entre os dedos inúteis. O artista é o exilado que nós somos também, forma perdida entre tantas outras formas possíveis, mas «forma das formas» que na sua solidão e inventa uma maneira nova de falar com os outros, a única que ele pode tornar, de um silêncio seu, em grito acusador. Cristo que é toda a arte—toda a grande obra é acusação, pelo muito que de nós exige, pela enorme compensação que nos traz. Mas a generosidade lindíssima dos que na arte arriscam todo o seu momento, exige que para a amarmos a tenhamos que assumir, e isso faz com que de só presente em instantes de milagrosa revelação, ela confunda quase sempre a nossa deformadora e medíocre presunção de a entendermos sempre à nossa maneira. Para além de tudo o que nela vimos ou adivinharmos ela continuará a sua curva soberba, por sobre toda a vida e toda a morte.

E tudo o que nestas linhas eu ousar dizer sobre Kafka será só uma homenagem à sua arte incomparável, e não aquele ensaio que sobre ele está ainda entre nós por fazer. Tentarei apenas sentir a sua obra como realidade próxima de mim e não muito longe do seu autor, que nela se escolheu por vez única e como só a ela convinha.

Para falar dele Camus pensou noutros, Proust, e mais alguns, que ele sente torturados pela mesma nostalgia, «a nostalgia dos paraísos perdidos? Será a sua obra um mundo-em-nostalgia, já que nostálgica lembrança de uma eternidade perdida? Arte é sempre invenção, e neste caso seria invenção contra um destino, pois que perdido o paraíso a culpa é nossa, mas anterior à vontade que o não quer assim. Que o não quer perdido mas que também o perdeu é certo, pois só de assumível essa culpa poderá iluminar uma obra, tornar-se presente no espaço da arte. E a tal nostálgica lembrança fará com que, de já perdida a única salvação, toda a beleza que editarmos seja máscara para o erro, instante original condenado conosco a um merecido esqueci-

mento. Esta uma interrogação sempre possível, porque a responsabilidade que no mundo sentirmos será só a tentação que nos virá para ela.

Mas se a convicção, a paciência, toda a destreza dos homens nascidos da sua desgraça, são elas também a recusa de qualquer coisa, causa de um segundo destino a partir do qual tudo está por inventar e onde nós começamos, causa portanto de uma merecida *desgraça*. Aqui a arte, a obra escrita, não é já instante de provável esquecimento, mas afirmação de um «para sempre» que ela começa e acaba—é a experiência de uma «infelicidade» fundada em consciência, e em que o artista recupera o seu destino no espaço da sua criação, pois é nesta que ele o joga e o decide, decidindo-se ele também dentro e pela arte. A arte, a obra, são a consciência dessa «infelicidade», recusa do nada porque à obra vai o homem pedir o caminho do Sião, o direito de entrar nesse mundo «em que tudo é estável», «destreza contra o nada», vontade toda ela de negar o inegável...

Kafka parte de um nada presente, sombra de uma transcendência que se oculta, para chegar a um nada geomêtricamente provado—de um ponto que se prevê não ser tocado, por materialmente intangível, à certeza conquistada dessa imaterialidade, curva absurda em que o espírito se abisma na conquista do inconquistável (ou inconquistado). E a sua obra é um longo inventário de coisas inúteis, a mais umas para as outras, a mais para nós que as criamos na esperança de que fiquem nossas. De uma impossibilidade recusada para uma possibilidade impossível, sendo a obra a constatação, a longa experiência dessa impossibilidade, ela também impossível por infinitamente experimentável. Observa Blanchot, nesse seu magnífico «Espace Littéraire», que a obra de Kafka é a transformação do que é um caminho sem fim na certeza de um fim sem caminho. Certeza que só a obra pode dar, com razão inventada nas noites de corajosa insónia, de um sobressalto mais forte que esse nosso velho apetite de paz e de silêncio. «Um caminho sem fim»—é metáfora para a nossa incompreensível dimensão. Mas sabê-lo não é só fugir à sua indeterminação, à aliciante

vertigem de uma estrada que se anuncia como infinitamente percorrível—por detraz desta vida está a terra que deixamos à nossa espera, tenderemos para ela se o nosso medo tiver voz. Não, é terra para que não tendemos, porque o centro é o deserto e Canaã já fica longe, lá tão longe e nós tão sós! Se a vida tem razões do nada talvez as tenha do sonho, talvez as tenha da vida—e o artista está vivo para o saber, para o desejar saber quando já souber, para infinitamente o pensar até à certeza conquistada de um fim sem caminho. Razões da vida e tão persistentes! O drama do homem é sonhá-la em eternidade, o seu pecado é sabê-la assim tão breve, tão próxima da morte e porém tão cheia de si mesma...

Mas essa sombra que nos impede de a esgotar é a dúvida amarga de a não conhecermos eterna, que não quer que a arrastemos na nossa queda. Eternizar as coisas é agora para o homem inventá-las contra os seus limites conhecidos, contra a sua fragilidade verificada, em maldição embora por ser a nossa fragilidade. A primeira solução para o mundo é pô-lo em dúvida—dúvidar do mundo para o amarmos contra todas as suas aparências. Por inútil no lamentável ruído dos homens só para nós ele será eterno, companheiro mortal do nosso silêncio. Todo a obra de Kafka é um universo-em-dúvida. É nessa sua intenção que nos mostra as coisas em inutilidade diária, a constatação dos seus pesos, desumana proporção para a nossa confiança desprevenida.

Ler um romance é saltar dentro do espelho que ele é, lembra Sartre, «vendo depois as coisas com o ar de familiares». As coisas em Kafka não são familiares, o seu «ar» conhecido só o é no sentido em que um homem pode ver-se a um espelho uma ferida que tem nas costas. Aqui o espelho somos nós e os seus heróis tornam-se tanto menos familiares quanto mais nós tivermos o «ar» de o ser. Diria que esta obra se liga a uma totalidade que só nos é conhecida depois de a ignorarmos—é preciso esquecer a voz dos homens para compreender a nossa voz, na garganta dos seus personagens.

E é preciso subir ao monte a que ele nos leva, para que o herói

que somos todos se habitue de novo à vida, conquistando nesse esforço supremo o supremo direito de viver. Cada passo para o vencer descobrimos, e bem tarde, ser a mais para o monte que aumenta, para nós que escorregamos. «Se lá pudéssemos ter um pé» pensamos. E de momento a montanha torna-se quase horizonte, o ar mais leve, mais fresca a manhã. Infinita ilusão! Uma pequenina miragem de esperança, o nosso nervosismo..., e aquele bem intencionado empurrão, que há pouco nos ajudou, conhece agora os seus limites, ao fim de uma breve comparência. A ansiedade, do preciso tamanho da nossa confiança, faz-nos passar folhas e folhas, tateando, tateando na noite que lamentavelmente envolve o alpinista. Lá em cima uma vela pôs-se a iluminar a rota difícil dos que vão subindo no escuro. Uma mão muito amiga procurou-nos mesmo para uma possível ajuda. Mas o homem já não a vê, irremediavelmente fatigado por um enorme rochedo que desprende no seu peito.

A grandeza de Kafka é a sua obra. Porque falar num pequeno acidente é para o grande artista compreendê-lo logo de novo, senti-lo nas origens, contá-lo desde uma nada na qualidade de «ser assim», um ser muito a seu modo. E a linguagem com que o atinge é um destino cumprido nessa mesma linguagem, o pintor cumprindo-se em cores e em formas. Também qualquer nomeação de Kafka, em qualquer das suas páginas, é já uma parte da sua grande verdade—uma obra feita de acidentes, todos únicos e iguais a si próprios, tal como as coisas, e as verdades, e os homens. Uma obra de um sentido realista, num sentido que poucos hoje recebem generosamente—um espaço em que as exigências internas e a orgânica da intriga se desenvolvam a si mesmas, num movimento que acaba no próprio movimento, um instante em que tudo acontece sem que nada evolua. Uma série de pontos luminosos que se iluminam uns aos outros, sem que seja possível anular um deles evitando o fatal curto-circuito, tão únicos na sua perfeição, tão necessários na sua fragilidade. Mundo que como o nosso não deixa de mover-se, mas só para nos dar a ilusão de estar parado!

Em qualquer romance de Kafka há uma certeza ao menos—a de que nada acontece (em Dos Passos, tudo acontece de novo, o mundo é um instante de novidade). Pensar neste «nada acontecer» poder-nos-ia aqui lembrar uma certa paralisia, traço de mentira para o real em

que a imobilidade é produzida pela esterilidade dos acontecimentos. Quando Joyce discorre sobre a arte «trágica», e que bem o faz, lembra que há para os que lêem dois caminhos a que o livro conduz—a piedade ou o terror. São, bem entendido, dois possíveis exemplos que lhe servem de pretexto a uma ideia final—a de que a obra escrita deverá eternizar o que encontra no instante, e o fará por colaboração com o «outro», a quem se dirige. Se o terror é o sentimento que detém o espírito perante o que há de de grave e constante no sofrimento humano, une-o também à causa secreta—são as palavras do próprio Joyce. Mas para o «terror» despartado só uma arte convém—e a essa, a que ele chama «arte perfeita», compete eliminar a vulgaridade dos factos e também o seu movimento indefinido, detendo a imaginação contra a sua volatilidade. E assim, nesse esplêndido livro que é o «Ulisses», vamos encontrar todo o acontecer da obra previsto por uma anterioridade subjectiva que é a do seu autor, individualizados os acidentes por um processo exterior a eles. É pois preciso que nada seja esteticamente novo, nos pareça novo. Esta imobilidade é dada de fora, por equivalências que a confirmam, todas elas arbitrarias, no sentido em que pensá-las como acontecidas realmente lhes não consente de todo a vida própria. Joyce pretendeu a sua arte como uma forma única. E a emoção por ela despertada é também uma oportunidade sempre irrecuperável. A vulgaridade é em literatura todo aquele plural que intencionalmente destrói a frescura, a irredutível beleza do instante. E a descrição que fixar esse instante será única e a sua emoção também—uma arte «estática», no preciso sentido em que Joyce considerou o carácter de certas artes, «dominando o desejo e a repugnância».

Em Kafka há também uma rigorosa imobilidade—mas *cinética*. Realmente nada acontece de novo; somente isso precisa ser demonstrado, negativamente provado por uma agudíssima técnica. E assim como chegamos ao desespero pela consciência de uma esperança inútil, também a certeza de que nada acontecerá de novo nos é dado pelo repetido convite à dúvida de que alguma coisa vai acontecer. Não que os heróis exprimam essa vontade—a vontade é moeda para a certeza. Não, os heróis de Kafka imploram, e por contágio as suas preces são a nossa esperança, uma esperança em que o milagre se produza. Que o milagre se produza, e em breve. Aqui o breve é desdobrado pacientemente, e a sucessão de

esperanças incomunicáveis, de momentos também breves, acaba por nos habituar à ideia de que nada pode acontecer. Mas isto seria uma certeza pelo menos, e para Kafka a evidência não pode ser encontrada no abandono da dúvida, mas dentro da própria evidência. E por isso os contrários se não revelam, para que a contestação de um se não torne aceitação do outro. Ele próprio escreveu que a impaciência é o mais grave pecado mortal. A sua obra não é de um moralista. Nada se pretende provar, e assim a impaciência não aparece nunca provocada ou amparada por imagens de impaciência. Somente ele acaba por no-la despertar, pondo em fuga uma tranquilidade passada para acordar o outro sonho, um sonho antigo e distante o da terra a que é preciso chegar, sonho ainda à nossa espera, donde partimos e onde talvez um dia, talvez em breve, nos voltemos a reconciliar para sempre.

Uma obra pacientemente escolhida, em que uma grande técnica é inventada fora de razões técnicas, por urgente necessidade do seu autor. E a sua exactidão, a paciência infinita desta obra e de Kafka, são o que hoje nos poderá retardar o infinito do naufrágio, mas também retardar a libertação pelo *definito*, «sans cesse transformant l'infini en indéfini». Nesta noite em que nos descobrimos lentamente, num «risco essencial em que o ser está em jogo», Kafka aparece ao nosso apelo de verdade como a figura do homem mártir da sua obra, vítima dela e das suas exigentes descobertas; pois para ele escrever é o único caminho possível «do lado de este outro mundo mundo que é o deserto». Escreveu em 1922, que não há outra escolha além desta: ou procurar a salvação do lado de Canaã, ou do lado do deserto, «porque não há um terceiro mundo para os homens».

Saber que a culpa não seja talvez nossa, que o destino jogado em nosso nome, no ponto esquecido em que nascemos, nos tira talvez toda a culpa por este breve instante de que só nos compete então viver a felicidade, sabê-lo é saber-mo-nos presos à condição de uma alegria insustentável. É também, se em nós achássemos essa culpa, jogaríamos todo o nosso minuto, perdido inteiro na alegria duma certeza; e as coisas teriam a cor da nossa eterna maldição. Os Juizes estariam bem à vista, consciências perfeitas para pensar o nosso mal. Mas dessa alegria só sabemos, e mal, que nada está vivo para no-la confirmar, que nós e as coisas que olhamos agora pela última vez estaremos em breve na or-

Reportagem

por
ANDRÉ MAGRO

VÍTIMA DE GRAVE ERRO JUDICIAL, UM HOMEM PAGA COM DEZ ANOS DE CADEIA UM CRIME QUE NÃO COMETEU

Chama-se Jaime Damião Gomes Correia, tem cinquenta e três anos e vive agora na Mealhada de Loures o personagem central de todo este drama forense que, na comarca da Golegã, vilória pasmada do Ribatejo, teve o seu início e o seu epílogo.

É um homem simples, de gestos calmos e falas repassadas de tristeza. Senhor de uma história comovente, rica de conteúdo humano, a sua voz atinge, à medida que a descreve, um tom de angústia que nos embaraça. E, inexplicavelmente, há ainda nos seus olhos lampejos de uma confiança ingénua. Dir-se-ia que sempre pairou longe dele a dor e a injustiça do mundo. Ao seu rosto parado, vazio de mutações, pergaminhado de rugas, onde por vezes aparece o brilho de uma lágrima, nunca aflora o desejo da vingança ou a expressão inconfundível do ódio.

Devem ser assim os homens puros que, mesmo vividos na vileza e na injustiça, não aprendem nela os princípios que os norteiam. Grande lição a deste homem que, amarrado por dez anos ao pelourinho da injustiça e da infâmia, ainda sabe olhar de frente os outros homens, sem ódios nem rancores.

—Pois, meu amigo, eu sou natural de Vila da Feira. Lá vivi longos anos, até que por volta de 1945 vim parar à Barquinha. Em má hora isso foi! Ali casei com uma mulher que já trazia consigo três filhos: duas raparigas e um rapaz. Durante algum tempo, as coisas não correram mal. A pesca sempre ia dando e nós, como Deus queria, lá íamos vivendo.

Mas isto, o diabo é a vida começar a desandar. A certa altura, uma das minhas enteadas, a Umbelina rapariga doente, sujeita a ataques epiléticos, apareceu grávida. Eu e a mãe muitas vezes insistimos com ela para que dissesse quem a tinha desflorado. A resposta, porém, era sempre a mesma: «Sei lá bem quem foi!» E um dia, levava o Tejo grande cheia, suicidou-se. Assim se armam os trabalhos! O povo começou a murmurar. As suspeitas recaíam sobre mim. Diziam que eu tinha feito durante um dos ataques que lhe davam e, por isso, ela desconhecia quem a tinha desflorado. Na minha boa-fé, eu tratava da vida, ignorando o que contra mim tramavam as más cabeças. E um dia, com grande espanto meu, fui preso. De tal modo estava isento de culpas e confiante que a verdade se apuraria, que nem sequer tratei de arranjar advogado. O advogado officioso que para mim nomearam nunca se deu ao trabalho de me ouvir. Sempre que o mandava chamar negava-se a comparecer, alegando que a cadeia não tinha gabinete em condições onde pudesse falar-me. Só quando o Tribunal me condenou em catorze anos, me dei conta de que a verdade nem sempre vem ao de cima. Mas já então o destino estava traçado.

O SUICÍDIO TENTA PÔR TERMO À INJUSTIÇA

Frouxamente iluminado pelo lume do cigarro, o rosto do pobre homem é uma máscara de dor. Os seus olhos, habitualmente estáticos, não se fixam agora num ponto certo. Movem-se a acompanhar a insegurança dos seus gestos, o ritmo agitado das suas falas repassadas de amargura. Não resulta, porém, esse disfarce. Tudo agora denuncia a emoção que o assalta. Convulsas, as suas mãos são uma linguagem de que

ele se não dá conta. E a dor, por muito tempo recalçada, a procurar, ansiosa, a solução de um escape. E de nós apodera-se, à medida que ele fala, uma indefinível sensação de angústia.

—Custa-me falar disto, acredite! Quando se é feliz nunca se pensa na morte. Mas, em certos momentos, morrer parece-nos a melhor saída. Por três vezes, na prisão, eu pensei isso mesmo. Deus, porém, não o quis! A primeira vez que tentei suicidar-me foi na cadeia de Golegã. Eu estava preso havia um ano. Esperanças de lá sair já não havia nenhuma. Desprezado pela família, acusado mesmo pela minha mulher, eu andava como doido. Só pedia a Deus que me matasse. E um dia, já não esperei mais; meti à boca um copo de água com fósforos dissolvidos e bebi até me cansar. Mas ainda não tinha de ser dessa vez. Mais tarde, foi transferido para a Colónia Penal de Alcoentre. Já então eu tinha por mim uma santa alma: o senhor Padre Madeira, nessa altura pároco da Golegã. Mas eu via o tempo a passar-se e iam acabando as esperanças de ser posto em liberdade. Um homem desesperado faz tudo. Em mais duas ocasiões eu tentei pôr termo à vida. De uma vez deitei fogo à cama em que dormia e de outra ainda agredi-me a mim próprio na cabeça com uma garrafa partida. Mas tudo foi inútil. Deus lá sabe o destino para que nos cria!

OITENTA CONTOS... PREÇO DE DEZ ANOS DE CADEIA

Serenado pelo desabafo, volta a estampar-se-lhe no rosto a mesma calma de há pouco. E o conformismo de quem sabe ser inútil lutar contra um destino adverso. —E esta acalmia, pelo menos aparente, dá-nos ânimo para architectar uma pergunta. Não chegámos porém a formulá-la, pois já ele, como se nos adivinhasse a intenção, volta a falar da sua tragédia.

—Dez anos de cadeia por um crime que se não cometeu, é duro, meu amigo! Fui para lá novo e cheio de energias. E voltei assim... um velho! Tenho cinquenta e três anos mas estou mais acabado que muitos homens de oitenta. Eu julgo que isto se não paga com dinheiro. Mas o tribunal, agora, em Julho passado, ao absolver-me, atribui-me a indemnização de oitenta contos. Nem por oito mil, meu amigo, eu cumpriria outros dez!...

LEGÍTIMO DESAFRONTO

Tantas foram as suas horas amargas, de tal modo a sua desafortunada existência está cheia de momentos infelizes, que o seu relato, por vezes, é feito de maneira descontínua, truncada, alheio a qualquer espécie de ideia cronológica. É ao sabor das recordações de momento que as falas daquele homem brotando dos seus lábios com uma chocante simplicidade nos arrastam numa vertigem a lugares longínquos e próximos, a factos antigos e recentes, marcos de desolação e de tragédia a balizar todo um passado sobre o qual soprou, sem piedade, o vento áspero do infortúnio e do desespero.

—Só quem já foi obrigado a espionar uma culpa alheia sabe de que tamanho é essa dor. E há momentos em que não possível suportá-la. Eu acredito que isto

é o destino de cada homem. E contra o destino nada pode fazer-se. Mas, às vezes, a revolta sufoca-nos. Cega-nos. É uma aflição que nos prende a garganta e nos tolhe a fala. Nessas alturas, por algumas passei, parece-me que era capaz de arrasar o mundo. Na Golegã todos os presos eram ali das redondezas. E, porque acreditavam que eu era culpado, poucos gostavam de mim. Eu bem os ouvia morder: «Fazer um serviço daqueles a uma mulher que estava como morta! «E isto era como quem me dava facadas. Um dia, por um motivo qualquer, tive uma discussão com outro preso. E vai, às tantas, ele atirou-me: «És uma boa rolha! Apanhaste catorze anos mas se eu fosse juiz dava-te mais de trinta.» «Um malandro daqueles! Eu ceguei. Atirei-me a ele e parti-lhe uma cadeira nas costas. Pois, por esse desafronto, agravaram-me a pena em mais vinte dias de cadeia.

CERTO DA INOCÊNCIA DO RÉU, UM JOVEM PADRE LUTA PELA SUA LIBERTAÇÃO

Uma breve ligação telefónica pôs-nos em contacto com o Padre João Governo Madeira, actualmente pároco na freguesia da Várzea e professor da Escola Comercial e Industrial de Santarém.

Pouco depois, amavelmente, nos recebia em sua casa e nos punha ao corrente deste trágico caso, tão de perto e tão cristãmente por ele vivido.

— Por volta de 1947, tinha eu então vinte e cinco anos, fui nomeado pároco da Golegã. Assistente da cadeia daquela vila, ali conheci o preso Jaime Damião que, acusado de ter desflorado uma enteada, Umbelina Rosa Lopes, quando esta, devido a um ataque epiléptico, se achava privada do uso da razão e dos sentidos se encontrava cumprindo a pena de catorze anos a que havia sido condenado. Pena que, depois dos possíveis recursos, o Supremo Tribunal de Justiça, por acórdão de 17 de Novembro de 1947, veio a fixar em seis anos de prisão maior celular, seguida de degredo por oito ou, em alternativa, dezoito anos de degredo.

De maneira veemente mas baldada, o preso protestava a sua inocência. Uma inexorável teia processual o tinha envolvido e arrastado a uma delicada posição.

Impressionado pela lógica e coerência com que expunha as suas razões, decidi eu próprio fazer algumas investigações.

Difícil era, porém, resolver o problema. Quem claramente tudo poderia ter esclarecido, a Umbelina, suicidara-se, levando consigo o segredo de todo o drama. Sôzinho, pouco podia fazer. E certo já de que o preso estava inocente, algumas contradições haviam surgido, dispus-me a mobilizar todos os meios que pudessem vir a provar a sua inocência.

INVESTIGAÇÕES POLICIAIS QUE DURAM CINCO ANOS

É ainda com uma ponta de amarga decepção que o Senhor Padre Governo Madeira nos fala da luta que foi necessário travar para vencer incompreensões, comodismos fáceis, barreiras burocráticas todo um desenraçante amontoado de factos de gélida indiferença perante o sofrimento alheio e que se não compadece com idealismo, com intenções luminosas e nobres.

Animado nesta peleja de profundo espírito cristão, ainda hoje, conseguido já o objectivo final, o impressiona a extrema morosidade com que eram conseguidas soluções consideradas absolutamente indispensáveis para impedir que continuasse vigente uma clamorosa situação de injustiça de que estava sendo vítima um homem inocente e indefeso.

Depois de consultar alguns advogados que se negaram a tomar conta da questão, encontrei, felizmente para mim e para o preso, um jovem de Torres

Novas recentemente formado, o Dr. Fernando Azevedo Mendes que, certo como eu da inocência do réu, se deu ao estudo do caso com aquele entusiasmo e dedicação que só a juventude consegue alcançar. Depois de várias e infrutíferas diligências, entendeu aquele advogado ser necessário proceder a investigações policiais que fornecessem elementos para fundamentar a revisão do processo. Passava-se isto por volta de 1952. Já então o preso tinha cumprido cinco anos da absurda pena que lhe fora imposta. Para evitar a continuação de tão monstruosa injustiça era necessário agir com prudência e rapidez. Mas, por mais incrível que pareça, apesar de toda a boa-vontade, as necessárias investigações policiais só foram conseguidas três ou quatro anos depois de terem sido requeridas.

COBARDE SILÊNCIO DE DOIS HOMENS DURANTE DEZ ANOS

Hoje, caído pela base o processo inteiramente arquetado sobre presunções, que levou à condenação primeira do réu, impressiona a precipitação com que certos elementos foram considerados secundários e destituídos de interesse para a obtenção da verdade e completo esclarecimento de tão funesto caso.

Todas as suspeitas se fizeram incidir sobre o réu Jaime Damião como se só ele fosse o único homem que com a enteada privava e, portanto, o único capaz de ter provocado a sua desgraça e, depois, a sua morte.

Longe da fogueira que, aos poucos, por todos os lados o ia envolvendo, se mantinham dois homens, sobre os quais, mais tarde, ainda antes de iniciada a acção policial, vários factos fizeram recair as atenções.

Eram eles Fernando Rosa Lopes, irmão da vítima e José Luis Calado, o «Carvoeiro», ao tempo namorado de Ermelinda Rosa Lopes, ambos residentes na Barquinha, que, num alarde de monstruoso egoísmo e malvadez chegaram mesmo a ir ao Tribunal inculpar um homem que sabiam inocente.

Durante muito tempo, interrogatórios e acareações resultaram inúteis para lançar luz sobre uma situação que se ia tornando dia a dia mais misteriosa. Até que, em Maio do ano findo, o agente Saraiva da Polícia Judiciária de Lisboa obtém do «Carvoeiro» a confissão do crime que durante dez anos ocultara. Tendo-se apurado ainda que o Fernando Rosa Lopes mantivera também com a sua própria irmã relações sexuais.

TARDIA ABSOLVIÇÃO

Organizados os quesitos, nos quais foram incluídos os factos novos que fundamentaram a revisão do processo, o Tribunal Colectivo, julga improcedente a infamante e dolorosa acusação que sobre o réu pesava há cerca de dez anos; por acórdão de 26 de Julho de 1957 é proferida a sua absolvição e, pelos anos morais e materiais sofridos, arbitrada a indemnização de oitenta mil escudos a pagar pelo Estado.

Era já noite quando na Várzea abandonamos a casa do Senhor Padre Madeira. Conhecíamos agora, em pormenor, toda a tragédia de alguém que a injustiça dos homens vitimara.

A noite fria parece encerrar no seu ventre o segredo de todas as misérias do mundo. Tudo à nossa volta é silêncio. O silêncio profundo e rico que cresce para nós dos confins da terra. No céu, as estrelas continuam a brilhar numa alegre e desapiedada indiferença pelo mundo. Nos nossos olhos recorta-se, torturada, a imagem daquele homem que, em desespero, espiou o crime que outros perpetraram. E, no mais íntimo de nós, ousa formar-se a esperança de que o seu sofrimento não tenha sido inútil. Talvez um dia a justiça dos homens venha a ser menos cruel e mais JUSTIÇA.

Anti-colonialismo económico

por LEVI VERMELHO

I

O PROBLEMA OU A EVIDÊNCIA

O ser sensível, volitivo e pensante é o homem. São dele todos os problemas. A ele se referem as escalas de valores; pelos seus sentidos apreciamos os dados naturais; é ele que se integra na sociedade. É para ele que pretendemos a felicidade e o bem-estar, conforto de viver sem limitações e a alegria do sacrifício pelos outros. A caridade e o amor são do homem. Os ideais, todos os ideais se encaminham, como que para um ângulo remoto e inatingível que é a realização do homem. A Política, o Direito e também a Economia se dirigem para um vértice desejado. Lá, estão as aspirações e as ideias-limite. Lá estará o homem que todos pretendem construir.

Mas o homem isolado não vale. A sociedade é o seu meio natural e existe para si. O homem toma a consciência da sociedade familiar, evolui para a sociedade tribal, desloca-se para a sociedade comunal ou «cidadã» e encontra-se hoje na sociedade nacional, não ignorando todavia que já faz parte duma sociedade internacional.

Através dos séculos tentou-se averiguar qual a essência do homem: O seu «eu» ou o seu «nós»? o seu egocentrismo ou o seu altruísmo? A sua necessidade de ser ele só ou a sua necessidade de ser com os outros também? A sua «personalidade» ou a sua «solidariedade»? Dezenas de teorias se construíram na base de afirmações radicais: O homem é individualista. O homem é socialista. O homem tem necessidades que só ele sabe satisfazer. O homem deve à sociedade as suas possibilidades de sobrevivência.

A Política organizou e ordenou segundo cada visão mais em voga, cada teoria considerada mais justa ou mais conveniente.

E o homem obedeceu.

Sempre nele houve as duas faces do seu enorme problema. Sempre se afirmou pelos dois modos e sempre mostrou que é assim que é homem.

A economia estudou-o isoladamente e em grupo. E notou reacções diferentes. E construiu concepções e princípios de acordo com essas reacções. Também o Direito o fez. E a Sociologia. E a História. E a Psicologia. E muitas outras ciências.

E sempre o homem agiu da mesma maneira.

Quando só, necessita da sociedade, sente-se aluísta e crê na justiça de dar algo à sociedade em contrapartida do que a sociedade lhe dá. Mas a sociedade dá-lhe uma possibilidade de vida. E a dívida torna-se ilimitada.

Quando em sociedade, necessita de se sentir e de se afirmar. Aproxima ao máximo o seu eu pensante do seu eu pensado. Todos na sociedade são iguais. São todos os homens. E sente a necessidade de se sentir individualizado, a necessidade de encontrar entre o todo imprescindível uma das partes que o constitui. Busca conhecer-se. Procura-se.

Isolado, anseia pela sociedade. Associado, anseia pelo indivíduo.

Cada homem tem uma vida. Milhares de homens terão milhares de vidas. Porém, sabemos que, quando acabam esses milhares de vidas, outros milhares continuam vivendo. Compreendemos que o tempo

está certo porque é relativo a nós. Mas ficamos com a impressão de que o tempo não anda. Fixa-se. É soberanamente estático. Contempla a evolução física e mental do homem e a sua decadência. Acompanha todos os homens. Vê-os germinar e desintegrar-se. É absoluto. É sempre. Daqui nasce no homem o desejo de se perpetuar também, de ser uma realidade estática, um valor perene, à semelhança do tempo que o contempla. Luta por se continuar. Reproduz-se. E a dilatar a espécie, dilata os seus horizontes de tempo interior. E a associação resulta inevitável e imprescindível. E a sua possibilidade de se transportar ao lado do tempo exterior, de quebrar a sua relatividade temporal. O seu conceito de movimento é relativo. É referido ao resto.

Se se perpetuar, imobiliza-se. Aperfeiçoa-se. Realiza-se.

Porém, cada um de nós sabe que a sua luta é frustrada pela sua relatividade. Cada um de nós contribui. Mas ninguém recebe. É a luta do grão de areia.

E, mesmo assim, cada um, sabe que todos, os que foram antes e os que serão um dia, no seu conjunto temporal, não terão ainda a vitória como certa.

Durante toda a etapa, os homens terão a sua filosofia de vida, que eles construíram e alcançaram, que eles transmitiram e conservaram. E a sociedade, movimento em relação ao tempo de cada um, imobilidade em relação ao tempo exterior, é sempre formada de homens que pensam e que pretendem encontrar-se: cada um a si mesmo e cada um a todos os outros.

A resulta de $B+C$. Cada um dos termos não pode viver isolado. Mas o resultado provém necessário dos dois termos. Se $B+C$ formam A , A só pode resultar de $B+C$. E isto, que é uma evidência é também o nosso principal problema.

II

O ESPÍRITO DE RELAÇÃO

Parece-me que uma teoria social só pode ser construída se tiver em consideração uma filosofia de vida. O mundo está hoje dividido em dois blocos ideológicos: Um arvora o indivíduo. Outro defende a sociedade. Um afirma que a sociedade só existe porque há indivíduos. Eles são os valores supremos. O outro diz que o indivíduo só existe porque se agrupa em sociedades. Elas é que são essenciais. O primeiro é falso. O segundo também. Ambos, conjuntamente são verdadeiros. Lógicamente o seu plasma corresponde à filosofia de vida do homem.

Cada uma das ideologias hostilizou-se contra a outra por se acharem incompatíveis. Pura aplicação da lei da impenetrabilidade. Onde está o erro?

O erro está na análise do homem sem uma síntese integradora. Quem analisa, diseca os elementos, puxa um pela ponta e estuda-o. Ignora o outro. E isto sucedeu e, infelizmente, continua a existir ainda hoje. Creio, firmemente que o mal do homem actual é ser estudado em parcelas, analiticamente, não se tendo alcançado ainda o grau de maturação mental suficiente para se tornar à síntese. O homem de hoje é vertical. Vê as coisas em profundidade. Creio já ser

tempo para surgir o homem de relação que se situe no cruzamento da vertical com o horizontal.

Julgo poder afirmar que o homem de relação ou, pelo menos, a sua tendência espiritual já se tem afirmado. É uma questão de enquadramento de espírito. Por aí se processará, estou certo, uma fase nova — absolutamente nova — da evolução humana. Depois da conquista da análise e da conquista de síntese, a conquista da relação. Caminhamos para lá.

III

A ECONOMIA EM FOCO

Alguns milhares de anos trabalharam o conceito económico. O sacrifício que consiste no esforço dispendido para obter a satisfação das necessidades, encarado em relação à utilidade dos bens e ao consequente grau de satisfação, deram as possibilidades de estudo. A racionalização e a teorização fizeram o resto. Construiu-se a economia como ciência e emitiram-se doutrinas de aplicação. Nestas, foi operante o dualismo individuo-sociedade. O liberalismo e o socialismo não se tentaram compreender. Tendo cada um deles a sua parte de razão, esqueceram-se da sua complementariedade, sem a qual não se completou. E hoje, o momento histórico que atravessamos é o reflexo duma frustração doutrinal.

Vivemo-la, embora desejemos modificá-la e ansiemos pela sua compreensão. Portanto, o que se impõe para já é o seu estudo.

Dois blocos se abrem na economia do nosso planeta: O Ocidental e o Oriental. Para além de toda a propaganda que qualquer deles faz, para além de todas as aparências que qualquer deles apresenta, sobressai a verdade que trazem latente: Historicamente, o bloco oriental formou-se como protesto contra o ocidental. Formou-se sob a ideia de universalidade, transportada, pelas palavras inflamadas de Lenine e incitada pela devoção total dos seus defensores à causa comum. O seu bem é a libertação dos povos de ideologias que considera falsas. Por outro lado, o bloco a que pertencemos luta pela sobrevivência de uma cultura, de um padrão de vida e de uma ideologia própria.

Cabe-nos agora referir a verdade pungente da nossa época. Entramos na fase em que se ultrapassam as ideologias e se defendem os interesses: Interesses do bloco oriental e interesses do bloco ocidental. E, com base neles, teremos de lutar se for preciso e, por eles, teremos de dar as nossas vidas, por mais que nos tentemos compreender uns aos outros.

A lei do mercado, no Ocidente, as leis de direcção total no Oriente, comandam o Mundo.

Mas nem todos os povos estão igualmente desenvolvidos para entrarem nos blocos no mesmo pé. Os povos africanos, historicamente primitivos, afastados, há milénios das nossas concepções, jogam o seu destino, como ser cobiçado por dois caçadores.

IV

A ÁFRICA DESEJADA

Nasceu o anti-colonialismo. A Rússia é anti-colonialista. Os E. U. são anti-colonialistas. A O. N. U. proclama o anti-colonialismo. E, também com a maior das suas boas-vontades.

E o que é o anti-colonialismo? À primeira vista e, para quem ignore a função da sua propaganda, o anti-

-colonialismo corresponde a um ideal de justiça: é a libertação dos povos dependentes e afirmação da sua igualdade jurídica, política e económica em relação aos opressores. Não há dúvida que é um ideal muito belo, ao qual se entregará devotamente todo o espírito empenhado na criação de felicidade para todo o Mundo. Mas é mais qualquer coisa além disso. Vejamo-la. Afirmou, há bem pouco tempo, François Mauriac num jornal parisiense que a Argélia pede à França a libertação, quando a França nunca se encontrou em tão forte dependência, excluindo a época da ocupação. Vemos pois que há uma forte dose de idealismo nas reivindicações dos povos africanos relativamente à sua independência. E, a exaltação do seu pretenso nacionalismo — duvidoso em si, pela diversidade de culturas, religiões e interesses — é a arma eficaz do anti-colonialismo.

Assim, compreendemos que a Rússia fomenta os nacionalismos africanos. E os E. U. também.

A primeira, para se substituir à influência Ocidental. O povo africano dependente, alcançada um dia a sua «libertação» cai noutra dependência. É uma mudança de situação quanto ao colonizador. É um agravamento, porque frustração, da situação dos colonizados. Os E. U. exortam à independência para se substituírem também à influência Europeia, na criação de mercados e na obtenção de matérias primas. A sua indústria necessita de ambas as coisas para garantia de uma situação próspera. E a recordação do fracasso de 1929 ainda está bem presente no espírito dos americanos. A O. N. U. é igualmente anti-colonialista. Mas a O. N. U. é uma organização sem êxitos precisamente porque parte de princípios magníficos para realidades cruciantes. Afirma frases lapidárias sem jamais ter conseguido convencer os seus membros da sua aplicação prática. Chama no deserto e ninguém a quer ouvir. Como a sua antecessora a S. D. N. — a O. N. U. fracassa redondamente, transformando-se de organismo tendente à integração internacional em campo de batalha dos interesses dos blocos. E não pode sair disto.

V

O PERIGO DAS EXALTAÇÕES

Ficam-nos, assim, os povos africanos, embalados em sonhos nacionalistas mas ignorantes do destino que os espera.

Por isso descremos do anti-colonialismo. Aliás, colonialismo nunca foi sinónimo de sujeição. Assim como o menor se desenvolve sob a protecção do pai ou do tutor, assim um território culturalmente desfavorecido pela história, tem o direito de exigir uma tutela até à sua nacionalidade. Mas sem se alcançar a maturação não há que pedir a independência que, para mais, será paradoxalmente outra dependência. A falta de preparação das recém-construídas nacionalidades africanas é o maior perigo que as domina.

Além disso, a maioria dos povos africanos ainda não ultrapassou o estado sociológico da tribo. Como pode assim, ter consciência da sua posição entre as nações? Parece-me que o real perigo que daqui resulta, é, por demais, evidente.

A tendência para a internacionalização, manifestada desde os projectos mais ou menos utópicos de alguns políticos europeus para a integração até à efectivação, no campo económico da Comunidade

Sobre uma concepção moderna do direito natural

por
ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA

O ter lido uma vez em Pascal que as coisas mais complexas eram afinal as mais simples anima-me a registar aqui certas leituras recentes sobre uma das mais interessantes formas de que se reveste hoje o combate ao positivismo jurídico—a que toma por base a axiologia de Scheler e Hartmann.

Caberá primeiro colocar tal doutrina dentro do movimento geral em que se insere, e fazer algumas considerações fáceis sobre a crise do positivismo.

Não iremos aqui, para não reeditar a fábula do leão moriundo, quebrar lanças contra uma concepção que se encontra no momento presente em crise gravíssima e, supomos, mortal—o positivismo jurídico, ou seja aquela concepção da norma jurídica que conhece como o seu fundamento exclusivo a vontade da entidade que põe (*jus positum*), e que conhece como sua condição de validade unicamente a conformidade da sua criação com as regras constitucionais respeitantes às fontes de direito, recusando-se a aferir essa validade por qualquer sistema extra-positivo, e consagrando assim uma definição *formal* do Direito, em oposição ao que adiante chamaremos uma definição *substancial*.

Mas se examinarmos rapidamente os vários motivos que estão na base da reacção geral contra o positivismo jurídico, salientaremos os dois seguintes, que nos interessam particularmente:

a) A necessidade de reagir contra uma concepção de Direito, que, reduzindo-se à vontade do legislador, e portanto do Estado, deixava o corpo social e os próprios órgãos de aplicação do Direito privados de qualquer meio de defesa destinados a corrigir as eventuais divergências entre o justo e o legal,⁽¹⁾ e que na sua forma extrema comportava a negação do direito de resistência à opressão, ⁽²⁾ transformando a liberdade humana num conceito abstracto, anti-individual, e privado de realidade para o homem concreto.⁽³⁾

b) Um desejo de reabilitação da própria filosofia do direito disciplina que pudera, na fase positivista ser obliterada até perder quase todo o seu crédito, ⁽⁴⁾ ao ponto da sua própria admissibilidade ser negada por variadas correntes de pensamento.

Uma tal posição tem na base a negação de que o fenómeno jurídico possa ser objecto de reflexão filosófica autónoma.

Quando a reflexão filosófica procurasse como objecto o fenómeno jurídico a fim de encontrar o seu *valor* próprio, verificaria que tal fenómeno se esgota na validade das normas jurídicas vigentes em dado Estado e em dado momento, e que não constitui objecto autónomo de reflexão e pesquisa filosófica, mas um simples aspecto de um problema mais amplo.

O fenómeno jurídico dissolver-se-ia assim num objecto mais vasto, e seria um simples capítulo ou da própria organização social, ou dos problemas específicos da filosofia moral, ou dos fenómenos económicos.

E assim os autores que negam a autonomia da filosofia do direito são levados a incluir os seus problemas na problemática da filosofia moral ⁽⁵⁾ ou da filosofia económica, efectuando assim, conforme o título expressivo da conhecida obra da Croce, uma redução dos problemas filosófico-jurídicos ao seu âmbito próprio, que é para Croce o da filosofia da economia.⁽⁶⁾

Ao apreciar estas doutrinas cumpre fazer notar liminarmente que elas põem em equação uma determinada concepção da reflexão filosófica, ⁽⁷⁾ com uma concepção também particular do fenómeno jurídico.

Frente a elas caberá sustentar precisamente que o fenómeno jurídico se não esgota nas normas jurídicas, que compreende uma forma específica da experiência moral humana, a experiência jurídica, cujo valor seria o objecto próprio na filosofia do Direito.

Somos assim levados a pôr de parte o normativismo, expressão última do positivismo jurídico, principalmente por reconhecer que este identificando o Direito com a validade da norma jurídica, o divorcia da vida da consciência e o afasta da reflexão filosófica. A filosofia do Direito não pode assim limitar o seu objecto a um conjunto de normas sem se negar a si própria como pertinentemente observa Opocher.⁽⁸⁾

O renovar dos estudos de filosofia do Direito no momento actual faz-se assim, até ao ponto em que generalizações tão amplas podem conservar algum sentido, sob um signo anti-positivista. Se observarmos porém a doutrina europeia, vemos que ao passo que em França e na Itália, aqui com a honrosa excepção de um Bobbio, mas este ainda ligado em certa medida à orientação Kelsentana, o silêncio é quase total sobre os problemas da filosofia do Direito, é nas Universidades alemãs que se dá uma renovação das soluções propostas na base da problemática tradicional. Se tentássemos abranger um conspecto geral de tal orientação, no que ela tenha de comum através da di-

(1)—Não consideramos aqui, a este propósito as dificuldades que também haveriam de surgir através da teoria da representação nacional.

(2)—Esta negação está no pensamento de Kelsen, e foi afirmada expressamente por Eisenmann in «La Justice Constitutionnelle et la Haute Cour en Autriche».

(3)—Ora precisamente uma das tendências que podem apontar-se ao que se chama imprecisamente a filosofia moderna é a reintrodução do problema da liberdade como problema concreto nas várias circunstâncias da vida. Como diz a este respeito Heine Heimsoeth: «Mas não é dentro destes quadros duma Metafísica sistemática—como a do Idealismo alemão e as suas ramificações até ao Neohegelianismo do nosso tempo, ou ainda a do espiritualismo francês—que hoje o problema se acha de novo posto. O quadro dentro do qual hoje o problema está posto, é precisamente também o da experiência, o quadro empírico da vida humana e do especial lugar que esta ocupa no seio da realidade, tal como esta realidade nos é fornecida nas nossas próprias vivências e através dos dados das ciências.

In «A Filosofia no Século XX»—Tradução do Prof. Cabral de Moncada, pág. 98.

(4) Michel Villey «Leçons d'Histoire de la Philosophie du Droit» pág. 367.

(5) Exposição de Gentile: «I fondamenti della filosofia del diritto» Florença, 1937.

(6) Croce «Siduzione della filosofia del diritto alla filosofia dell'economia», Nápoles, 1926.

(7) Assim diz com razão Opocher que para negar a filosofia do Direito, estes autores escreveram verdadeiros tratados de filosofia do Direito. Do mesmo modo o cepticismo, mesmo radical, é sem dúvida uma atitude filosófica, porque a natureza filosófica da reflexão se deverá caracterizar pela forma e não pelo objecto. Tal objecção não é porém de grande importância quanto a este assunto, pois uma concepção útil da filosofia do Direito só pode de facto fundar-se sobre a autonomia ao seu objecto. Talvez que a exemplo do que faz Coing, se possa distinguir entre uma definição formal e uma definição substancial da filosofia, distinguindo esta reflexão filosófica.

(8)—Enrico Opocher; «Lezioni di Filosofia del Diritto» Pádua, 1951.

versidade, notaríamos que nessa mesma Alemanha que fora a pátria de Jellinek, que ouvira ensinar nas suas Universidades o relativismo de um Radbruch, ou o estrênuo positivismo de um Kelsen, a viragem é total no sentido do abandono do positivismo.

Sem dúvida não terão sido estranhas a tal mudança de orientação, como o faz notar Süsterhenn, (1) as condições particulares da evolução política da Alemanha nos últimos vinte e cinco anos.

Ainda segundo Süsterhenn, é o próprio Radbruch que no artigo publicado em 1947, escreve: «É necessário que a ciência jurídica se recorde da sabedoria milenária comum à antiguidade, à Idade Média Cristã e ao século filosófico, esta sabedoria que afirmava a existência de um direito mais forte do que a lei, um direito natural, de um direito divino, de um direito emanado da razão, numa palavra de um direito supra-legal.

Medida segundo este direito, a injustiça permanece injustiça, mesmo se foi fundada nos moldes da lei. (2)

Dentro desta orientação procura-se distinguir o **jurídico** do **legal**, como faz Emge ou uma definição **formal** de uma definição **substancial** do Direito, como quer Cöing. (3)

Tal distinção é afinal o reconhecimento da impossibilidade de definir o direito sem referência à ideia de justiça, afirmada também pelo jusnaturalismo tradicional, na sua forma renovada, (4) mas Cöing alarga esta ideia. Para ele, seguindo os ensinamentos de sociólogos como Sorokin, nem todo o sistema de vida social é propício ao desenvolvimento do Direito. A guerra, por exemplo, gerando um tipo primário de relações sociais (*Kampfverhältnis*) é a negação do direito. Aparece assim muito limitada no seu sentido a velha regra «*ubi societas ibi jus*», válida só afinal, para uma definição formal do fenómeno jurídico.

A norma jurídica não é qualquer norma de conduta social imposta coactivamente, mas só aquela norma que garante a duração e a estabilidade dos interesses, a igualdade e a liberdade dos sujeitos jurídicos, numa palavra a Justiça nas suas múltiplas formas.

Na sua plenitude «o fenómeno jurídico estritamente concebido é raro no tempo e no espaço». (5)

Mas uma tal delimitação das características da norma jurídica força naturalmente a admitir qualquer modo de aferir a sua existência num caso concreto, e portanto de comparar a norma positiva com outro princípio não positivo. Estaremos chegados à demissão do Direito Natural?

Parece indiscutível que desde a última guerra se dá na Alemanha um renascimento do Direito Natural, (6) parecendo assim confirmar o sugestivo título da obra de Rommen «O Eterno Retorno ao Direito Natural». (7)

A expressão Direito Natural não é porém compreendida da mesma forma por todos; as correntes neo-Kantistas e as neo-tomistas persistem (8) mas a influência que parece ser mais fecunda, e extremamente interessante pela novidade da forma de abordar o problema, é a da fenomenologia dos valores, através das obras de Scheler e Hartmann.

Cöing funda a sua concepção de Direito Natural no conhecimento dos valores a que a consciência moral pode chegar, pela análise da própria experiência íntima.

O conhecimento humano desses valores é imperfeito, mas progressivo e irreversível. A partir de tais valores, como a justiça ou a liberdade, que têm uma existência objectiva, é possível deduzir regras de conduta permanentes, referidas à actuação na vida so-

cial, e independentes do direito concretamente legislado, ou seja um sistema de Direito Natural.

Tal concepção chega porém a um Direito Natural necessariamente imperfeito, em contraste com a concepção clássica. Tal imperfeição não é aqui inerente às próprias regras de Direito Natural, mas deriva da insuficiência da consciência moral para se elevar ao conhecimento dos valores, e ainda, acrescenta Cöing, da própria relatividade das situações históricas a que é aplicável. (9)

Um tal sistema, aplicando os ensinamentos da fenomenologia dos valores, chega assim a uma noção de Direito Natural através da participação progressiva da consciência moral nos valores e, como adiante veremos, da sua hierarquização; trata-se de um Direito Natural imperfeito, incompleto, e dotado de um diminuto grau de certeza, pelas duas razões apontadas: a) imperfeito conhecimento dos valores; b) relatividade das situações históricas dadas. Pela análise subsequente se verá que teremos de admitir ainda uma terceira, forma de limitação.

Em sentido parcialmente coincidente, invocando também Scheler e Hartmann, Fechner procura integrar a sua ideia de Direito Natural dentro da ontologia de Hartmann. (10) Emprega assim a expressão Direito Natural num sentido ontológico, mais clássico do que o de Cöing.

Para lá da norma escrita Fechner admite uma «ordem objectiva» que seria a verdadeira fonte substancial do Direito. (11)

Nega assim a autonomia e a licitude de uma «ciência pura do Direito», reduzida ao Direito Positivo: a indagação complementar que é indispensável ao jurista abrange a **sociologia**, para conhecer os diversos factores económicos, políticos e sociais que condicionam a ordem dentro da qual se move o homem; e a **metafísica** para compreender o sentido de tal ordem.

Que pensar de uma tal concepção?

Pondo de parte o problema da discussão e da valoração crítica da fenomenologia dos valores como sistema filosófico, que não é possível fazer-se aqui,

(1)—Adolf Süsterhenn «L'Etatisme Vaincu—L'avènement du droit supra-positif dans l'évolution du droit constitutionnel allemand» in Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Vol. XXXI, particularmente a pág. 173 e seguintes.

(2)—Op. Cit. pág. 174.

(3)—Em duas das mais interessantes obras gerais de filosofia do direito, aparecidas na Alemanha: A de Emge «Rechtsphilosophie» de 1952; e a de Cöing «Grundzüge der Rechtsphilosophie» de 1950.

(4)—Vide por exemplo a mesma afirmação em Prof. Truyol Serra, Fundamentos de Direito Natural, in Boletim do Ministério da Justiça n.º 28, pág. 9 seguintes.

(5)—Villey, analisando a concepção de Cöing, Op. Cit. pág. 356.

(6)—Villey, pág. 353; Balladore Pallieri «Recenti Trattazioni sul Diritto Naturale», in «Jus», 1952.

(7)—Diz Süsterhenn «na República Federal Alemã devemos constatar o facto que o Direito Natural ou, se quisermos empregar outra expressão, o Direito Super-Positivo fundado sobre a ética foi expressamente reconhecido como direito efectivamente aplicável». Op. Cit. pág. 178.

(8)—Rommen «Die ewige Wiederkehr des Naturrechts».

(9)—Diz Süsterhenn que a lei fundamental da República Federal Alemã adoptou a concepção de Direito Natural própria da *philosophia perennis*. Op. Cit. pág. 182.

(10)—Embora Cöing admita certas situações sociais típicas, em número limitado, o que lhe deveria permitir formular, a exemplo das leis económicas, diversos corpos de princípios válidos, correspondendo cada um a uma situação social e histórica dada.

(11)—Fechner «Rechtsphilosophie», 1956.

(11)—Não me alongo aqui em considerações sobre a obra de Fechner, que só conheço através da análise de Villey, pág. 360 e seguintes. É de chamar a atenção no entanto para a reintrodução tentada por este autor da filosofia existencialista de Heidegger no campo da filosofia do direito. Vide contudo a crítica de Welzel, negando a admissibilidade de tal introdução, em «Derecho Natural y Justicia Material», pág. 245 e seguintes.

quer por deslocada nesta sede, quer pela minha própria incapacidade em formular a este respeito mais do que apreciações puramente subjectivas e de nenhum interesse, creio que o problema fundamental é este: É possível da caracterização de valores feita por Scheler extrair critérios concernentes à conduta humana na vida social?

Scheler caracteriza quatro categorias de valores: Sensuais, vitais, espirituais e religiosos.

Ora a actuação humana na vida de relação pressupõe sempre uma opção entre os diversos motivos abstractamente idóneos a determinar o homem. Se for possível estabelecer uma hierarquização de valores a que irá corresponder subjectivamente uma hierarquização de motivos, estará dado o passo de ligação entre a fenomenologia dos valores e as regras de conduta social. Estabelecida uma ordem hierárquica de valores, essa ordem será, como diz Scheler «a priori material, em sentido próprio, para as nossas valorações e as nossas preferências» e portanto para imprimir uma ou outra direcção o actividade humana na vida de relação.

Max Scheler estabelece efectivamente essa hierarquização a priori, segundo esta ordem: Os valores religiosos seriam os superiores, depois os espirituais, depois os vitais, e por fim os sensuais. Está assim desenhado o quadro de preferência do qual é possível partir, como fez Cöing, para estabelecer um sistema de princípios jurídicos supra-positivos, ou seja de Direito Natural.

Tal hierarquização é assim o ponto essencial do sistema; e parece ser simultaneamente o seu ponto fraco. Já Hartmann manifestava dúvidas quanto à possibilidade de encontrar critérios concretos de hierarquização, afirmando a impossibilidade de ir além de «contornos muito gerais» (1).

O próprio carácter apriorístico destes valores não permite a estatuição de critérios de preferência nos casos concretos; e mesmo aceitando as linhas gerais da classificação de Scheler, seria impossível chegar a hierarquizar valores distintos dentro de cada grupo.

Esta dificuldade é também a que opõe a penetrante análise de Welzel, que conclui: «Na ética de Scheler e de Hartmann cumpre-se também o destino que se tornou evidente em Platão e em Leibnitz, e que alcança toda e qualquer teoria axiológica idealista: Não há nenhuma lei de preferência que permita, partindo de valores gerais a priori, extrair idealmente a recta decisão para as circunstâncias da situação real». (2)

E pormenorizando a sua crítica diz Welzel que a própria dedução de princípios feita por Cöing, nos termos atrás expostos, não o foi a partir da ética material de Scheler e de Hartmann, mas sim da situação política dos últimos cento e cinquenta anos. E não parece possível deixar de dar razão neste ponto a Welzel, perante os exemplos apontados. «Como pode afirmar-se que são conteúdo necessário em toda a ordem jurídica, a proibição de penetrar na esfera do segredo pessoal, ou de coagir a livre manifestação da opinião ou a livre actividade artística, científica ou religiosa? São sem dúvida, exigências importantes ou discutíveis da política jurídica, mas não de Direito Natural». (3)

A dificuldade de hierarquização dos valores parece assim constituir um óbice à tentativa de construção de um sistema de princípios jurídico supra-positivos, por dedução de valores conhecidos através da análise da consciência moral. Teremos então que regressar à concepção de um Direito Natural revelado? Os actos de fé não são porém exigíveis.

A alternativa mantém-se assim entre um Direito Natural revelado e um Direito Natural deduzido.

Voltemos ao nosso jardim e deixemos a última palavra a Fausto:

«Wo fass ich dich unendliche Natur? (Onde te encontrarei, oh natureza infundável)?

(1)—Citado em Welzel «Derecho Natural y Justicia Material» pág. 235.

(2)—Welzel, Op. Cit., Loc. Cit.

(3)—Welzel, Op. Cit. pág. 256.

quadrante

é a tua publicação.

Para que ela possa continuar torna-se necessária a colaboração de todos os universitários portugueses

Colabora pois:

- 1) enviando artigos, contos, poesias, desenhos, etc.
- 2) arranjando assinantes.

NOTICIÁRIO

INTERNO

Realizou-se, com notável número de concorrentes, a II Exposição de Poesia Ilustrada de alunos de Direito. Os jurís (Pedro Tamen Herberto Helder, Mendes de Carvalho para as poesias; Júlio Pomar, António Lino e José Escada para as ilustrações) atribuíram as seguintes classificações:

Poesias -1.º -Ferreira Gomes
2.ºs -Carlos Alberto Jordão e Orlando Neves -3.º -Raul Mateus.

Ilustrações -1.º -Agostinho de Castro -2.º -Ferreira Gomes -3.º -Raul Mateus.

*

A A. A. F. D. L. levou a efeito no passado mês de Abril a III Campanha de Profilaxia da Sífilis, aproveitada por razoável número de associados.

*

No Salão Nobre da Faculdade de Direito de Lisboa e promovidas pela Associação Académica realizaram-se em Abril e Maio duas conferências: «A vivência angustiosa do homem moderno perante a verdade» pelo Dr. João Ferreira e «Conceito de razão na moderna filosofia portuguesa» pelo Dr. José Marinho.

NACIONAL

A Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia numa perfeita demonstração da função cultural do estudante universitário, levou a efeito nos meses de Abril e Maio, com o patrocínio do S. N. I., o I.º FESTIVAL DA PRIMAVERA. Pelo auditorium da Tapada da Ajuda passaram sucessivamente e com grande êxito o Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra com Medeia de Sófocles, o Teatro Experimental do Porto com «A Morte de um Caixeiro Viajante» de Arthur Miller, o Círculo de Iniciação Coreográfica de Margarida de Abreu e a Orquestra Sinfónica Nacional.

*

Uma nova organização ao nível universitário surgiu: o Clube



Os Expositores da II Exposição de Artes Plásticas de Alunos de Direito

Universitário de Jazz (C. U. J.). Tendo por fim a divulgação da verdadeira música de jazz entre os universitários o C. U. J., que, provisoriamente se encontra instalado na A. E. I. S. T. iniciou a sua actividade com um espectáculo patrocinado pela A. E. I. S. C. E. F. no cinema Roma, onde actuaram os conjuntos de Helder Reis e Helder Martins e a orquestra de Domingos Vilaça.

Na sua sede existe já uma boa discoteca e alguns instrumentos à disposição daqueles que desejem fazer a sua aprendizagem.

*

A Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa comemorou, de 20 a 25 de Maio, com um programa que incluía manifestações de carácter cultural, desportivo e de confraternização, as suas Bodas de Ouro.

*

As Associações de Estudantes de Lisboa criaram acerca de três meses o Gabinete de Estudos Universitários que funciona como comissão das A. E.

Fazia realmente falta no nosso

meio académico um Gabinete de Estudos Universitários com a finalidade e características com que agora surgiu.

Pretendendo discutir e, sobretudo, estudar calmamente os problemas que se ligam à nossa Universidade o Gabinete abre as suas actividades a todos os estudantes universitários sejam quais forem as suas ideologias.

O primeiro trabalho do Gabinete (cujo presidente e secretários são actualmente o Eng. Prostes da Fonseca, Carlos Portas e Luis Zuzarte) dirigiu-se no sentido de os estudantes universitários fazerem um estudo completo e seguro sobre todos os problemas circum-escolares que o Parecer n.º 48 da Câmara Corporativa levantou.

Esse estudo, cujo plano foi estabelecido por uma comissão constituída pelos Dr. Rui Cabeçadas, Orlando Neves, José Luis Fonseca e Rui de Oliveira, necessita agora do maior número possível de estudantes que se integrarão em várias comissões cada uma incumbida dum determinado ponto desse plano.

Para esse facto chamamos a atenção de todos os universitários portugueses no sentido de que colaborem neste trabalho comum.

DIA DO ESTUDANTE DE 1958 - 59

19 de Março. Uma quarta-feira diferente das outras e de todos os restantes dias da semana para o Estudante Universitário de Lisboa; ele, que só por mero acaso se encontra com os seus colegas das diversas Escolas, sabia que nessa quarta-feira o «encontro» era certo; a confraternização estava prometida e realizava-se mais uma vez.

Jogos florais de poesia e conto, desporto, almoço, sessão plenária para discutir os seus problemas, sarau cultural: era o dia do Estudante, o seu dia.

A história vem de mais longe, e apetece relembra-la para ver o que se caminhou e prever o que se pode andar.

Em Outubro de 1951 realizava-se em Coimbra a terceira reunião das três Academias, e entre outras ideias que então se fixaram uma houve com especial significado: a criação do Dia do Estudante que, preenchido por diversas realizações sem carácter fixo, tinha por base uma ideia assente —confraternização do Estudante Universitário. Nessa mesma reunião se determinou a data para o primeiro dia do Estudante 25 de Novembro.

Em Lisboa ele é comemorado por iniciativa das Associações de Estudantes, sendo constituído o seu programa por uma tarde cultural e um festival desportivo.

Em 25 de Novembro de 1952,

pela segunda vez se realiza em Lisboa o Dia do Estudante; festival desportivo no I. S. T., sessão cultural e inauguração duma exposição de pintura em Civincias.

Só no ano lectivo de 55-56 se voltou a comemorar o Dia do Estudante; as Direcções das Associações de Estudantes de Lisboa, ao iniciarem a sua actividade conjunta nesse ano, resolveram dedicar uma particular atenção àquele dia; era preciso recomençar. Não lhes foi autorizada a sua realização em Novembro, mas não havia já lugar para abandonar; nova insistência e então o pedido é aceite, com o senão do festival desportivo que se projectara. Em 25 de Janeiro realizava-se mais um Dia do Estudante, com um almoço de confraternização na A. E. I. S. T., uma sessão cultural na A. E. F. C. L., um espectáculo dedicado aos estudantes pela empresa de Vasco Morgado e ainda os I.ºs jogos florais de poesia.

Em 6 de Fevereiro de 1957 a história repete-se, mas em circunstâncias algo diferentes. A grande massa de universitários compenetrara-se do seu valor e da sua função dentro da Universidade; e naquele dia quis afirmá-lo de forma inludível e conseguiu-o.

Realizaram-se então: uma manhã desportiva no I. S. T. com a participação de equipas de todas as Escolas Superiores; uma sessão cultu-

ral no Teatro Apolo preenchida com a peça «A Rosa Tatuada» gentilmente oferecida pela companhia brasileira de Maria della Costa; um jantar de confraternização na A. E. I. S. T. e ainda os II jogos florais de poesia.

Quando principiou o presente ano lectivo, as Associações de Estudantes pensaram constituir uma comissão que se dedicasse inteiramente à organização daquele dia; eram os inúmeros obstáculos que o impunham, uma melhoria de programa que o exigia, enfim, a experiência que o aconselhava.

Logo no início de Janeiro Maria da Conceição Guerra (Medicina) Maria Manuela Bio (Letras), Castro Ribeiro (Direito), Correia Leal (Técnico), Eugénio Sequeira (Agronomia) e Luis Bernardino (Medicina) iniciaram os preparativos necessários.

Escolheu-se o dia, elaborou-se um programa e iniciaram-se as diligências; as primeiras dificuldades surgiram.

Pedido de autorização ministerial, deferido; pedido de subsídio por intermédio do Ministério da Educação Nacional, negado; pedido de feriado ou tolerância de faltas nas Escolas Superiores, negado.

Quando o espaço de tempo já era mínimo para alteração de programa, o grupo Cénico da A. A. F. D. L. via-se na impossibilidade de dar o seu prometido concurso o Sarau Cultural, porque a peça que pretendia representar não podia, por motivos censuriais, ser levada à cena.

Ainda nas vésperas do dia 19 de Março, novo obstáculo se deparou não havia sala para a realização do Sarau Cultural.

Estes foram os grandes entraves.

Mas na quarta-feira de 19 de Março tudo estava preparado; realizar-se-ia o quinto Dia do Estudante Universitário de Lisboa; melhor fora que pudesse ser do Universitário Português, e tenhamos esperanças que o há-de vir a ser; e que não fosse um dia, mas dois ou três, ou até uma semana.

As comemorações deste ano iniciaram-se no Estádio Universitário com um Festival Desportivo, organizado de colaboração com o C. D. U. L. Sem pretender que fossem vencidos recordes ou fazer «jogos de campeonato», quis-se demonstrar que o desporto possibilita a formação duma sã camaradagem entre rapazes e raparigas, como bem afirmou José Bernardino na sua alocução no termo do Festival.

De notar a participação activa de muitas nossas colegas e ainda o elevado número de estudantes que puderam assistir à manhã desportiva, graças à compreensão da quase



Aspecto do almoço de confraternização

totalidade dos professores das nossas Escolas. No desporto feminino realizaram-se jogos de basquetebol (Ciências-I. N. E. F.), Voleibol (I. N. E. F-Medicina) e ainda provas de Atletismo; no masculino; Andebol (I. N. E. F-Técnico), Rugby (misto CDUL-Direito-Agronomia), Futebol (Universidade Clássica-Universidade Técnica) e Atletismo; culminando, um desfile dos atletas participantes e alocação pelo vice-presidente da A. E. I. S. T.

Depois teve realização o almoço nas instalações da A. E. I. S. T.

Ainda nas dependências desta Associação se efectuou uma Sessão Plenária, em que se discutiu o tema: «para um melhor enquadramento das organizações de estudantes».

Antes da Sessão, é distribuída uma folha com os resumos das teses apresentadas por Sérgio Ribeiro (Económicas), Vieira e Brito (Direito), José Augusto Seabra (Direito), João Mexia (Agronomia), Arnaldo Graça (Medicina) e José Luis da Fonseca (Medicina), o que permitiu que as mesmas fossem discutidas por muitos dos presentes.

Desta Sessão Plenária todos nós tiramos duas conclusões: primeira, que o Universitário de Lisboa está à altura de discutir os seus problemas; segunda—necessidade de se efectuarem mais sessões no género e tanto quanto possível alargadas às três Academias.

Como último número do programa fixado, houve um Sarau Cultural realizado num dos pavilhões do I. S. T...

Pelo Inspector Nacional do Desporto Universitário, Dr. Armando Rocha e pelo Presidente do C. D. U. L. Professor José Esteves foram distribuídas as medalhas e taças referentes aos campeonatos regionais universitários de 56-57.

Seguidamente a Comissão do Dia do Estudante procedeu à entrega dos prémios dos III jogos florais Poesia e I do Conto. Para a classificação das produções recebidas tinham sido constituídas dois juris; de Poesia: Armindo Rodrigues, João José Cochofel, Jorge Sena; Conto: Branquinho da Fonseca, Fernando Namora e Urbano Tavares Rodrigues.

Foram vencedores dos jogos florais de Poesia e Conto: 1.º prémio: João Manuel Guterres (Técnico)-Poesia e José Gabriel Mariano (Direito)-Conto;

2.º prémio: Manuel Vilaverde Cabral (Belas Artes)-Poesia e Raul Mateus da Silva (Direito) - Conto;

3.º prémio: Fernando Silva (Medicina)-Poesia e Costa Andrade (Belas Artes) e Maria Rosário Neves Ferro (Letras) exquo-Conto.

As poesias premiadas foram ditas por três elementos do Grupo Cénico da Comissão pró-Associação de Medicina.

A Juventude Musical por intermédio do seu curso de ópera colaborou também no Sarau Cultural.

Seguiu-se a actuação dos Jogos de Lisboa, totalmente constituídos por estudantes de Direito, que colheram fartos aplausos de toda a assistência.

Terminando o Sarau, numa demonstração do que vale a actividade conjunta das Associações Estudantes de Lisboa, o Orfeão Universitário forneceu-nos alguns momentos de excelente Canto Coral. Foi assim o dia 19 de Março.

Depois de tantos esforços para a realização deste Dia do Estudante ficamos satisfeitos porque mostramos alguma coisa do que valemos; pena foi que não fizéssemos tudo de que somos capazes. Mas tal não é possível num só dia.

Por isso, mais se nos radicou, a ideia já referida e a qual também o Presidente da A. A. F. D. L. Orlando Neves, aludiu na sua alocação ao iniciar o Sarau Cultural.

«O Dia do Estudante, tal como tem sido levado a efeito, precisa de acabar, e que ele perdure nas nossas memórias apenas como um primeiro passo, útil e decisivo passo, mas só primeiro passo. Duas razões o impõe. Primeiro, porque um dia apenas dedicado ao Estudante para muito pouco chega, muita coisa deixa por efectuar. Depois, porque o Dia do Estudante tem sido por variadíssimos motivos restringido aos universitários de Lisboa; ora em Portugal há quatro Universidades; duas em Lisboa, uma no Porto e outra em Coimbra. Urge que todo o Estudante Universitário Português colabore nas suas realizações, porque a unidade é um factor primordial para o fortalecimento da juventude.

Caminhemos, pois, para a Semana do Estudante.



Aspecto da distribuição de prémios

INTERNACIONAL

De 2 a 9 de Agosto realizou-se em Bruxelas integrado no programa cultural da Exposição Mundial de 1958 um festival de Teatro Universitário Mundial. Este Festival organizado pelo Teatro da Juventude da Universidade Livre de Bruxelas, em nome do Comité da Exposição Mundial, esperando-se a comparência de grupos teatrais procedentes dos cinco continentes. A União do Teatro Estudantil Europeu que por esse motivo resolveu suspender a realização do seu próprio festival deste ano realizará por essa ocasião a sua Assembleia Geral, tendo elaborado planos para uma conferência mundial com a participação de todos os países representados no festival.

Também em Bruxelas, igualmente por motivo da sua Exposição Mundial se reunirão alberguistas de todo o mundo em jornadas de confraternização.

Secção social da

A. A. F. D. L.

É com grande satisfação que a Subsecção de Descontos aparece a dar contas da missão de que foi incumbida.

A finalidade desta Subsecção era obter descontos em casas comerciais para todos os sócios da Associação Académica da Faculdade de Direito, e atingiu-se.

É certo que há lacunas, que há muitas casas que de bom grado ofereceriam descontos e não foram consultadas, etc. No entanto, dada a exiguidade de tempo de que todos os membros da Subsecção dispunham, e ainda porque já tardiamente se começou, não era possível, no presente ano, organizar melhor.

Creemos que as futuras Direcções da Associação Académica encararão o problema, e o que já ora se obteve, terá viabilidade de ser desenvolvido e completado.

Para já, a **Subsecção de Descontos da Secção Social**, oferece a todos os sócios da Associação, mediante a apresentação do cartão de identidade, substanciais descontos, num razoável número de casas abaixo mencionadas.

Não queremos deixar de dar um voto de louvor, pelo interesse que desde o primeiro instante demonstraram, a todos os membros desta Comissão descriminadamente: Maria Luísa, Coelho de Assis Sales, Jorge de Jesus Cavaco Encarnação, Maria Aldina de Almeida Freire e Maria Mecia Melo dos Reis, e Luís Carlos Espírito Santo, que visitaram casas e palmilharam quilómetros na defesa dos interesses associativos e com o fim de bem cumprir.

LISTA DAS CASAS

QUE CONCEDEM DESCONTOS AOS SÓCIOS DA A. A. F. D. L.

Acessórios para automóveis

Napo—R. Rodrigues Sampaio, 40-44 20 %
Auto-Lusitânia—Avenida da Liberdade, 75-79 Preços especiais

Acessórios de T. S. F.

Electro-Lisboa—R. Augusta, 246-248 20 a 40 %
Dardo, Lda.—Av. da Liberdade, 131 20 e mais 3 %

Alfaiates

Alfaiataria Lis—Avenida Almirante Reis, 26-1.º 10 a 15 %

Aparelhos eléctricos

A Baixa nas Avenidas—Avenida Duque d'Ávila, 55 20 a 25 %
Utilidades Eléctricas—Rua Alexandre Herculano, 5-1.º 20 a 30 %

Artigos eléctrico-domésticos

Rádio Indústrias—R. da Madalena, 85 20 %
Centro de Cooperação Técnica—Rua D. João V, 2 a partir de 10 %

Artigos gerais

Eduardo Martins—Rua Garrett, 1 a 11 15 %
Lanalgo—Rua de Santa Justa, 42 15 %

Artigos militares

Casa Teófilo—Rua Barros Queiroz 10 %

Artigos ortopédicos

Felix Cortazzi—R. do Salitre, 179 r/c. 10 a 20 %
Ortopedia Moderna—Travessa da Glória, 28 10 a 15 %

Brindes

Au Bon Marché—Rua da Assunção, 45-47 15 %
Crisbel—Rua do Carmo, 87 C 10 %

Cabeleireiros

Couto e Mme. Couto—Travessa de Santa Marta 8 A e Av. Fontes Pereira de Melo, 5-1.º B (Hotel Eduardo VII) 20 %

Camisarias

Casanova—Praça da Figueira, 8 A 15 %
Armazens de S. Julião—R. dos Fanqueiros, 56 20 %

Chapelarias

Vicente d'Almeida—R. da Prata, 156 10 %

Cintas

A Pompadour—Rua Gorrett, 28 e 30 10 %

Ferragens

Horácio Alves—Rua Augusta, 43-51 10 %

Fotografias

Foto Camera—Rua Garrett, 124 25 %

Lanifícios

Lamy, Lda—R. dos Douradores, 6-1.º 10 %

LuvariasEurico Santos—R. da Prata, 234-1.º D 15 %
Ulisses—Rua do Carmo, 87-A 10 %**Malas**

A Nacional—Rua Eugénio dos Santos, 45-1.º 15 %

Malhas

Marinho Antunes & Carvalho—Rua de S. Lázaro, 27 e 127-1.º 15 a 20 %

ModasCasa Frazão—Rua Augusta, 259-265 10 %
B. Sousa, Lda.—Rua Garrett, 76-78 15 %**Ourivesarias**Torroaes—Rua da Prata, 123-131 10 %
Joaquim Baptista da Silva—R. Barros Queiroz 20 %**Papelarias**Artex—Rua Nova do Almada, 85-87 25 %
Dominguez & Lavadinho—Rua dos Sapateiros, 143 25 %**Perfumarias**Mimosa—Rua do Ouro, 104 10 a 20 %
Rosa d'Ouro—Rua do Ouro, 279 10 a 20 %
Nova Belo, Lda.—Avenida Almirante Reis 10 a 20 %
Drogaria e Perfumaria Ribeiro, Lda. Rua da Palma, 23 15 %**Pesca e Caça**Sociedade Oceânica Portuguesa, Lda. Rua D. Antão de Almada, 3 A 10 a 30 %
Spril—Rua do Carmo, 21 10 %**Sapatarias**Pelicano, Lda.—Rua do Carmo, 78 15 %
Lord—Rua Augusta, 201 15 %**Sapatarias (Artigos de Borracha)**

J. Mendonça & C.º (Filhos) Lda. Rua dos Fanqueiros, 40 15 %

Tabacarias

Caravela—R. 1.º de Dezembro, 2 ou Rossio, 16 10 %

TecidosVendedora de Tecidos—Rua da Prata, 279-1.º 20 %
Casa Inglesa—R. de S.ª Justa, 95-1.º 15 %**Tinturarias**Cambournac—L. da Anunciada, 10 20 %
Tinturaria Pires Branco—Calçada do Carmo, 45 10 a 20 %**Vidros e Faianças**

António Braz, Lda.—Rua da Palma, 254-254 A 10 a 15 %

Vinhos

Sociedade de Vinhos Borges & Irmão, Praça do Município, 1 a 3 de 25 a 35 % conforme qualidades e quantidades